

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Karoline Silveira de Souza

**CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: Tensões e Possibilidades**

Belo Horizonte

2023

Karoline Silveira de Souza

**CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: Tensões e Possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S729c Souza, Karoline Silveira de
Construção de masculinidades e violência contra a mulher: tensões e possibilidades / Karoline Silveira de Souza. Belo Horizonte, 2023.
142 f. : il.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Lourau, René, 1933-2000 - A análise institucional. 2. Masculinidade. 3. Violência contra as mulheres. 4. Identidade de gênero. 5. Homens abusivos. 6. Entrevistas. 7. Psicologia institucional. 8. Subjetividade. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 396

Karoline Silveira de Souza

**CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
Tensões e Possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Simone Maineira Paulon – UFRGS

Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Belo Horizonte, 29 de março de 2023.

Dedico esta dissertação à minha família
que com seu zelo e carinho tornaram
essa caminhada possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Rosemary, pelas preces, preocupação e paciência comigo em cada etapa deste caminhar.

Agradeço ao meu pai, Luiz Mauro, pela torcida e apoio, que mesmo quando distante buscava me acolher.

Agradeço ao meu irmão, Luiz Henrique, pelas trocas e suporte de cada dia, por tornar este momento mais leve.

Agradeço ao Vinícius, um parceiro, pelo carinho e escuta dos meus anseios.

Agradeço à minha orientadora Roberta Romagnoli, pela afetuosidade, cuidado e por todo suporte que tornaram este trabalho possível. Obrigada por dizer que tudo ia dar certo, mesmo quando eu não acreditava.

Agradeço à leitora Maria Ignez Costa Moreira pelo cuidado na leitura, carinho nas sugestões que engrandeceram esta pesquisa, pelas oportunidades de trocas ocorridas no decorrer dos meus estudos e pelos aprendizados.

Agradeço à leitora Simone Maineira Paulon pelo cuidado na leitura, pela disponibilidade em fazer parte da banca e pelas sugestões que contribuíram muito para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos colegas de mestrado, pela aprendizagem, paciência, por dividirmos as angústias e pela disponibilidade em ajudar.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela oportunidade de bolsa de estudo ofertada que permitiram a execução deste trabalho.

Agradeço à Subsecretária de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) pela autorização para realização da pesquisa, pela disponibilidade nos ajustes necessários para que essa trajetória fosse construída e aos companheiros/as do Programa Ceapa que me apoiaram e acreditaram no meu trabalho.

Agradeço às profissionais que permitiram minha participação no grupo da pesquisa, pelas trocas partilhadas e pelo acolhimento.

Agradeço aos participantes da pesquisa que autorizaram minha participação.

Fui recebida no programa de pós-graduação em Psicologia de modo muito atencioso. Assim, agradeço imensamente às/aos professoras/es, às pessoas da secretaria e demais funcionárias/os do Programa e por todo recurso ofertado que permitiram maior leveza nesta trajetória.

Agradeço às minhas amigas e amigos que me apoiaram ao longo desta jornada com palavras de afetos, carinho e torcida, que me recordavam das minhas capacidades quando eu as esquecia.

RESUMO

O fenômeno da violência contra a mulher apresenta dados alarmantes que acometem o público-alvo desta calamidade. Nesta pesquisa de título “Construção de masculinidades e violência contra a mulher: tensões e possibilidades” busca-se analisar os meandros desse fenômeno, voltando-se para os rastreios dos processos de subjetivação da construção de masculinidades, analisando os sentidos da subjetivação e posições de gênero. Acompanhou-se por 13 encontros um grupo reflexivo executado virtualmente com 10 homens acusados de prática de violência contra a mulher. Esse é executado pela equipe do programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais de Belo Horizonte, Minas Gerais. Posteriormente, realizou-se entrevistas individuais e virtuais com as profissionais que executaram o grupo reflexivo em questão no qual busca-se evidenciar os desafios e potencialidades presentes na realização dessas práticas. A pesquisa foi autorizada pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade e pelo comitê de ética e pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A Análise Institucional de René Lourau embasa este estudo a partir de uma leitura que rastreia os embates presentes na relação instituído *versus* instituinte. Na pesquisa, revelou-se uma masculinidade que resiste em dialogar sobre seu próprio processo de construção e sobre seus sofrimentos; as violências cotidianas presente nos meandros dos relacionamentos amorosos; e a dificuldade de reconhecimento das práticas violentas e uma reprodução de um discurso que produz cisão com as diferenças, sobretudo mulheres e o público LGBTQIAPN+. Nas entrevistas com as profissionais, apresentou-se as afetações no corpo delas, que outorga a inexistência de uma neutralidade de um corpo feminino de quem atua com homens. Por fim, reconheceu-se a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher que demanda ações em rede com os atores envolvidos, primordialmente com os homens, mesclando a um processo de subjetivação imposto pela sociedade patriarcal atual.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação das Masculinidades. Violência contra a mulher. Análise institucional. Gênero e Processos Grupais.

ABSTRACT

The phenomenon of violence against women presents alarming data that affects the target audience of this calamity. This research entitled "Construction of masculinities and violence against women: tensions and possibilities" seeks to analyze the intricacies of this phenomenon, focusing on tracing the processes of subjectivation of the construction of masculinities, analyzing the meanings of subjectivation and gender positions. We followed for 13 meetings a reflective group executed virtually with 10 men accused of violence against women. This group is run by the team from the program Central de Acompanhamento de Alternativas Penais in Belo Horizonte, Minas Gerais. Subsequently, we conducted individual and virtual interviews with the professionals who ran the reflective group in question, in which we sought to highlight the challenges and potentialities present in carrying out these practices. The research was authorized by the Undersecretariat for Crime Prevention and by the ethics and research committee of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. René Lourau's Institutional Analysis supports this study from a reading that traces the clashes present in the instituted versus instituting relationship. The research revealed a masculinity that resists talking about its own construction process and its sufferings; the daily violence present in the meanderings of love relationships; and the difficulty of recognizing the violent practices and a reproduction of a discourse that produces a split with the differences, especially women and the LGBTQIAPN+ public. In the interviews with the professionals, the affectations on their bodies were presented, which grants the non-existence of a neutrality of a female body of those who work with men. Finally, it was recognized the complexity of the phenomenon of violence against women that demands networking actions with the actors involved, primarily with men, blending a process of subjectivation imposed by the current patriarchal society.

KEY WORDS: Subjectivation of Masculinities. Violence against women. Institutional analysis. Gender and Processes

Lista de Siglas

AI	Análise Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAPA	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SUPEC	Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade

Lista de Tabela

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos homens participantes	32
Tabela 2 – Perfil das analistas que executaram o grupo	33

SUMÁRIO

1	“SÓ PARA SABER COMO FUNCIONA”	12
2	“COMO QUE CHAMA ISSO, CURSO, PALESTRA OU PUNIÇÃO?” ..	19
2.1.	Elementos iniciais	19
2.2	Trilhas teóricas	23
2.3	Caminhos metodológicos	28
2.3.1	<i>Os desafios do instituído</i>	35
2.3.2	<i>“Interseccionalidade dissidente”</i>	37
3	“SER HOMEM É HORRÍVEL, É PAGAR PECADO, SEM TER PECADO”	40
3.1	Masculinidades, roteiros, pretextos	43
3.2	Paternidades e Paternagens	54
3.2	O campo do trabalho e a masculinidade: relação produtora de sentido.	63
4	“NÃO PODE CHAMAR DE BRANQUELO, NEGÃO, O MUNDO TÁ COM MUITA HIPOCRISIA”	70
4.1	A masculinidade e a heterossexualidade compulsória	72
4.2	Masculinidades não brancas, entre o privilégio e a subordinação .	82
5	“O QUE É PERMITIDO PARA ELAS NÃO É PERMITIDO PARA GENTE”	94
5.1	Masculinidade..Vítimas e protagonistas do amor e do ciclo da violência.....	100
5.2	A nova feminilidade para a masculinidade, uma categoria relacional.	112
5.3	“Foi muito difícil, não sei nem mensurar, tocava em pontos que envolviam sobre o que é ser mulher”	115
6	“A CAMINHADA FOI LONGA... MAS VAMOS DESCONSTRUINDO O JEITO ERRADO QUE APRENDEMOS”	124
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE – Roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com as facilitadoras do grupo reflexivo.....	142

1 “SÓ PARA SABER COMO FUNCIONA”

O fenômeno da violência contra a mulher vem historicamente sendo analisado, discutido e enfrentado pelos movimentos sociais, em especial os feministas, no intuito de superação dessa problemática que ainda tem, no seu cenário, dados alarmantes.

Em 2021, foram registradas 230.861 agressões por violência doméstica (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Ser mulher, sobretudo, preta, mesmo que a violência não incida somente sobre essa parcela da população feminina, requer encontrar dispositivos para sobrevivência em um sistema permeado pela tríade capitalista patriarcal-racista.

As lutas sociais que defenderam historicamente as mulheres enquanto sujeitos de direitos foram impulsionadas pelas manifestações das feministas negras que construíram uma trajetória especular acerca da situação delas. Gonzalez (2020) nos recorda o cenário escravocrata no qual as mulheres pretas estavam submetidas, levantando demandas que não atravessam o corpo da mulher branca.

Por outro lado, apesar da alteridade das mulheres marcadas pelos diferentes posicionamentos com que seus corpos são alocados nesse sistema, todas são possíveis vítimas do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso nos remete a história de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher branca, com acesso a estudos, em uma posição privilegiada em detrimento as demais, que teve seu corpo marcado pelas violências cometidas por seu ex-companheiro, Marco Antônio Heredias Viveiros, nome e corpo desconhecido. Ao contrário, a mulher além de vítima da violência tende a ser exposta e revitimizada pelo sistema que ainda a responsabiliza sofrimento da violência.

Em minhas experiências profissionais, tive a oportunidade de reconhecer a importância de tornar visível a outra ponta dessa trama, a masculinidade. Em diversos contextos, eventos e estudos, percebi a precária convocação dos homens a se responsabilizarem pela prática e enfrentamento desse fenômeno, amparados na ausência de reconhecimento da violência ou na invalidação da existência dessas práticas. Essa convocação é

imprescindível tendo em vista que a “masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188). Ou seja, nas relações com as mulheres que circundam sua trajetória e também com outros homens.

Entretanto, esse processo esbarra em oposições, dificuldades e resistências. Para Lourau (2004), a partir da leitura da Análise Institucional que ampara este estudo, as instituições, enquanto normas e sistemas de regras, integram-se no processo de formação de sujeitos, que podem reproduzir o que já existe, o que é dominante, sob viés do instituído ou inovar, deslocar o que está dado como estabelecido, sob a força do instituinte.

A masculinidade, assim, é atravessada com avidez desmedida pela instituição patriarcal que é composta pela narrativa abundante de privilégios, mas apresenta um discurso insidioso ao ocultar suas mazelas. Dessa maneira, torna-se um desafio dialogar sobre a masculinidade, colocá-la na mesa e ressignificá-la mediante a resistência dos homens amarrados às crenças de sua naturalidade.

Para Nolasco (1993), renunciar a uma imagem de si que possui promessas grandiosas, que ao longo dos anos têm servido de modelo de referência para os homens construírem seus cotidianos, e, muitas vezes, se colocarem hierarquicamente superiores as mulheres não é uma tarefa fácil, mas é possível. E é nessa crença que este estudo se funda.

Para Fernandes e Junqueira, “a entrada da questão do masculino nos estudos de gênero surge após a complexificação do sujeito do feminismo e da epistemologia inaugurada pelas teorias e movimentos feministas” (FERNANDES; JUNQUEIRA, 2021, p. 121).

Esses movimentos provocam tensões sobre a posição da mulher na sociedade e, desse modo, invadem o território masculino irrompendo com suas estruturas outrora postas. No meu antigo campo de trabalho, no qual atuei por três anos executando grupos reflexivos com homens acusados de prática de violência contra a mulher, deparava-me com uma masculinidade conservadora que: apresentava-se incôscia dos processos que os subjetivava; desresponsabilizava-se pelas problemáticas presentes nas suas relações sociais, sobretudo amorosas; desconhecia e naturalizava violências, principalmente, as “invisíveis”, sofridas e praticadas contra as diferenças e que

invalidava a importância do autoconhecimento, expressão de seus afetos e de seu próprio sofrimento.

A partir desse fazer profissional, comecei a problematizar a pouca atenção direcionada às masculinidades e suas relações com essas práticas violentas. Também, a partir da escuta desses sujeitos, percebi que o enredo da prática da violência não é um processo individual, mas é força de um coletivo patriarcal. Percebi a demanda de uma leitura ampliada que relacionasse a prática da violência contra a mulher a um sistema estrutural sustentado por uma relação díspar de poder e atravessado por instituições que tendem a se perpetuar.

Desse modo, este estudo busca investigar os processos de subjetivação dos homens autores de violência, enfatizando a construção da masculinidade no que se refere à violência contra a mulher a partir de uma leitura da análise institucional. Aposta-se que o enfrentamento da complexidade desse fenômeno só é possível em uma dimensão em que, além das mulheres, os homens também compreendam e ressignifiquem os elementos enrustidos à reprodução de suas práticas violentas. Assim, as transformações das relações pessoais, dos meandros da vida sexual e doméstica da masculinidade podem ser obtidas quando os homens buscarem uma compreensão mais profunda sobre si próprios (CONNELL, 1995).

Dessa maneira, este estudo foi construído sob uma estrutura que permitiu o diálogo composto pelos dados produzidos em campo, minhas experiências profissionais e autoras e autores que outrora se aprofundaram nos temas, principalmente: violência contra a mulher, masculinidade e análise institucional.

Utilizando autores como Remi Hess (2005), René Lourau (2004), Gregório Barembliitt (1994), Simone Paulon (2005), Maria Ignez Moreira (2019), Roberta Romagnoli (2014), Heleieth Saffioti (2015), Joan Scott (1995), Robert Connell (1995), Socrates Nolasco (1993), Elisabeth Badinter (1993), Daniel Welzer-Lang (2005), Lia Zanotta Machado (1998), Mirla Cisne (2014), Cynthia Sarti (2004), João Bernardes e Claudia Mayorga (2017), Kimberlé Crenshaw (2002) Maria Gregori (1993), Maria Heilborn (2004), Lelia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2020) e Ismael Anjos (2019).

Para maior fluidez na leitura, a partir da própria perspectiva da análise institucional que aposta na intersecção entre o conhecimento e a práxis, não há capítulos que apresentem somente a fundamentação teórica. Pelo contrário, os

dados foram analisados e distribuídos a partir de uma troca constante entre campo prático e saber teórico.

A nomeação dos capítulos, inclusive da introdução e considerações finais, foi escolhida a partir de falas dos participantes do grupo reflexivo que acompanhamos como analisadores e fundamentam o processo de análise, instaurando a temática de cada etapa.

Ademais, o parágrafo introdutório de cada capítulo é composto por um retrato de uma cena experienciada durante minha trajetória na pesquisa e que contorna a complexidade de cada tema discutido. Desse modo, para abordar a temática proposta, o trabalho está dividido da seguinte maneira.

No Capítulo 2, nomeado “Como que chama isso, curso, palestra ou punição?” foram apresentados os elementos que fundamentam esta pesquisa. Inicialmente, apresenta-se o subtópico “elementos iniciais” composto pela descrição da minha trajetória profissional que culminou neste estudo, os meandros desta atuação, os seus desafios e as potencialidades.

Posteriormente, retratamos sobre as práticas de execução de grupo reflexivo com homens autores de violência, seu contexto histórico, resistências e seus avanços. De modo subsequente, buscamos apresentar conceitos significativos da Análise Institucional sob o subtítulo “trilhas teóricas” como forma de situar as leitoras acerca da teoria que embasa este trabalho. Essas construções teóricas são postas também à diálogo na análise de dados presente nos próximos capítulos bem como as demais fundamentações teóricas.

Nos “Caminhos metodológicos”, terceiro subtópico desta etapa, está exposta às trajetórias metodológicas realizadas para execução deste estudo. Aponta-se o tipo de pesquisa, os atores envolvidos na elaboração e as parcerias realizadas. Aqui, destaca-se a autorização da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) para execução da pesquisa; a minha inserção no grupo deste estudo; os desafios para sua execução; a relação com os participantes e analistas; e o exercício artesanal do diário de campo.

Por fim, destaca-se a análise de implicação, etapa indispensável ao ocupar-se do papel de *praticien-chercheur*. Para realização dessa análise, dois analisadores foram convocados para “os desafios do instituído”, apresentando os interstícios de pesquisar o seu próprio local de trabalho e “interseccionalidade dissidente”, pontuando os desafios apresentados na simultaneidade da minha experiência de execução de grupos reflexivos desse calibre e de pesquisadora, habitando um corpo acoplado nas interseccionalidades, mulher e preta.

No Capítulo 3, “Ser homem é horrível, é pagar pecado, sem ter pecado”, os meandros da masculinidade são colocados em pauta. Inicialmente, dialogamos sobre os conceitos de gênero e patriarcado, buscando, a partir deles, introduzir acerca dos processos de subjetivação que circundam a masculinidade, colocando à prova sua suposta naturalização.

Na etapa seguinte, sob o subtítulo “Masculinidades, roteiros, pretextos”, aprofundamos a análise das representações do que é ser homem para os próprios participantes da pesquisa, destacando as resistências deles para dialogar sobre o assunto. Aponta-se as transformações nas quais a masculinidade se vê imbuída; as violências sofridas e praticadas nesse processo de tornar-se homem; as contrariedades da masculinidade acerca de seu próprio sofrimento; bem como a relação com a família de origem e o uso de álcool.

Em um segundo momento, a paternidade se fez pauta no subtópico “paternidade, paternagens”, no qual foi colocado, em análise, a perspectiva de pai construída para a masculinidade dominante e os desafios presentes na constituição dela. Atentamo-nos para as expectativas impostas pela sociedade, o amparo do próprio Estado na reprodução de uma lógica patriarcal, os meandros dos cuidados doméstico e afetivo com os filhos construídos em uma relação com as demandas da maternidade, ou maternagem.

Por fim, analisamos ainda “o campo do trabalho e a masculinidade: relação produtora de sentido”, examinando a centralidade do trabalho nesse contexto, refletindo a partir da lógica capitalista e neoliberal reproduzida nos discursos dos sujeitos da pesquisa.

O Capítulo 4 é descrito como: “não pode chamar de branquelo, negão, o mundo tá com muita hipocrisia” estudamos acerca das tensões reproduzidas

entre as masculinidades subordinadas e hegemônicas, apresentando o conceito desta.

No subtítulo “a masculinidade e a heterossexualidade compulsória”, problematizamos a necessidade do distanciamento da homossexualidade para a masculinidade se afirmar. Mas não somente, o contexto histórico que atravessa as desigualdades dos sexos, gênero e desejo também foi apresentado. Nesse momento, fizemos a análise das falas dos participantes, as violências e aberturas para o diálogo acerca das expressões de sexualidade diversas da hetero. A partir do subtítulo “Masculinidades não brancas, entre privilégio e a subordinação”, estudamos a transitoriedade dos homens negros no campo de privilégios da masculinidade e, sobretudo, sua presença posta na subordinação, fazendo, assim, uma reflexão a partir das falas dos integrantes da pesquisa, aprofundando com dados acerca das violências pelas diferenças sofridas.

No último capítulo, nomeado como “O que é permitido para elas não é permitido para gente”, foi apresentado um histórico sobre os movimentos feministas, sobretudo brasileiros, e a trajetória de Maria da Penha Maia Fernandes, protagonista da cena que culmina na criação da Lei nº 11.340.

Ambos os movimentos foram imprescindíveis para os avanços dos discursos sobre as posições de mulheres e homens na sociedade. Posteriormente a partir do subtítulo “Masculinidades... Vítimas e protagonistas do amor e do ciclo da violência” buscamos trazer clarividência às estratégias da masculinidade para manejo de suas relações amorosas, apresentando os desafios e sofrimento imbuídos neste processo, problematizando a naturalização das violências ali presentes e a terceirização das responsabilidades à mulher pelos insucessos de seus relacionamentos e das práticas violentas.

Também analisamos, a partir das tensões produzidas na retificação da posição social do homem na sociedade, a perspectiva que os participantes construíram, sobre as mulheres, em sua atualidade, no subtópico “A nova feminilidade para a masculinidade, uma categoria relacional”.

As experiências das analistas na mediação do grupo da pesquisa foram aprofundadas no último subtópico nomeado com um fala delas: “foi muito difícil, não sei nem mensurar, tocava em pontos que envolviam sobre o que é ser mulher: analistas e a dinâmica dos grupos”. Nesse momento, procuramos

reconhecer os desafios presentes na condução de práticas como essas e as afetações nos corpos de mulheres que exercitam sua escuta com homens acusados de práticas de violência contra a mulher.

Também buscamos compreender as perspectivas das analistas acerca desse infortúnio fenômeno e sobre os algozes, bem como desvelar as tensões produzidas pela não neutralidade que atravessam as analistas pela sua posição simultânea de profissional e mulher em uma sociedade patriarcal. Evidenciamos sua relação com a organização que trabalham, as dificuldades e as potencialidade de se dialogar com a masculinidade em um grupo.

2 “COMO QUE CHAMA ISSO, CURSO, PALESTRA OU PUNIÇÃO?”

Estávamos no quinto encontro, pela experiência, por mim, vivenciada, acreditava-se que nesse dado momento os participantes estariam mais receptivos à proposta reflexiva do grupo, contudo, os esperados naquele grupo dificilmente seriam cumpridos. As analistas responsáveis por facilitar aquele espaço estavam iniciando sua atividade elaborada para aquele dia, dialogar sobre os “tipos de violência” e inesperadamente um dos participantes iniciou a leitura de uma breve carta escrita para aquele momento. Naquele recorte de tempo atravessado por um estado emotivo, o integrante do grupo fez o seguinte questionamento “Como que chama isso, curso, palestra, ou punição?”, acompanhado de dizeres acerca do constrangimento de ser processado e da contínua sensação do “sem lugar”.

2.1. Elementos iniciais

Em maio de 2019, iniciei uma trajetória de atuação profissional que me conduziria ao estudo aprofundado de um tema que ainda não havia problematizado. Ser mulher é estar inserida em um campo no qual a violência costuma permear nosso espaço, seja pelo sofrimento de pessoas próximas e/ou atravessamentos de nossa própria experiência.

Nesse caminhar profissional, enquanto analista social do programa da Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) durante o período de maio de 2019 e agosto de 2022, tive a oportunidade de apreender sobre esse fenômeno de uma outra perspectiva.

O programa CEAPA, vinculado à Subsecretária de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), é regido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e surge em Minas Gerais no ano de 2002 para realizar o acompanhamento de homens e mulheres em cumprimento de alternativas penais e possui como objetivo de “contribuir para o fortalecimento e consolidação das alternativas à prisão, pautando ações de responsabilização em liberdade” (GOMES, 2019, p. 18).

Dentre outras atividades, o grupo reflexivo realizava “Ações de Responsabilização com Homens no âmbito da Lei Maria da Penha” que é composto por homens encaminhados pelo sistema judiciário a partir do deferimento das medidas protetivas de urgência expedidas a seu desfavor e que são, assim, obrigados a participar deste acompanhamento.

A importância de atividades como essa é reiterada, em 2020, quando foi sancionada a Lei nº 13.984/2020 que “pauta como possibilidade de medida protetiva de urgência o comparecimento obrigatório dos “agressores” aos centros de educação e de acompanhamento psicossocial.” (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 2). Isso se torna uma estratégia importante de enfrentamento ao fenômeno da violência contra a mulher ao considerar que “entre 2020 e 2021, o número de MPUs concedidas cresceu em 14,4%” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Retomando o contexto histórico do surgimento desse tipo de prática, as primeiras intervenções eram geralmente realizadas por ONGs financiadas por organizações internacionais ou municipais. O primeiro programa de atuação com homens autores de violência registrado foi o *Emerge: Counseling and Education to Stop Domestic Violence* que surgiu em Boston (EUA) em 1977 (BERNARDES; MAYORGA, 2017). No entanto, no Brasil, as primeiras experiências são da década de 1990 (SCOTT, OLIVEIRA, 2018), reiterando que “os grupos reflexivos para homens autores de violência (HAV) contra as mulheres são projetos recentes, sobretudo em âmbito nacional.” (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 2).

Ademais, o crescimento e avanço dessa prática está relacionada às demandas das próprias mulheres, à possibilidade de uma interrupção das violências reiteradas em diferentes relações e à transmissão intergeracional dos padrões de violência perpetuados (BERNARDES; MAYORGA, 2017).

E é em torno dessas expectativas que o grupo “enquanto espaço de reflexão, tem o desafio de penetrar nas múltiplas camadas de sentidos, sentimentos e barreiras/resistências para, por fim, ter a potência de estimular novas formas de pensamento” (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 11).

O acompanhamento dos homens no grupo reflexivo em minhas atividades acontecia de forma interdisciplinar com atuação de profissionais dos eixos de:

Psicologia, Direito e Serviço Social e possui um projeto de execução de 12 encontros com duração de duas horas cada, além de dois encontros de reposição para algum dia faltante. Caso um dos participantes tiver faltas superiores a dois encontros, entende-se que há o descumprimento da determinação judicial.

A atuação prioriza: a discussão da Lei Maria da Penha, diferenciação e desnaturalização dos tipos de violência, responsabilização, fatores de risco e proteção, papéis sociais de gênero, comunicação não violenta, uso de álcool e outras drogas, dentre outros. Pretende-se, no grupo, favorecer o processo de escuta e responsabilização dos atos cometidos; desconstruir estereótipos determinados pela cultura machista; promover espaço que favoreça a construção do autoconhecimento e o aprendizado de outras estratégias de resolução de conflito, contribuindo para o favorecimento de processos de subjetivação instituintes de novas masculinidades.

Na execução desse grupo reflexivo, deparava-me comumente com um discurso de uma masculinidade endurecida, alvo e reprodutora de violência, que me conduziu ao questionamento acerca da relação de se tornar homem e a prática da violência contra a mulher. Isto, pois, pesquisar a essa prática na construção da masculinidade que a sustenta remete à compreensão das percepções e significados que os indivíduos constroem no seu universo permeado por forças institucionais.

Dos desafios imbuídos no processo de acompanhamento desses sujeitos, destaca-se: o não reconhecimento do ato enquanto violento, invalidando a importância de se tratar o tema. Isso fica evidente no relato introdutório deste capítulo e na fala que lhe dá o nome.

Dantas e Mello (2008) evidenciaram isso em seus estudos, apontando que, aos olhos dos homens entrevistados, a violência contra a mulher não parece constituir um problema de saúde ou questão legal. O não reconhecimento das ações violentas soma-se a problemática da obrigatoriedade de participação do grupo. Isso dificulta a responsabilização do sujeito com o próprio processo, pois produz um sentimento coletivo de injustiça, evidenciado nas falas que sinalizam uma não escuta do homem e uma superavaliação da fala da mulher. Para um participante, “qualquer uma que chega lá todo mundo acredita”. Esse sentimento reverbera no comportamento dos participantes que se tornam poucos receptivos

aos encontros, impactando na potencialidade daquele espaço.

Desse modo, a obrigatoriedade de participação no grupo vinculada a uma consequência legal em virtude do descumprimento possibilita a chegada dos homens para o diálogo. Contudo, em um enquadre de obrigatoriedade produz um espaço de antagonismo e confronto, que sinalizam a ausência de reconhecimento dos homens da importância de se falar em masculinidade. Essas oposições à participação e reflexão, foram reiteradas muitas vezes, expressas no grupo da pesquisa com falas “isso para mim é uma humilhação gigante, não vou ficar falando o que não me interessa. Eu perco dinheiro e as mulheres são certinhas... Respeito quem quer falar, tem um português bonito, mas...”.

A forma de boicote não se fazia apenas no discurso oral, mas também em comportamentos em que os participantes sinalizavam o distanciamento do interesse naquela atividade. As anotações no diário de bordo como: “participante aparenta estar dormindo, deitado, no carro, bocejando, dentre outros” evidenciam a força que resistem às reflexões que aquele momento visava produzir. Assim, o silenciamento também está diante das interpelações das analistas, que rotineiramente precisavam citar o nome dos integrantes para que eles participassem.

As problemáticas supracitadas não podem ser deslocadas do reconhecimento da relação delas com o sistema patriarcal, ao qual esses sujeitos também são partes produtoras e reprodutoras. Desse modo, torna-se indispensável compreender os aspectos discursivos e não discursivos relacionados com a produção e configuração dos sofrimentos dos homens com episódios de violência.

A dificuldade de colocar a masculinidade em pauta é consequência da alienação social desses processos de subjetivação, que enquanto instituídos são naturalizados e encobertos, apontando o diálogo sobre essa temática como desnecessário (LOURAU, 2004).

Reiterando-se que o mesmo sistema que valida a prática da violência contra a mulher também expõe os homens a uma situação de vulnerabilidade no manejo consigo próprio (DANTAS; MELLO, 2008). Segundo o relatório “O silêncio dos homens” em parcerias com diversas instituições, 6 a cada 10

homens sofrem de algum distúrbio emocional (ANJOS, 2019).

Contudo, a leitura comumente estabelecida acerca das violências de gênero tem delegado, ao homem, o lugar de algoz, limitando a leitura para uma perspectiva individualista da violência e eximindo o sistema que subjaz o cometimento dela. A dominação dos homens não é exercida individualmente, pelo contrário, é representativo de um poder coletivo instituído na forma como os homens interiorizam e reproduzem as instituições sociais das quais fazem parte (MEDRADO; LYRA, 2008).

Isso se torna um grande desafio, inclusive para a política pública, pois exige dela um deslocamento da perspectiva de que a violência “está associada a uma ‘falta de controle’ do indivíduo, resultado de suas ideias erradas” (BERNARDES; MAYORGA, 2017, p. 7) para a compreensão macropolítica que contribui para essa reprodução.

Desse modo, a proposta deste estudo nasce no intuito de explorar os encadeamentos presentes no processo da construção da masculinidade junto da necessidade de explorar o espaço coletivo promovido em grupo reflexivo com homens acusados dessa prática, delimitando e reconhecendo suas potencialidades e desafios.

2.2 Trilhas teóricas

Certamente os desafios citados acima são plenos de contradições e tangenciam várias instituições, que pretendemos abarcar através da Análise Institucional. De acordo com Baremblytt (1992), as instituições, apesar das suas polissemias, podem ser compreendidas como lógicas, com leis e normas enunciadas que regulam a atividade humana.

Para isso, as instituições precisam se materializar, e elas são criadas a partir de dispositivos e organizações, estabelecimentos, agentes e práticas (BAREMBLYTT, 1992). Conforme Lourau (2004), essa materialização atua em prol da ordem, evitando o aniquilamento da coesão social.

A proposta da existência das instituições e sua materialização não carrega os participantes ali submetidos como subjugados, como passivos e com a obrigatoriedade de se adaptar a qualquer custo. Pelo contrário, Lourau (2004) afirma que “o homem não apenas sofre as instituições, mas também as cria e mantém” (LOURAU, 2004, p. 73).

Isso é devido ao fato de que as instituições não irrompem inesperadamente, mas são resultados de um processo de institucionalização que paulatinamente recrudesce. Para Baremblytt (1992), é difícil situar a história oriunda de uma instituição, contudo, é possível localizar sua potência que tende a modificá-la em suas características ou afundá-las (BAREMBLYTT, 1992).

Para Lourau (2004), há três momentos centrais do conceito de instituição: universalidade, singularidade e particularidade. Em suma, a universalidade retrata a verdade absoluta e universal postulada pelo instituinte, a particularidade se faz na “qualidade de agente de transformação” (LOURAU, 2004, p. 58) instituinte e a singularidade como resultado do processo de integração e regulação das anteriores (institucionalização). Assim, no cerne da análise institucional, há a tentativa de compreender esse processo ativo de institucionalização que é carregado de duas forças que coexistem: o instituído e o instituinte.

A priori, é interessante compreender que as duas forças exercem um importante papel nas instituições e que esses processos são contínuos e interseccionais, acontecendo em um ciclo constante de forças transformadoras e mantenedoras.

Desse modo, é importante o afastamento de uma postura maniqueísta que qualifique e hierarquize essas forças, pois é mais considerável a existência de uma em relação a outra do que suas características valorativas singulares naquele dado contexto (BAREMBLYTT, 1992). Isso porque, com a instituição é sempre um processo, tudo que está instituído já foi um dia instituinte, e todo instituído necessita do instituinte para não se mumificar, ao mesmo tempo em que todo instituinte precisa do instituído para se materializar.

Respectivamente, o instituído possui uma característica estática que busca sua manutenção e reprodução, por vezes, em sua dominação invisível produz uma alienação social, nomeada de automatização institucional e fundada em sua naturalização. Desse modo, a ilusão institucional se torna necessária para a manutenção do sistema social (LOURAU, 2004).

Por outro lado, o instituinte possui um caráter dinâmico, apostando na mudança e na fluidez, surgindo como um processo que desemboca no

instituído (BAREMBLITT, 1992), ou seja, mostrando seu caráter interrelacional com a outra força. Essas duas forças estão presente no processo de institucionalização e no cotidiano das instituições, causando tensões e conflitos.

Estes últimos são vistos como necessários para o processo de transformação, pois somente a partir deles é possível a execução de uma importante etapa da análise institucional: a revelação do não dito. Isso representa permitir o surgimento do instituído e seus pressupostos. Para a análise institucional, somente a partir dos analisadores que isso se torna possível. Eles são ferramentas/fenômenos heterogêneos existentes ou que emergem em campo e permitem o processo de desvelamento das forças ali existentes.

Esse conceito surge com Guattari em seu livro *Psicanálise e Transversalidade* e “pode ser tomado tanto como o evento que denuncia, quanto aquele portador da potência da mudança” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 173). Lourau (2004) cita a existência do analisador que é construído e artificial, que para Barembritt (1992) são dispositivos que os próprios analistas utilizam para produzir situações que favoreçam o aparecimento dos analisadores. Extrapolando, Barembritt (1992) detalha a existência de mais um analisador que ele define como histórico, pois “a própria vida histórico-social-natural os produz por conta própria como resultado de suas determinações” (BAREMBLITT, 1992, p. 72).

Contudo, Rossi e Passos (2014) retratam a complexidade dessa divisão entre artificial e espontâneo, apontando os perigos na compreensão de um analisador artificial apenas enquanto um dispositivo criado pelos analistas de caráter a-histórico, como se apenas o espontâneo fosse carregado de contexto.

Além disso, retratam que um dispositivo espontâneo não é menos construído do que um artificial, até porque o analisador apenas existe em ato, no qual a “avaliação ‘isso é um analisador’ só pode ser feita a posteriori, pelos efeitos de desvios realizados” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 184). Ademais, é importante desassociar o analisador do analista (expert). Essa confusão comumente ocorre, pois, na leitura positivista, entende-se o lugar privilegiado do especialista enquanto único portador do conhecimento necessário para

favorecimento do analisador, mas ele não é.

O expert, enquanto o profissional dotado de um nicho de conhecimento adquirido na sua trajetória, pode ser demandado a fazer uma intervenção em uma dada realidade, em que pouco está familiarizado, ou seja, seu campo de intervenção.

No contexto comum da ciência, esse profissional aplicaria seu conhecimento nesse campo dado, desprendendo a comunidade ali presente de seu próprio saber, afirmando sua desvalorização, e outrora, a partir de um suposto campo de análise, distante daquela comunidade, faria sua discussão com outros profissionais. A cautela enunciada aqui refere-se ao entendimento que o campo de análise não pode ser visto separado da prática (ROSSI; PASSOS, 2014).

A importância do papel do profissional e sua abertura para favorecer o conhecimento do campo, parte inclusive da sua convocação para ocupar o espaço de especialista em determinado campo. No seu texto pequeno manual de análise institucional, Lourau (2004) aponta de forma abreviada sobre a análise da encomenda que se refere a reflexão de quem me chamou e o porquê?, e análise da demanda, o que desejam aqueles que não me pediram para vir? E quais são suas relações com o que me chamaram?

Rossi e Passos (2014) emitem um alerta acerca desta separação, para a promoção de um espaço em que a crítica circule no grupo-interventor, deslocando o profissional apenas do olhar da encomenda solicitada e da suposta cobrança de revelação de verdades. Ademais, isso pode proporcionar a abertura do grupo para a transversalidade; trabalhado por Guattari, como meio de superação das hierarquias impostas; este conceito aponta que “a dinâmica de menor grau de abertura define o grupo assujeitado e a de maior transversalidade, os grupos sujeitos.” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 165).

Grupos sujeitos que encontram espaço crítico nas intervenções dos especialistas desembocam na possibilidade da autoanálise/autogestão, sendo eles vistos como um elemento que viabiliza à comunidade a ser protagonista de suas necessidades e interesses realizando a autogestão de seus problemas (BAREMBLITT, 1992). Desse modo, o saber do expert não substitui, mas somou-se ao ali já existente.

Assim, o conhecimento do especialista não é subjugado, mas também

não se torna dominador. Pelo contrário, a relação do campo de forças presentes na instituição é impactada e afeta o profissional em campo, isso porque discute-se, em propostas mais positivistas, a necessidade de afastamento do campo por parte do interventor para minimizar sua interferência na produção dos dados. Contudo, para Lourau (2004), pensar a implicação significa romper com as ilusões da neutralidade.

Romagnoli (2014) contextualiza o surgimento e fases do conceito de implicação, destacando três momentos: o ideológico moralista (1960-1970), com vistas a promover uma mudança na cisão existente entre a academia e as práticas sociais; o subjetivista-voluntarista (1980), fortemente influenciado por uma época em que a ideia de subjetividade predominava, levando ao entendimento de uma implicação realizada pelo viés da responsabilidade e engajamento do profissional; e o tecnicista (1990), com a insistência da proposta anterior e a criação do conceito de sobreimplicação utilizado para referir-se a dificuldade da realização da análise da implicação, frente a imersão na proposta do instituído no qual se é parte.

Apesar da presença desta última, Coimbra e Nascimento (2008) afirmam que “implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma questão de vontade, de decisão consciente, de ato voluntário” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 145). Significando, assim, nesse modo, a implicação é destino certo dos profissionais em campo, e a realização da análise de sua própria implicação é um degrau indispensável a quem se propõe trabalhar com AI, tendo em vista que ela pode contribuir na clareza dos interesses e jogos de poder presentes em campo (PAULON, 2005).

Sendo assim, um grande investimento nesse conceito. Lourau (2004) aposta que a gênese teórica desse conceito provoca os positivistas e sua gênese social contribui para a autocrítica. Ela foi explanada pelo autor em cinco pontos, a saber:

implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/ intervenção; 2) com o local, organização em que se realiza a pesquisa ou a que pertença o pesquisador e, principalmente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e nas demandas sociais. No plano das implicações secundárias o autor ainda aponta; 4)

implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e 5) implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva à exposição da pesquisa. (PAULON, 2005, p. 23).

Em suma, tratam das relações de poder do interventor diante de sua relação com o grupo com o saber e suposto saber, e com as forças das instituições ali constituídas. Isto, pois, a relação existente nesse campo de análise e que é atravessada pela presença dos corpos em campo, independentemente de seu lugar ocupado, pode produzir, inclusive, o objetivo último da AI, como o desvelamento das instituições presentes a partir da validação dos analisadores para “a recuperação do poder de organização e do autogerenciamento do processo produtivo” (BAREMBLITT, 1992, p. 91).

Para Rossi e Passos (2014), a “a análise da implicação faz análise do sistema de lugares ocupados, apontando para forças extra pessoais que compõem os contextos institucionais” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 174). Esse conceito é primordial para execução deste estudo, tendo em vista que atuei diretamente no campo de pesquisa, inclusive durante a realização do estudo.

Tendo em vista que a implicação não é uma escolha, parafraseando Coimbra e Nascimento (2008), a sua análise se torna pertinente para a compreensão ética desta pesquisa. Tanto os analisadores quanto a implicação aparecem em nossa pesquisa e em como fizemos nossa trajetória no campo.

2.3 Caminhos metodológicos

Este estudo se insere na linha de pesquisa de intervenção por divergir da proposta cartesiana de neutralidade, “gestada enquanto estratégia de produção de conhecimento combativa ao modelo do projeto moderno de ciência, esse almejando a dicotomização sujeito-objeto, razão-realidade” (AMADOR, LAZZAROTTO, SANTOS, 2015, p. 231).

Para isso, associa-se o/a pesquisador/a e a população pesquisada para a produção coletiva de conhecimento, considerando que o campo de investigação é também o espaço concreto de intervenção. Na interface entre o saber e o fazer, a pesquisa de intervenção acompanha processos nas situações cotidianas. Na tentativa de escapar da forma dominante de se fazer ciência na qual há uma forte

dissociação da produção de conhecimento com a realidade, operando para uma simplificação assídua do que se pretende estudar, essa modalidade de pesquisa sustenta a dimensão relacional e interativa para conhecer o mundo que nos cerca, abrindo para o heterogêneo e o plural.

Desse modo, a minha participação no percurso da produção de dados, inseriu-se no campo da partilha de saberes e afetações. Durante os encontros, a proposta direta de intervenção aos participantes foi singela tendo em vista o contexto complexo da resistência que ali se apresentava.

Em contrapartida, a cada final de encontro, a abertura maior de um espaço de troca, entre as analistas e eu, permitiu a ampliação de um campo de análise e de intervenção que possibilitou tecer críticas, propor atividades e dizer do que toca. Inicialmente, causou-me receio sobre o como elas se sentiriam com minha presença, não apenas como pesquisadora, mas como também profissional da área, tendo em vista que na época ocupávamos o mesmo cargo.

Essa ambivalência ressoou na relação estabelecida com as profissionais que acompanhei, na medida que parte de mim desejava contribuir para as intervenções realizadas e, de modo simultâneo, receava fazê-lo, tendo em vista a possibilidade de desarranjar a estrutura que elas já haviam preparado.

Todavia, a recepção delas, o cuidado e abertura com a pesquisa, permitiram a criação de um relacionamento breve que tinha espaço para o sofrimento, angústia, medo e desabafo após cada encontro executado. Naqueles momentos costumávamos realizar troca de material e compartilhamento dos dizeres que circularam no encontro para tecermos opiniões sobre os próprios participantes.

Para Rossi e Passos (2014), a pesquisa-intervenção discorda da separação postulada pela ciência entre campo de intervenção e de análise, bem como vincula a produção de conhecimento com a intervenção social. Assim, a minha participação na pesquisa, à medida que se corporifica no campo, enseja às transformações que permitiriam ao campo afetar e ser afetado.

Para a realização deste estudo, fizemos tanto um levantamento bibliográfico quanto uma pesquisa de campo. Para o levantamento bibliográfico, buscamos materiais nas bases de pesquisas: Scielo, base CAPES de teses e outras plataformas que pudessem garantir a cientificidade dos estudos publicados.

Os temas escolhidos e utilizados para leitura desta pesquisa foram artigos e materiais de estudos similares anteriormente realizados sobre gênero com enfoque maior em masculinidade, que apontaram certa escassez, violência contra a mulher e, por fim, acerca da análise institucional de René Lourau, que é referência deste trabalho.

Para o trabalho de campo desta pesquisa, foi necessária a solicitação de autorização da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) para o acompanhamento de um grupo reflexivo executado com homens acusados da prática de violência contra a mulher e que foram encaminhados pelo sistema judicial a partir de medidas cautelares e protetivas.

A participação no grupo era obrigatória sob pena de descumprimento de uma determinação judicial, e era executada por duas analistas sociais do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) que estiveram responsáveis pela realização do grupo. No projeto inicial, a proposta era o acompanhamento de um grupo de modo presencial no município de Betim (MG), local de minha atuação e moradia.

Entretanto, diante de mudanças de analistas na equipe, uma vez que sempre há um rodízio de profissionais, que naquela época trocavam constantemente, os únicos grupos a serem realizados contariam com minha participação enquanto profissional, o que seria um grande atravessamento na execução da pesquisa. Este atravessamento poderia dificultar alguns elementos importantes para este estudo, como: os pareceres éticos sobretudo da própria instituição e sua autorização à pesquisa; a relação dos participantes comigo tendo em vista que simultaneamente estaria ali para pesquisar e realizar um relatório ao judiciário sobre o cumprimento deles; e o manejo de realizar intervenções e registrar dados para a pesquisa concomitantemente.

Dessa maneira, para seleção do grupo a ser acompanhado foi levantado, junto à direção do programa CEAPA, o cronograma de grupos de diferentes municípios. Levou-se em consideração a minha disponibilidade e a data mais próxima de início da atividade. Assim, o grupo reflexivo da equipe de Belo Horizonte a ser executado de modo virtual foi escolhido para ser acompanhado. Após consulta à supervisão da equipe e às duas analistas que coordenariam o grupo, demos início ao processo.

Nesse contexto, esta pesquisa foi composta pelo acompanhamento de um

grupo realizado virtualmente durante o período de 26 de abril de 2022 a 19 de julho de 2022, considerando as diretrizes condicionantes postuladas pela SUPEC. São elas: a participação contínua de todos os encontros em um mesmo grupo e fora do turno do meu trabalho como profissional. A escolha dos participantes foi realizada pela equipe conforme critérios norteados comumente naquele espaço, não havendo nenhuma alteração específica para atender ao nosso estudo. O grupo que acompanhamos se iniciou com 10 participantes, mas um dos participantes não deu seguimento ao acompanhamento, descumprindo, assim, a determinação judicial, consideremos, então, 9 participantes. O acompanhamento do grupo aconteceu pelos 13 encontros realizados, sendo 12 com todos os participantes e 1 encontro com 6 participantes, destinado à realização de uma reposição para os que faltaram em algum dos outros dias.

Ademais, também foram realizadas entrevistas virtuais e individuais com as duas analistas sociais do programa que executaram o grupo acompanhado, acontecendo na data 26 de julho de 2022. Para essa entrevista, um roteiro semiestruturado foi estabelecido com perguntas norteadoras mas também com espaço para diálogo aberto e fluído. Para ambas as atividades, a gravação das falas não foi permitida pela gestão responsável da unidade e, desse modo, as informações aqui analisadas estavam também descritas no diário de bordo alimentado durante cada encontro realizado.

Para Passos e Barros (2019, p. 172), o trabalho da pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro, não só daquilo que é pesquisado, mas também do processo de pesquisar. O diário de campo, alimentado durante o acompanhamento de cada encontro, representou, no decorrer da pesquisa, a oportunidade de registrar dois grandes marcadores essenciais para o caminhar dela: os registros de falas e comportamentos não verbais dos participantes, bem como as minhas angústias diante dos desafios no decorrer da minha participação em campo.

Como não houve a autorização para gravação das falas, o conteúdo majoritário do diário de bordo foi composto por destaques em narrativas verbais e não verbais acerca dos participantes, buscando construir uma base sólida de elementos para serem analisados e transpostos pela teoria aqui subjacente. Ademais, também foram registrados sentimentos como desafios para a execução das participações, desejo de intervenções, angústias frente a certas

falas, intervenções diferentes das que conduziam o grupo.

Desse modo, “o registro de trabalho ganha, dessa forma, a função de dispositivo, não para concluir o trabalho, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa (PASSOS; BARROS, p. 172-173). E foi a partir desses registros que a pesquisa ganhou forma e permite ser considerada para a análise de dados não somente falas, mas afetações registradas em ato que permitiam uma análise de uma implicação, posteriormente, aqui apresentada.

Com o intuito de apresentar uma breve descrição sociodemográfica dos participantes, foi solicitado à SUPEC, via *site* de acesso à informação, os dados (idade, estado civil, renda, situação ocupacional, bairro, e uso de substâncias lícitas ou ilícitas) dos participantes para sua caracterização. Entendíamos que esses dados poderiam complementar e serem pertinentes para análise de dados. Desse modo, a tabela a seguir apresenta as informações dos homens participantes do grupo da pesquisa.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos dos homens participantes

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos homens participantes

Pessoa (P)	Bairro	Regional	Faixa etária	Estado Civil	Renda	Situação ocupacional	Uso de Drogas Lícitas?	Uso de Drogas Ilícitas?
1	Barreiro	Barreiro	60 anos ou mais	Divorciado	Mais do que R\$ 6.060,00	Autônomo com Previdência	Sim	Não
2	Vila Oeste	Oeste	30 a 39 anos	Solteiro	Não quis informar	Empregado sem CT	Sim	Não
3	Anchieta	Centro Sul	30 a 39 anos	Divorciado	Mais do que R\$ 6.060,00	Autônomo com Previdência	Não	Não
4	Salgado Filho	Oeste	30 a 39 anos	União Estável	Acima de R\$ 2.424,00 até R\$ 3.636,00	Empregado com CT	Sim	Não
5	Grajau	Oeste	40 a 49 anos	Casado	Mais do que R\$ 6.060,00	Funcionário Público	Não	Não
6	Vista Alegre	Oeste	50 a 59 anos	Solteiro	Acima de R\$ 1.212,00 até R\$ 2.424,00	Empregado sem CT	Não	Não
7	Cachoerinha	Nordeste	40 a 49 anos	Casado	Não quis informar	Funcionário Público	Sim	Não
8	Nova Cachoerinha	Nordeste	50 a 59 anos	Casado	Não quis informar	Autônomo sem Previdência	Sim	Não
9	Barragem Santa Lucia	Nordeste	40 a 49 anos	União Estável	Não quis informar	Autônomo com Previdência	Sim	Não

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/SEJUSP- Núcleo de Pesquisa e Extensão

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, 2021.

A partir de uma observação dos dados apresentados, destaca-se uma incidência de homens maiores que 30 anos e que informam acerca de uso de drogas lícitas. Apesar deste último não estar caracterizado na tabela, percebe-se, pelo acompanhamento da pesquisa, a ocorrência do consumo do álcool. Os demais dados apontam para uma diversidade de informações que encontra, em alguns elementos, maiores destaques, como a região de moradia entre Nordeste e Oeste. A renda, em que dos 5 participantes optaram por informar, 3 apresentam

renda superior a R\$ 6.060,00 e dois com salários entre R\$ 1.212,00 até R\$ 3.636,00.

Tabela 2 – Perfil das analistas que executaram o grupo

Tabela 2- Perfil das analistas que executaram o grupo			
Formação	Idade	Tempo de atuação profissional na política de prevenção	Tempo de execução de grupos com Homens
Direito	29	13 meses	3 meses
Serviço Social	29	18 meses	12 meses

Fontes: Dados elaborados pela pesquisadora

Fonte: Dados elaborados pela pesquisadora, 2021.

Na tabela 2, temos os dados das analistas responsáveis pelo acompanhamento do grupo que possuem diferentes formações e tempo de experiência. Desses dados, destaca-se que apesar do tempo de trajetória de atuação no programa CEAPA ser parecido, há uma discrepância acerca do tempo da experiência com o grupo de homens. Esse dado sinaliza a importância reiterada por elas na entrevista da execução em par, tendo em vista a troca possível nessa dinâmica.

A discrepância do gênero delas e dos participantes, bem como a idade, também afetavam a execução, afinal “me chamava de menina, trazendo a questão da idade”, relata analista entrevista. Para Saffioti (2015), o patriarcado é o sistema que transforma as diferenças em desigualdade e, nesse contexto, o fato de duas mulheres jovens dialogarem sobre masculinidade produz afetações. Estas, posteriormente, serão analisadas.

No nosso percurso investigativo, a constante reflexão acerca da condução do estudo e minha postura investigativa tornaram-se indispensáveis, junto com a interpelação do direcionamento ético e os impactos na população estudada. Denominado na França de *praticien-chercheur* (PENIDO, 2015), o *status* síncrono de ser pesquisadora e profissional alerta para os desafios que podem ser apresentados diante da proposta de se pesquisar o que se trabalha, atravessados pelas expectativas e interesses de uma só pessoa de duas posições diferentes.

Entretanto, os mesmos desafios que tornam essa tarefa árdua também a potencializam na medida em que o campo de atividade profissional se torna

espaço para produção de dados. Isso ocorre, pois a afetação em campo pode retornar como possibilidade para um melhor fazer profissional de todos ali presentes.

Além disso, somado ao contexto da pesquisa que permeia a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher, reitera-se a importância do cuidado na realização da análise de implicação que busca compreender a postura e o envolvimento do pesquisador diante das informações a serem analisadas (SANTOS, 2019). Assim, ameniza-se as consequências que possam surgir pela ausência de cautela da *praticien-chercheur* em reconhecer os impactos que sua presença possa causar.

Desse modo, a etapa indispensável da pesquisa-intervenção é a análise de implicação, tendo em vista a inexistência da neutralidade, postulada pela análise institucional de Rene Lourau, referência desta pesquisa. Para Rossi e Passos (2014), a “a análise da implicação faz análise do sistema de lugares ocupados, apontando para forças extra pessoais que compõem os contextos institucionais” (ROSSI; PASSOS, 2014, p. 174).

Esse conceito é primordial para execução deste trabalho, tendo em vista que, como acima explanado, eu atuei diretamente no campo de pesquisa, inclusive, durante a realização do estudo. A implicação não é uma escolha, parafraseando Coimbra e Nascimento (2008), assim, a sua análise se torna pertinente para a compreensão ética desta pesquisa.

Todos nós estamos implicados, resta saber como. Assim, como a implicação não é um ato de vontade, mas, sim, constitutiva das instituições, estivemos sempre atentos ao que elas nos deflagravam. Como nos lembra Paulon (2005), o objeto de estudo sempre produz efeitos no pesquisador e

a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto das cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí a próprio lugar de saber e o estatuto de poder do perito pesquisador. (PAULON, 2005, p. 21).

Para realização da minha análise de implicação, convoquei dois elementos centrais que se tornaram analisadores na medida em que a partir deles pude problematizar o meu lugar e também as instituições presentes em meu objeto de estudo. São eles, respectivamente, apresentados “os desafios do instituído”, “a

interseccionalidade dissidente”,

2.3.1 Os desafios do instituído

A minha trajetória no campo de atuação profissional na organização acima citada foi marcada por uma dedicação e, por vezes, reconhecimento do trabalho executado. Desse modo, as minhas expectativas com a pesquisa se referiam, dentre outras, também a possibilidade de um maior crescimento profissional, fazendo-se, assim, necessário a análise de implicação com a organização no qual se atua e pesquisa.

O tema aqui estudado é uma das temáticas mais significativas para o programa, que significaria estar expondo potencialidades e desafios do carro chefe e, mais que isso, expondo-me. A exposição teve como referência um analisador universal de Lourau, o prestígio, meio pelo qual me conduziu a uma dedicação inicial acrítica dos desafios dos processos de institucionalização.

Por vezes, a confusão entre pesquisadora e profissional surgia muito, principalmente, pela crença supostamente irreal de que algo se devia à organização pela autorização da pesquisa e pelos constantes reajustes de horários que foram necessários ser realizado. Soma-se a isso, a minha ligação socioafetiva com o trabalho, com a realização prática de algo a que se acredita, que inclusive me leva a desejar continuar a práxis, mesmo após a oportunidade de recebimento de bolsa de dedicação exclusiva. Interferir e tentar transformar as relações de poder entre os homens e as mulheres era ainda uma aposta.

A partir da inexistência da neutralidade do corpo em campo, a impossibilidade da mistura profissional-pesquisadora, por vezes dificultou a execução de um viés mais crítico sobre os desafios instituídos durante e para a produção de dados. Ademais, tomando o analisador “divisão do trabalho”, explicitado por Lourau, o posicionamento adotado para as diversas apresentações em atividades, como congresso e afins, trazia consigo um sentimento de receio devido ao entendimento de que hierarquicamente haveria outras posições que deveriam ser faladas.

Para Lourau (2004), a análise da encomenda se refere à reflexão de quem me chamou e o porquê da solicitação, pois mesmo que não tenha sido a própria organização que me convidou a pesquisar, todo espaço a se ocupar para a execução deste estudo dependia diretamente dela. Desse modo, a autorização

da organização para execução da pesquisa pode sinalizar uma abertura às forças instituintes em seu processo de institucionalização, apesar, por outro lado, a gravação das falas não ter sido claramente permitida, ou negada, deixando sempre a sensação de vivenciar a simultânea sensação de suporte e cobrança.

Contudo, para pensar a pesquisa enquanto possibilidade de sustentação do instituinte, das forças que trazem o novo, foi necessário o rompimento da necessidade de corresponder às expectativas do local, que me levava a desejar produzir um material que apontasse apenas as benfeitorias institucionais, ou seja, fazendo reprodução, e não dando espaço para a crítica e transformação.

Rossi e Passos (2014) emitem um alerta acerca dessa separação para a promoção de um espaço em que a crítica circule no grupo-interventor, deslocando o profissional apenas do olhar da encomenda solicitada e da suposta cobrança de revelação de verdades. Assim, abrindo espaço inclusive para a implicação na escritura e divulgação dela, pois o receio de partilhar um material que afete a visão social do programa ainda é existente, exigindo um esforço na compreensão da importância dos conflitos enquanto possibilidades da abertura do instituinte.

A partir dos pontos explanados acima, há um ponto central que perpassa a análise da implicação que foram os desafios do instituído do qual fiz parte. Primeiramente, é importante salientar que profissionalmente, encontrava-me muito sobrecarregada em meu cotidiano de trabalho, tendo em vista toda uma mudança de direção, supervisão, gestão e analistas. Como profissional mais experiente e mestranda de uma temática pertinente, sentia-me desafiada a encarar toda a realidade com muita sagacidade e ausência de erros, o que logo produz adoecimentos.

Assim, a constante pressão do próprio mercado capitalista, o imperativo pela busca de produtividade contínua e intensa, as cobranças e insatisfações principalmente permeadas pelo analisador de poder dentro da organização contribuíram para a necessidade de saída, tendo em vista a paralisação do meu processo de escrita que exigia liberação para a criatividade, parceira do instituinte. Estar na instituição, viver os embates das forças instituídas e as tensões dos analisadores atravessava a minha capacidade de escrita, que não encontrava espaço nesse contexto.

Diante desses desafios, ainda permeado pelo processo de adoecimento,

o movimento de sentir-se exclusivamente responsável por ele, e por outros processos, diante da ausência de autoanálise da organização, tornou a posição pesquisadora-profissional insustentável. Nesse impasse, tornei-me apenas pesquisadora, atividade que provoca reflexões para promoção da abertura do instituinte, a crítica e a invenção para contribuir com processos de institucionalização que permitam vislumbrar uma melhoria de fato no enfrentamento a violência contra a mulher.

2.3.2 “Interseccionalidade dissidente”

Para Crenshaw, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Apesar do avanço obtido com esse conceito, ressalta-se que outras feministas já problematizavam essa complexidade antes mesmo de sua conceituação, explorado por mulheres brasileiras, negras e feministas.

Romagnoli e Silva (2022) destacam a luta de Gonzalez (1988) para a “intrínseca e inegável articulação entre fatores históricos, políticos, culturais e subjetivos que mantém a estrutura patriarcal, colonial e racista de dominação sobre as pessoas não brancas” (ROMAGNOLI; SILVA, 2022, p. 5). Da mesma maneira, Sueli Carneiro aponta a importância de mulheres negras na mesa de debate do feminismo branco, colocando em pauta fatores que retratam as especificidades da experiência da mulher negra frente ao racismo (ROMAGNOLI; SILVA, 2022).

Na experiência desta pesquisa não seria diferente. A diferença de gênero entre os participantes *versus* analistas e eu era transportada para um lugar de desigualdade. Vivemos diversas situações em que o grupo se manifestava de forma negativa e agressiva a respeito de certas mulheres, sem refletirem que estavam diante de três delas. Por vezes, a desigualdade presente na diferença de gênero era amenizada pela representação jurídica das analistas, possibilitando determinada abertura dos participantes para ouvi-las, entretanto, uma escuta por vezes pouco acolhedora.

Para Belarmino e Leite,

se por um lado, a instituição justiça é utilizada como peso

compensador das assimetrias de poder entre homens e mulheres, por outro também pode representar uma dificuldade ao grau de abertura às falas dos homens autores de violência. (BELARMINO; LEITE, 2020, p. 8).

Inicialmente, até fiquei com receio de que os integrantes do grupo pudessem minimizar suas próprias falas, tendo em vista o contexto de pesquisa, mas isso não aconteceu, não se tornando, a minha participação como algo que reprimi. Pelo contrário, o espaço para falas – independente de qual seja – estava posto diante do contexto permeado pela contradição da importância da abertura à circulação da palavra e da contínua sensação de punição relatada pelos participantes.

Na verdade, não apenas naquele espaço, a correlação existente entre certos posicionamentos dos participantes com a atual conjuntura social-política foi pauta em diálogo com as analistas, no qual apontávamos o elemento reprodutor de discursos apresentados do presidente em exercício no período, representante da extrema direita e com ataques diretos às mulheres. Tema esse explorado nas páginas a seguir. Infelizmente, dificilmente, realizaram-se intervenções após esses posicionamentos, principalmente misóginos, usando a justificativa de que eu não era a analista do grupo ou que não queria interferir. Contudo, em análise hoje, percebo o receio existente de me posicionar e não saber lidar com a réplica.

Outro fator interseccional é a compreensão de que além de ser mulher, ainda sou negra e, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), 62% das mulheres vítimas de feminicídios são negras. No grupo, a violência não foi direcionada diretamente a mim, contudo, na pauta das diferenças, o racismo ficou evidente a partir da fala de um participante, que inclusive leva outro integrante negro a solicitar mudança de grupo.

Essa violência nunca diretamente direcionada, mas que afetava os corpos tidos como dissidentes “mulheres e negros”, soma-se ao fato da minha figura ser a representação dos dois, e essa violência – mesmo que descritivamente não era sobre mim – passa a me afetar, como se fosse diretamente comigo, porque, na verdade, também era. Nesses momentos, o diário de bordo se tornou espaço de anotações sobre os ditos e os sentidos, e junto às conversas posteriores com as analistas, permitiam-se o aparecimento das angústias, da transformação, do

instituinte.

Por fim, com o intuito de apresentar e realizar a análise dos dados produzidos no grupo e nas entrevistas com as analistas e em interlocução com as ideias de René Lourau, três elementos emergiram enquanto temáticas a serem problematizadas. Tendo em vista que, em ato, ao emergirem dos nossos encontros, esses elementos, que são trechos de relatos de participantes, tornaram cognoscível as angústias presentes nos participantes ao comporem àquele espaço.

Desse modo, cada elemento descrito apresentou um desvelamento da perspectiva de reprodução que disputa espaço com a possibilidade de (re)significação e cada qual é apresentado a partir das falas dos participantes e das analistas.

Assim, nesta pesquisa eles serão os principais condutores da trajetória analítica. Delimitamos esses analisadores a partir das falas dos homens e das analistas no grupo que acompanhamos. São eles: 1. “Ser homem é horrível, é pagar pecado, sem ter pecado.”, 2. “Não pode chamar de branquelo, negão, o mundo tá com muita hipocrisia.”, 3. “O que é permitido para elas não é permitido para gente”.

3 “SER HOMEM É HORRÍVEL, É PAGAR PECADO, SEM TER PECADO”

Era o terceiro encontro e um vídeo extenso sobre masculinidade estava sendo apresentado no encontro virtual. No meu diário de campo, escrevia as seguintes anotações: “homem com a câmera ligada, mas não está lá, um homem saiu da chamada, outro homem fazendo não com o rosto”. Após o vídeo e o questionamento das analistas sobre suas perspectivas, o silêncio fazia-se presente... Nos encontros seguintes, a masculinidade ainda estava sendo discutida, não pelos participantes, mas pela insistência das analistas em debater a temática, até que no quarto encontro surge “interessante, o homem tem que ser forte, gostar de futebol, tomar cerveja no bar e arrotar”, o que não parecia ser uma afirmação, mas antes de tudo uma interrogação a si próprio.

Para repensar o conceito de masculinidade, é necessário dialogar de maneira mais ampla a respeito de gênero que, apesar do reconhecimento de sua complexidade, outrora já foi confundido como sinônimo de mulher. Por essa razão, esse conceito recebe duras críticas, pois sua dimensão político-social não se limita a isso, mas, sim, as diversas construções não contempladas nesse binarismo (ROMAGNOLI, 2018). Desse modo, várias releituras a respeito desse tema foram realizadas.

Safatle (2015) aponta o psiquiatra Robert Stoller como responsável pelo primeiro surgimento desse conceito em 1968 em um livro intitulado *Sexo e gênero*, no qual “procurava descrever as dinâmicas de construção de identidade de gênero através das articulações, entre processos sociais, nomeação familiar e questões biológicas” (SAFATLE, 2015, p. 174).

Em contrapartida, o retrato do homem a despeito de sua masculinidade parece se articular com a definição do seu sexo, como aparece na fala de um participante do grupo “primeiramente para ser homem tem que ser do sexo masculino”. Isso contradiz a lógica aplicada aos estudos de importantes referências, em contrapartida retrata a força arcaica da lógica binária e patriarcal.

No entanto, para as leituras desse conceito, precisa-se alcançar os discursos sobre direitos humanos, campo político e das políticas públicas (MACHADO, 2000). Apesar dessa exploração ser aparentemente fecunda,

seu extenso uso recebe duras críticas na medida de sua possível banalização. Saffioti (2015) sinaliza o mesmo pensamento e reitera que “cada feminista enfatiza um determinado aspecto do gênero, havendo um campo limitado de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

A teoria *queer*, por outro lado, é enriquecida pela autora Judith Butler. A leitura por vezes simplista de gênero enquanto vítima de uma construção social ganha uma outra roupagem. As discussões acerca de identidade e gênero são fortemente exploradas pelo sentido de suas subversões. Para Safatle (2015), Butler não estava interessada em entender como os sujeitos se assujeitam, mas, sim, como eles vivenciam as normas, as subvertem e produzem novas saídas.

O próprio conceito *queer*, outrora carregado de sentido de achincalhamento dos corpos dissidentes, foi ampliado e ganhou novos sentidos. Destacando que *queer* em inglês se refere a um xingamento, o autor Miskolci (2012) refere a problemática *queer* associada à sua abjeção, como aquilo que “constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade.” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Desse modo, as leituras diversas do conceito de gênero se destacam não somente pela busca incessante de entendimento de um corpo generificado, mas também enfatiza que as relações existentes dentro de um contexto histórico-social podem transpor essas diferenças como desigualdade.

Essas desigualdades, ao integrar o contexto social vivenciado pelos participantes deste estudo, carrega os sentidos ali apreendidos que também estão presentes no espaço grupal, tornando a relação de analistas e participantes um campo de difícil análise, registrada algumas vezes no meio diário de campo pelo desatino de “participante interrompendo a fala das analistas”.

Assim, gênero é uma estrutura muito complexa que abarca temáticas como família, sexualidade, economia e o próprio estado em uma dimensão, inclusive, internacional (CONNELL, 1995). Desse modo, Joan Scott (1995) descreve o gênero como uma forma marcada de construir as relações de

poder. Limitar o diálogo de gênero às mulheres significaria negar a existência da rica possibilidades de generificações, bem como censurar sua alteridade.

Para complemento desse diálogo, o patriarcado é peça chave para o entendimento de como a compreensão de gênero é materializada, afetando o contexto histórico-social vivenciado pela sociedade. Para Saffioti (2015), o sistema patriarcal “configura um tipo hierárquico de relação, que invade toda a sociedade” (SAFFIOTI, 2015, p. 60), apontando-o como aquele que transforma as diferenças do gênero em desigualdade.

Contudo, esse conceito diante de sua complexidade não se limita apenas a discussão realizada por essa autora. Em Machado (2000), encontra-se críticas no cuidado ao se pronunciar gênero e patriarcado, tendo em vista que são campos de estudos diferentes, e sem essa leitura corre-se o risco de apontar as relações de gênero apenas pela ótica desse segundo conceito.

Para Badinter (1993), o patriarcado não é apenas uma forma de família, mas toda uma estrutura social que nasce do poder do pai, sustentando, na própria linguagem, o homem enquanto a referência de universal. Podendo, assim, ser tomado enquanto um sistema que mantém uma hierarquia imposta há milênios, que é atravessada pelo contrato sexual, de direito do homem ao corpo da mulher e dos contratos entre eles compartilhados de devoção a esse sistema (SAFFIOTI, 2015).

A naturalização desses contratos pode por vezes apontar uma falsa impressão do aceite legal da mulher, inclusive presente naquele famigerado discurso de que “mulher gosta de apanhar”, que reiteradamente já escutei na minha prática.

Os participantes do grupo desta pesquisa apontavam que “a mulher pode tudo, sair de casa, ir para uma casa de apoio, mas ela retira a queixa porque sabe que ela também causou confusão”, o que aponta uma dificuldade no entendimento dos contextos social-econômico-emocional que podem levar uma mulher a retirada da queixa e uma desresponsabilização que direciona para a vítima a culpa pelo feito.

Para Saffioti (2015), apenas é possível dizer de uma certa concordância com a violência quando a relação não é díspar, não sendo esse o caso. Assim, não há uma aquiescência, mas uma submissão. Independentemente da posição ocupada pelo gênero, no jogo de poder entrelaçado ao sistema

patriarcal, a sua naturalização conduz aos modos de subjetivação que demarcam, de maneira reiterada, a responsabilidade de cada qual para a manutenção de sua existência, posicionando, assim, homens e mulheres nesse manejo de reprodução dos valores outrora postos e das relações assimétricas entre eles.

Em outros termos, a submissão dos corpos aos contratos envolvidos no patriarcado não é apenas feminino, mas a masculinidade a partir de uma outra ótica é amarrada nesse sistema de valores que também produz uma incursão no território do corpo masculino.

Isso significa, essencialmente, um conjunto de atitudes e expectativas que definem a masculinidade apropriada, existindo um conjunto de comportamentos descritos para esses sujeitos que são afetados e reprodutores de normas (CONNEL, 1995). Nesse contexto, podemos afirmar que a ordem patriarcal é forte e atravessa todas as instituições. (SAFFIOTI, 2015).

Desse modo, a interpelação dos homens acerca do que são é imbuída dos valores repassados como adequados para confirmação de sua masculinidade, tornando o homem e seus sentidos atravessados pela instituição patriarcal que lhes demanda.

Garcia (1998) aposta que a masculinidade é construída “socialmente, histórica, mutável e relacional” (GARCIA, 1998, p. 36). Saliencia que a antropologia feminista vem analisando a masculinidade e os atributos do que é ser homem, reiterando que a representação simbólica da masculinidade exerce significativo papel na definição de atitudes dos homens, sobretudo à sexualidade e reprodução.

3.1 Masculinidades, roteiros, pretextos

Diante do seguinte questionamento “O que é ser homem para você?”, os participantes da pesquisa apontaram características em comum como: “ser digno, trabalhador, honesto, provedor do lar e ajudar na casa”. Desse modo, entrelaçada aos conceitos de gênero e patriarcado, a masculinidade não pode ser deslocada do seu contexto histórico, pois encontra-se intimamente ligada às transformações sociais que dão sustentação ao seu significado.

Badinter (1993), ao apontar o ser homem enquanto um imperativo,

carregado de “seja homem”, nos interpela ao refletir que, diante desse comando, a virilidade pode não ser algo tão natural quanto se faz parecer. Esse posicionamento desloca-se do discurso dominante que localiza uma suposta predeterminação da masculinidade, como uma faceta instituída em nossa sociedade. Ou seja, o entendimento do que seria o homem perde seu lugar unívoco, deslocando-se para um rizoma de diferentes potencialidades e desafios, uma rede traçada por atravessamentos históricos e sociais.

Em contrapartida, pela minha experiência profissional, a reiterada dificuldade dos homens em dialogarem sobre a masculinidade ressoa como a crença na premissa de que há uma única maneira de a expressar, e que assim eles já o fazem.

Desse modo, não há necessidade de se refletir sobre o tema ou se o fizer, não é pelo tempo determinado para o grupo. “Duas horas de curso é muito, não?” Interpela o participante deitado em sua rede. A resistência dos participantes em dialogar acerca da temática não se fazia apenas no discurso oral, com “Se pegar atestado, pode faltar?”, como indaga outro participante no 9º encontro, mas também em comportamentos que sinalizavam o distanciamento do interesse naquela atividade, conforme descrito no trecho que inicia este capítulo.

Assim, interpelo sobre os sentidos subjacentes na resistência e arrisco-me a apontar dois elementos. Primeiro, a aceitação de compor aquele grupo parecia relacionar-se com a presunção de culpa, na perspectiva dos participantes, instauradas pelo judiciário e corporificadas no encaminhamento.

As falas que sinalizam esse atravessamento apontam a relutância relacionada à importância do esclarecimento do fato, provando a inocência. Essa preocupação foi sinalizada em falas, como: “Estou com coração partido... É humilhante, mas vou participar fazendo minha parte... Espero que eu prove minha inocência logo...”.

Assim, na perspectiva dos participantes, um espaço que se propicie a dialogar sobre a masculinidade é desnecessário, sendo tolerado apenas aos violentos e quase que desumanos mencionados pelos próprios homens. Afinal, “Tô aqui sem ser bandido para estar aqui”, ou “O cara deu 16 facadas, esse deveria estar na cadeia, e não eu que tô aqui”. Dessa maneira, o antagonismo se faz elemento essencial para, de modo contumaz, dizer que aquele espaço a

eles não pertence, pois o que interessa de todo esse contexto é saber se “Minha ficha fica suja?”, questiona um dos participantes.

A oposição à participação parecia ser também atravessada pelos questionamentos que localizavam nos corpos das analistas a interpelação da capacidade para dizer sobre masculinidade. Uma analista relata na entrevista a sensação de ser sempre questionada como: “Vocês mulheres falando sobre isso?”, sendo que esse tema será mais bem aprofundado no Capítulo 5.

Ademais, há crises de masculinidades sendo retratadas na literatura e que também foram evidenciadas pelos participantes da pesquisa ao longo de seus discursos apontavam que “As coisas não são mais assim”, ao dialogarem acerca do machismo.

Badinter (1993) salienta que a origem dessas crises sobre a identidade masculina surge no século XVII e XVIII, a partir dos movimentos das preciosas francesas que eram mulheres emancipadas que questionavam as constantes violências e zombarias sofridas. A partir de sua militância, reclamavam o direito de ascensão social e dignidade, interrogando, assim, o papel masculino outrora adotado, na tentativa de inverter o modelo do homem bruto e exigente (BADINTER, 1993).

Contudo, conforme apontado pela mesma autora, o “debate sobre a identidade masculina foi mais explícito na Inglaterra” (BADINTER, 1993, p. 13), advindo das tensões das inglesas que questionavam o direito acerca da sexualidade, apontando que a crise da masculinidade surge em países de “civilização refinada, onde as mulheres gozam de mais liberdade que em outros lugares” (NOLASCO, 1993, p. 21).

Garcia (1998), inclusive, reitera que a maioria dos estudos iniciais sobre identidade masculina tinham a sexualidade como foco, bem como apontavam os possíveis ônus na vida física e psicológica dos sujeitos submetidos às experiências limitadas pela cobrança de papéis, criticando seu universalismo e característica estática.

A demasiada força para corresponder a essas normas podem levar a crise pessoal como afirma Connell (1995), uma vez que o papel hegemônico deixa de fora não apenas os que não se encaixam nele, mas também as partes de si mesmo que não se adequam a esse ideal. E esse descolamento necessário de si próprio pode produzir ônus no campo relacional consigo

mesmo e com outro.

Em contrapartida, nesta pesquisa, o reconhecimento desse ônus intimamente relacionado com a construção da masculinidade ainda se mostra turvo, isto porque esse tema não foi muito explorado pelos participantes que relutaram em fazê-lo.

Em um relatório realizado por um grupo de instituições denominado de “Silêncio dos homens” aponta que os homens se suicidam quatro vezes mais que as mulheres” (ANJOS, 2019). O sofrimento imbuído no processo de construção da masculinidade surge no grupo salientado apenas como resultado do processo de acusação.

Os participantes relatavam que “me sinto constrangido de ser processado pelo que não fiz”. Esse incômodo surge como uma sensação de não escuta diante do processo judiciário. Majoritariamente, os participantes são inseridos primeiro no grupo e, depois, são contactados e escutados pelo juiz, isso provavelmente pelo volume de demandas. O que inclusive gera uma perspectiva habitual que “quando é para a mulher, chega rápido, mas para o homem processo demora”, relata participante sobre não ser ouvido pela justiça.

No entanto, pode-se entender que esse senso de silenciamento sob a égide do próprio patriarcado que delimita o espaço de fala dos homens sobre diversos temas, principalmente, sobre sentimento, pois segundo um participante, “o homem tem mania de minimizar, não conta do seu dia, uma coisa do masculino, deixa para lá”.

A lógica do homem tem que “ser digno, honesto, ser forte, gostar de futebol, tomar cerveja no bar, ser do sexo masculino”. Essa junção de falas de participantes revelam não somente o “não dito”, mas muito dito do sistema patriarcal vigente, que produz incursões na masculinidade e na relação deles consigo mesmo, que não encontra abertura para reflexão, tornando a reprodução tão natural quanto seu próprio nascimento. Novamente percebemos uma dominância das forças instituídas no que se refere à masculinidade.

Para Nolasco (1993), a socialização dos meninos relaciona-se com a crença de sua suposta liberdade masculina associada a um ponto de vista de competitividade que a distância das possibilidades genuínas de encontro, não

somente com as mulheres, mas primordialmente com seus pares. Afinal, “o machismo atrapalha porque o homem não separa pensando: vão ver minha mulher com outro, o que vão pensar?”, salienta um participante.

Dessa maneira, a socialização não se faz apenas via pedagógica em que os comportamentos são ensinados, mas perpassa o processo de subjetivação enquanto uma força instituída e naturalizada que produz corpos por elas afetados e alienados.

Essa percepção conduz esses sujeitos a um processo de atravessamento, considerado, por Baremblytt (1994), como a “interpenetração a nível da função, da reprodução” (BAREMBLYTT, 1994, p. 37), levando ao afastamento de qualquer possibilidade de autoanálise e autogestão por parte desse grupo.

Assim, os espaços que se proponham a dismantelar esses valores são desqualificados, como expresso no sofrimento dos homens que acreditavam que participar daqueles grupos é igual a estar “passando por essa humilhação”, como aparece na fala de um participante.

Welzer-Lang (2001) ao debater sobre a “casa dos homens” destaca a interiorização do “não dito” como parte do projeto da masculinidade. Esse autor salienta a homosociabilidade como um processo no qual os meninos se aproximam de seus pares e se afastam de tudo que remeta ao feminino.

Em alguns encontros que realizei isso me pareceu instigante ao visualizar uma perspectiva aparentemente ainda infantilizada dos homens ao “caçoarem” dos demais que compartilhavam uma história acerca de uma grande proximidade com os amigos, ou da necessidade de fazer o temido exame de toque, ou de coisas que pontuavam uma aproximação fantasiosa com a feminilidade e homossexualidade. Nesse processo, o macho aprende primeiro o que não deve ser para depois apreender o que deve ser (BADINTER, 1993).

Esse processo é construído através do sofrimento e da violência, e equilibra-se entre o ser submetido ao modelo e obter privilégios a partir desse mesmo modelo. Welzer-Lang (2001) salienta a violência intragênero executada e sofrida pelos homens no seu processo de formação.

Os homens mais velhos inserem os mais novos nos rituais que conduzem os pequenos a se submeterem às suas leis. Processo esse dotado

de violência, pois “a guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros” (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Esse processo de sofrimento entroposto na masculinidade pode dificultar o reconhecimento da existência de algum comportamento violento, sendo vítima ou algoz. A naturalização da violência não é um processo pedagógico, pois sua inteligibilidade circula nos diversos espaços que se propõem a revê-la, como o próprio espaço grupal deste estudo.

Entretanto, a violência ocupa um lugar subjetivo no corpo de quem a partir dela aprendeu a ser sujeito – basta observar as brincadeiras dos meninos – e, desse modo, saber da existência dos tipos de violências não se faz suficiente, como salientado por um participante: “a gente sabe as violências, mas o problema é o calor do momento”.

Nolasco (1993), ao expor acerca da socialização dos meninos, reitera a ansiedade dos mesmos em se tornarem “guerreiros, heróis, invulneráveis e agressivos” tudo o que um dia lhe disseram que poderiam ser” (NOLASCO, 1993, p. 76).

Lauretis (1987) ao discutir o intercâmbio entre a socialidade e a subjetividade retrata as tecnologias de gêneros, tais como cinema, narrativa, teorias e dispositivos institucionais que podem controlar o campo do significado social e “implantar representações de gênero” (LAURETIS, 1987, p. 228).

Desse modo, a masculinidade aparece muito atrelada a contextos cinematográficos que afastam estes sujeitos da vulnerabilidade, aproximando-os de heróis intocáveis. Beiras *et al.* (2007) realizam um estudo de análise da representação masculina presente nas histórias de quadrinhos de super-heróis e reiteram a influência destes na identificação de valores de “força física, virilidade, poder econômico, racionalidade, honra, lealdade e controle emocional” (BEIRAS *et al.*, 2007, p. 66) associadas à masculinidade.

Assim, para resolução dos sentimentos que não encontram espaço para expressão, o embotamento emocional parece ser necessário, principalmente, diante de um universo em que “super-homens” não sentem dor, não sentem nada.

Para Wang, Jablonski e Magalhães (2006), “levando ao extremo, o

controle emocional e corporal culmina numa espécie de embotamento afetivo, restringindo ao órgão sexual as inúmeras possibilidades do prazer masculino” (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006, p. 56). Grosso modo, parecia-me valorizado nos discursos dos homens que já acompanhei, tendo uma suposta necessidade de se reiterar forte.

Em defesa desse suposto controle emocional, os participantes relatavam a impossibilidade da expressão de suas emoções, tornando-se solitário a responsabilidade de lidar com elas. A exemplo disso, um participante que atua como policial penal reitera que “o policial é julgado se procurar profissionais da psicologia, ele é tido como veado”. Ele acaba ficando sozinho a cargo da resolução de seus conflitos internos expressos nas violências, em especial contra os detentos.

O silenciamento se torna uma regra imposta nesses corpos, tendo em vista que “o pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem ‘amaldiçoar’ – para integrar o círculo restrito dos homens” (WELZER-LANG, 2006, p. 463). Em contrapartida, os grupos reflexivos podem representar o espaço que autoriza o dizer daquilo que dói, como um integrante que consegue relatar suas dificuldades “cheguei a ficar 15 dias sem dormir, já quis morrer, pensei em suicídio”.

Contudo, esses momentos são pontuais e, na prática, se tornam insuficientes para novas produções mediante o bombardeio de reproduções no cotidiano. De acordo com as falas dos participantes, o sofrimento, inclusive, em suas relações amorosas, nunca encontrou espaço para compartilhamento, sobretudo para a justiça. Isto pois, na tentativa de recorrer a ela, não obteve validação de seu discurso.

Ao relatar acerca do conflituoso relacionamento e da invasão da sua ex-companheira à sua casa, um participante salienta que “Quando fui no batalhão, a maioria dos policiais riram, fui em 4 batalhões”, complementado pela interpelação de um outro participante “Cê tá doido? Fazer boletim por que a mulher não me deixa jogar bola?”.

Relatos que mostram o impasse entre não conseguir resolver sozinho seus conflitos reafirmados por outro integrante que diz “Não temos a quem recorrer”. Assim, a relação estreita desenhada entre masculinidade e heroísmo é enraizada dentro do próprio sistema, majoritariamente ocupada

por outros homens, que produzem uma cisão quando os participantes buscaram resolver seus conflitos na forma da lei.

No entanto, a participação de um profissional da psicologia no grupo, acusado de lesão corporal de sua ex-companheira, trouxe alguns elementos que reiteravam a importância de enxergar, naquele espaço grupal, o momento de compartilhar as angústias. No 5º encontro, ele salienta “tenho tido dificuldade de expressar no grupo, [...] parece que a gente tem silenciado as falas das facilitadoras. [...] Alguém se sente constrangido de falar algo diferente, como se estivesse em um julgamento”.

Essa fala, pautada enquanto um potencial analisador que, para Baremlitt (1994), “contém os elementos para se auto entender” (BAREMBLITT, 1994, p. 71), buscou redimensionar os papéis que cada participante tinha na circulação da palavra naquele grupo.

Por outro lado, esse analisador não realizou a análise, pois esse discurso aparentemente não promoveu deslocamentos dos participantes que reiteravam logo a seguir: “Estou sendo **obrigado** a ir no psicólogo toda semana” (grifo nosso) relata outro integrante, como se o dizer de si promovesse um patamar de sofrimento.

O relatório “O silêncio dos homens” aponta a histórica dificuldade deles para expressarem seus conflitos, primordialmente suas emoções, vindo de uma trajetória em que sete em cada dez homens concordam que foram ensinados, durante a infância e adolescência, a **não** demonstrarem fragilidade (ANJOS, 2019, grifo nosso).

Fragilidade e masculinidade são elementos que em sua natureza aparecem como forças que se repelem. No entanto, o álcool aparentemente exerce um importante papel acerca da permissão para a existência dessa relação ao mesmo tempo que não delimita o trato que será dado a fragilidade quando reconhecida.

Pelos dados que caracterizam a amostra deste estudo, aponta-se a incidência de uso de drogas lícitas, e o álcool aparece como mediador do sofrimento do homem com suas grandes questões. “Essa semana eu pensei em assassiná-la de novo, tô passando mal, tem uns cinco dias que tô bebendo”,

relata participante mediante grande dor que emerge a partir da relação conflituosa com a ex-companheira.

Segundo esse mesmo relatório, 17% dos homens “lida com algum nível de dependência alcoólica” (ANJOS, 2019, p. 16). Esse dado aponta a relação íntima existente da dificuldade do manejo dos anseios do campo da masculinidade e o álcool como enfrentamento dos problemas.

Em contrapartida, a prática da violência contra a mulher emerge como uma das consequências do consumo dessa droga, e desemboca na justificativa que protege o homem da responsabilização de seus atos, amparados no efeito sedativo e incôscio da bebida.

Desse modo, dentro do cenário da sociedade patriarcal, o homem, enquanto forte consumidor desse tipo de bebida, parece encontrar nela a justificativa necessária para suas ações.

A crença de que o álcool é o causador da violência parece diminuir a responsabilidade do agressor e aumentar a tolerância da vítima. [...] Isso porque muitas mulheres desculpam a violência que sofreram baseadas no fato de seu parceiro estar bêbado. E, nesses casos, o homem também justifica o que fez pelo uso da bebida. (ROMAGNOLI; ABREU; SILVEIRA, 2013, p. 293).

Essa associação: embotamento das emoções e não reconhecimento das violências e o uso de álcool parece temperos perigosos para formação de sujeitos que terão dificuldade de relacionar-se por meios não violentos. Isso me recorda um caso do primeiro grupo que acompanhei: um sujeito aposentado por invalidez após um trauma na mão por consequência de uma tentativa de arrombar o portão da ex-companheira.

Em um encontro sobre famílias, no qual, de modo recorrente, costumava ser o mais emotivo, ele conta sua trajetória familiar. Uma cena que nunca tinha tido coragem de relatar para absolutamente ninguém, que além de não elaborada, estava latente em cada ação de seu cotidiano.

Um dia, quando ainda criança, estava deitado escutando seu pai chegar em casa. Atento e ouvindo a discussão de seus pais, percebe a agressão que ele estava pronto a exercer contra sua mãe. O participante, diante da cena, entra

na frente do seu pai (bêbado e armado) e o atinge com uma faca que cai no chão. O cenário deixa todos atônitos, e o participante, ao fazer esse relato no grupo, parecia aliviado de compartilhar aquela dor com alguém em um espaço seguro.

Assim, para o funcionamento e reprodução dos valores intergeracionais, a naturalização do instituído é necessária, definido por Lourau (2004) como alienação social. Pelo relato, e outros mais, a família exerce um papel significativo na reprodução desses valores, retratados pelos participantes como a referência que contribuiu para que tornassem sujeitos, sujeitos homens.

O discurso repetitivo acerca do pai trabalhador, honesto e coercitivo é colocado como aquele que ensinava valores, mesmo que eles tenham sido primordialmente criados pelas suas mães, do lar. “Aprendi com meu pai, ele sustentava, ele que comprava.. Agora eu tento fazer o máximo em casa... Minha mãe nunca trabalhou, meu pai nunca deixou”.

Ademais, a máxima que reitera a possibilidade de os homens reproduzirem os padrões aprendidos a partir do elo com a paternidade parece se fazer concreta. Isso ocorre porque a relação do homem com o sustento obrigatório e solitário da casa foram comumente repetidos pelos participantes em suas trajetórias que ocupam atualmente esse lugar dentro de seus próprios lares.

No entanto, é curioso que essa máxima se mantenha apesar do reconhecimento dos avanços que conduziriam às mulheres ao mercado de trabalho. Falas como “não acho que o homem tem que prover, mas quando não faço, sinto mal” surgem a partir de uma angústia presente no desafio de repetir o papel do pai e do instituinte de fugir dos preceitos que os deflagraram.

Para Lourau (2004), o instituído é permeado em todos os níveis de análise para buscar sua naturalização, fazendo valer a reprodução em detrimento à produção, e de diferentes maneiras buscarão invalidar o instituinte que busca emergir.

Desse modo, Connell (1995) salienta que masculinidade é sobre corpos, uma vez que homem também significa corpos masculinos, mas também enfatiza que “masculinidade tem a ver com relações sociais” (CONNELL, 1995, p. 188).

E relações sociais são atravessadas pelo complexo contexto relacionado à família de origem e, pelas minhas experiências, em especial, com os pais.

Entretanto, neste estudo, os participantes majoritariamente retrataram uma família pouco conflituosa, que inclusive percebe-se assombrada pelo fato de um dos seus membros comporem um processo de violência doméstica. Assim, um dos participantes salienta “Meu pai nem sabe desse processo, se souber, ele infarta” reforçado por outro que conta “Nunca tive nada disso na minha família”.

No entanto, a normalidade dos conflitos familiares parece ofuscar as violências do cotidiano, considerada de uma “família normal”, retratados por alguns participantes. As discussões de cunho mais imperceptível, principalmente as verbais, foram mencionadas como “brigas normais”, ou as supostas correções aparentemente necessárias para formação de qualquer sujeito, principalmente do homem, afinal “discussão tem que ter, eu e meus irmãos levávamos uma chineladinha, porque a gente aprontava muito. Meu pai e minha mãe meus heróis”.

Curiosamente, como anteriormente citado, havia um participante psicólogo no grupo, que em alguns momentos aparentemente buscava com genuinidade retratar sua trajetória conflituosa e, em outros, prendia-se a uma fala prolixa composta de elementos que circundavam explicações teóricas sobre os diversos temas. Contudo, no contexto familiar, trazia os conflitos dos pais como sofrimento para si, principalmente em papel de mediador, salientando que “meus pais discutiam muito, relacionamento conturbado, eu ficava tentando apaziguar, fiz terapia.”

Esses padrões de relacionamento introjetados pela observação e presença nas relações amorosas dos pais parecem se tornar referências para eles adequadas de uma relação a se reproduzir. Nolasco (1993) salienta que os padrões tradicionais definidos pelo patriarcado, parecem produzir uma cisão no campo relacional de gêneros, postulando que sempre há alguém que ataca e alguém que defende, dificultando a existência de um contato fora dessas fronteiras estabelecidas.

Ademais, a apreensão dos comportamentos dos pais também afeta a compreensão dos homens acerca do modelo de paternidade a se seguir, atuando como padrões de reprodução, mas às vezes também como tentativa de fazer emergir o novo.

3.2 Paternidades e Paternagens

O vínculo com o pai aparecia na fala dos participantes comumente como o mediador desse processo de formação de masculinidade, atravessado pelo processo violento de correção dos comportamentos ainda infantis e indesejados somado a ínfima expressão de afeto, pois “dar um abraço no meu pai eu só comecei agora que ele está coroa” relata participante.

Wang, Jablonski e Magalhães (2006) destacam a influência da socialização dos meninos exercida pelos pais no início do processo de formação deles. Mais tarde, o contato com outras representações será reforçado ou eliminado.

Através das minhas experiências com esses grupos, percebo que até quando ausente, o pai surge como um ponto de referência, mesmo enquanto um modelo a não ser seguido. Em um determinado encontro do último grupo que acompanhei como mediadora, um participante colocou em pauta um questionamento acerca de sua dificuldade de corrigir seu filho diante da superproteção da mãe.

Traz-se o contorno para o diálogo que localiza a afetuosidade na maternidade e à coercitividade na masculinidade. Diante da dificuldade do homem acerca de seus afetos, não é surpresa que a coercitividade se reproduza na relação com seus filhos.

No grupo que acompanhei na pesquisa, o tema da paternidade foi pouco discutido, pois, de modo unânime, os participantes se descreveram como presentes, pai de família e sustento da casa. A paternidade, aparentemente, não estava autorizada a ser dialogada, assim como a própria masculinidade.

Majoritariamente, os poucos discursos sobre o tema reproduziam uma perspectiva do que se é esperado para a imagem do “bom pai” da contemporaneidade, “paternidade é o dia a dia, estar com eles é o melhor

momento da vida, tudo que eu faço é para estar com eles”, relata um dos participantes.

Essa colocação aponta a necessidade dos participantes se distanciarem de um modelo tradicional da paternidade composta por modelos “pai-patrão”. (NOLASCO, 1993, p. 150). Todavia, nos pormenores das falas surgiam contradições de sujeitos que se diziam presentes, mas limitavam essa presença há poucas atividades concretas nas responsabilidades de criação e educação dos filhos.

Badinter (1993) aponta para o novo modelo ocidental de paternidade no qual os homens almejam não reproduzir a masculinidade endurecida e ausente de afeto vivenciada na relação com seus próprios pais. Em contrapartida, esse modelo é oriundo das classes médias ou altas, que se beneficiam de uma formação e renda elevadas (BADINTER, 1993).

Deste modo, diante da realidade brasileira majoritariamente empobrecida em um país com grande desigualdade social, a paternidade está relacionada à perspectiva de ofertar sustentos financeiros, reforçando o lugar do pai provedor em detrimento a uma mãe cuidadora.

As responsabilidades diárias da paternidade foram pouco tratadas pelos participantes, focou-se nas atividades referente ao suporte financeiro e a atividade de buscar e levar na escola. Para Nolasco (1993), três aspectos são atrelados à paternidade: protetor, tanto material associada a segurança financeira quanto moral; preocupação com a família; e reprodução.

Unbehaum (1998) reitera que “embora homens e mulheres sejam hoje em dia, muitas vezes, ambos responsáveis pelo sustento do grupo familiar, socialmente se espera que o homem seja o principal provedor” (UNBEHAUM, 1998, p. 170).

A legislação do próprio Estado reitera esse discurso na discrepância presente na pauta da licença paternidade-maternidade. Por força da Constituição Federal, a licença paternidade exposta pelo artigo 473 da Consolidação das Leis Trabalhistas sobe de um para cinco dias (BRASIL, 1998).

A licença que permite aos pais afastarem de seus trabalhos por poucos dias reforça a perspectiva tradicional da desresponsabilização dos pais com os cuidados diários dos filhos recém-nascidos, amparados pela necessidade

de afastamento do lar para sustento da família. Nolasco (1993) expõe que considerar que em “5 dias um homem se torna pai é perceber a questão do ponto de vista meramente burocrático e circunstancial” (NOLASCO, 1993, p. 170).

A partir da pesquisa aqui realizada, percebe-se que os homens encontraram dificuldade de se localizarem nesse lugar da paternidade, principalmente no nascimento da primeira prole, relatos como “deixei por conta da esposa e da sogra no nascimento do primeiro filho” e “perdi o parto” surgiram comumente.

Nolasco (1993) salienta que inicialmente a paternidade é recebida como uma obrigação e, diante dessa primeira experiência, os homens entrarão em contato com sentimentos contraditórios de gratidão e de raiva por abdicar de suas condições anteriores.

Dessa maneira, os homens sustentados pela justificativa da necessidade do prover relacionam-se com seus filhos, e deles se ocupam após a carga horária de trabalho que o coloca fora de casa mais tempo do que nela se encontra.

Nessa direção, um dos participantes aponta que “com o trabalho de Uber tento ficar com eles pelo menos no final de semana” finalizando sua fala com “se eu soubesse que era tão bom, tinha feito antes”, referindo-se aos filhos. Nolasco (1993) ressalta que a tendência dos homens em mergulhar na frente do trabalho para “garantir a segurança material da família como forma camuflada para lidar com o desconforto gerado pela paternidade” (NOLASCO, 1993, p. 165).

Um dia escutei, em um grupo, que mães se tornam mães quando descobrem a gravidez e os pais quando os filhos nascem, amparados na perspectiva que após nascimento um sentimento único os tornaria definitivamente pais.

Anteriormente, nos anos 1980 os pais não acompanhavam o parto de sua companheira por julgarem ser um momento exclusivamente físico (NOLASCO, 1993). Perspectiva essa que a partir desta década vem se alternando para uma abertura e reconhecimento da presença paterna anterior ao nascimento da criança, sobretudo pelo desejo da paternidade.

Um participante da pesquisa retrata a dificuldade vivenciada com a

tentativa pela inseminação artificial frente ao seu desejo de “ter uma filha, mais que um filho”. Contudo, pouco explorou sobre suas questões subjetivas durante esse processo, direcionando sua fala para os impactos gerados na então companheira, que foi “se tornando mãe, gestando uma criança que não estava lá”, aparentemente amarrado ainda na perspectiva da maternidade enquanto um elemento anterior ao filho, e a paternidade em que o pai seria apenas um espectador desse momento.

Assim, diferente dos afetos, a dimensão financeira parece ser o terreno mais seguro de entrada para a paternidade. Em um discurso específico de um participante, o ensino sobre a importância de se tornar um homem trabalhador e detentor de dinheiro sobrepõe, inclusive, à educação, em que ele retratava que seu filho reclamava com a professora que “meu pai me colocava para trabalhar”.

Esse discurso é exposto com reconhecimento de uma boa paternidade, afinal “agora ele tem a vida dele, carro e namorada”, conta participante. Para Nolasco (1993), “ter dinheiro e intenção de ser um bom pai e um bom marido são elementos básicos que definem, para um homem, o caminho rumo à paternidade” (NOLASCO, 1993, p. 160).

No entanto, o reconhecimento da paternidade como o exercício diário de responsabilização pela higienização, alimentação, educação, correção, transmissão de afeto ainda não parece clara. Em minhas experiências profissionais por poucas vezes a paternidade foi associada à essas atividades, apesar de todo afeto dos participantes para com seus filhos. Primordialmente acerca dos filhos que não residem na mesma casa, pois raramente após a separação os pais eram os responsáveis a ficarem com os filhos e, assim, assumiam responsabilidades por tempo cada vez menor.

No segundo artigo da Lei nº 13.58 de 22 de dezembro de 2014, a respeito da guarda compartilhada, “o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos” (BRASIL, 2014).

Contudo, no grupo da pesquisa os cuidados referentes ao primeiro filho estavam a cargo da ex-companheira, e a participação dos homens era composta por visitas pontuais, que se reduziam com o passar do tempo, justificada pelo desejo dos próprios filhos.

Badinter (1993) salienta que a “maioria dos pais divorciados não tem a guarda dos filhos, [...] e uma minoria a reivindica” (BADINTER, 1993, p. 173). Essa mesma postura foi evidenciada no grupo que acompanhamos.

Ademais, a inserção da mulher no mercado de trabalho tem delegado novos desafios nas organizações dos casais acerca do cuidado com seus filhos. Para Unbehau (1998), a paternidade vem sendo convocada às transformações pelos interesses dos homens em ampliar sua participação na educação dos filhos, mas, sobretudo, na entrada das mulheres no mercado de trabalho que produz incursões nesses novos modos de organização familiar.

Com a ocupação das mulheres em espaços antes exclusivamente masculinos, como as universidades e campos de trabalhos, os homens se deparavam com uma nova realidade por elas construídas, irrompendo com os poderes por eles atuados no cotidiano (BADINTER, 1993). Isso conduziu, nos séculos XIX e XX, com advento das perturbações econômicas decorrentes do processo da industrialização, a acentuação da crise da masculinidade e, claro, da paternidade, nos Estados Unidos e Europa.

No entanto, no dia a dia, o que percebemos, de forma majoritária, foi que a inserção no mercado de trabalho culmina na dupla jornada das mulheres que se dividem entre profissionalismo e maternagem. Nesse contexto, em uma tentativa de burlar essa situação e com produto de forças instituintes, em 12 de maio de 2022, a partir de um ato Extraordinário, o Supremo Tribunal Federal aprovou a extensão da licença maternidade de 180 dias para o pai genitor monoparental (BRASIL, 2022), reiterando que quando não há presença da mulher/mãe, assim, o pai pode exercer a maternagem. Sem dúvida, esse foi um avanço, mas certamente ainda há muito a ser feito.

Portanto, a paternidade aparece como grandes desafios aos homens que ainda localizam na responsabilidade do sustento financeiro sua primordial contribuição para a formação dos filhos. Todavia, o atravessamento de suas experiências parece contribuir para um diálogo que outrora buscou a reprodução baseada na fantasia de boa relação com os vínculos parentais anteriores e agora busca a necessidade de uma construção relacional com o filho diferente da anteriormente experienciada com o próprio pai.

Observamos assim, nessa situação, forças instituintes, no processo de

institucionalização da paternagem, produzindo inclusive efeitos na masculinidade endurecida que, diante de um filho, pode se deslocar. Observamos essa nova posição na fala de um dos participantes que nos diz: “depois de meu filho, me tornei um bebê”, ao mostrar sua mudança, principalmente no campo do afeto, após se tornar pai.

Um participante órfão expressa sua presença na criação dos filhos residindo há 10 minutos de onde eles moram. Outro aciona o conselho tutelar diante da preocupação dos cuidados maternos, em sua perspectiva, negligentes, mostrando preocupação com os mesmos. Assim, apesar de ambos não serem detentores da responsabilidade cotidiana com a prole, diziam, de seu interesse, em estar junto.

Entretanto, de forma dominante em nosso campo de pesquisa, quando a paternidade aparecia como um tema de debate no grupo, assim como a masculinidade, dificilmente encontrava-se, nos homens, disponibilidade e abertura ao diálogo.

Na tentativa de promover conversa acerca dessas temáticas sem muito sucesso, as analistas se mostravam frustradas frente à constante relutância dos participantes em contribuir para aquele encontro. Em oposição à participação e ao diálogo do tema, alguns participantes insistiam na não necessidade de construírem juntos àquele espaço, reiterando seu posicionamento com a seguinte fala: “Oh, dois horas penosas, dois horas perdidas”, afirmando ainda ser trabalhador e, principalmente, pai de família. E, no final dos encontros, quando estávamos somente as analistas e eu, confirmava-se o sentimento produzido nessas duas horas, que se tornaram penosas inclusive para as facilitadoras que apontavam “odeio esse grupo, odeio terça-feira”.

O famigerado discurso “pai de família”, apontado pelos participantes das horas penosas, costuma ser muito difundido em minhas experiências profissionais, e é retratado como a característica que parece reiterar seu lugar no mundo, enquanto homem e pai, que os deslocava do suposto lugar de algoz no cenário da violência contra a mulher. Assim, é como se houvesse um consenso dos homens sobre a necessidade de ser assim, mas raramente os participantes conseguiam dizer dos cotidianos e dos cuidados desse lugar.

Desse modo, o patriarcado, diante de suas imposições, contribui para

formações de subjetivações masculinas instituídas e reprodutoras de determinados lugares, que ao naturalizarem-se dificultam o processo de desvelamento das contradições presentes nos discursos que o subjaz. O instituinte, enquanto força que busca combater a reprodução (LOURAU, 2004), pode conduzir a abertura para desconstrução dos padrões outrora instalados.

Todavia, há a necessidade de abertura e transversalidade para escapar dessa ordem hierárquica e reprodutiva, como nos lembra Baremblytt (1994), para burlar essa insistência na reprodução. Os homens do grupo, diante da pauta da paternidade, colocaram em jogo o peso de discutir o que consideravam não discutível, retratando no que “hoje morrer é baile, viver é sofrimento”, relata um participante.

Do mesmo modo que a paternidade, as atividades domésticas também são indiscutíveis e denotam a força da naturalização dos papéis de gênero, mantidos pelo patriarcado. A partir de minhas experiências profissionais, parece-me um campo muito bem delimitado e passível de não discussão.

A divisão de tarefas aparece como um divisor que produz a cisão entre homem machista e revolucionário. As falas que apontavam o lugar das atividades domésticas surgiam como afirmação de ser um suposto sujeito não machista. Heilborn (2004) postula que a entrada masculina na esfera doméstica surge como marcador para a não distinção valorativa entre os gêneros.

Nas poucas vezes em que escutei sobre a realização de atividades do cotidiano como responsabilidade do homem foi quando ele morava sozinho. “Se eu morasse sozinho e trabalhasse fora, eu tinha que fazer a atividade doméstica, então não tem lógica eu achar que não teria responsabilidade doméstica no casamento, mas no meu casamento eu tinha isso arraigado, eu melhorei, não dividia 50%, mas ajudava”, relata um dos participantes.

Em outros momentos da minha experiência profissional nos grupos em que coordenava, observei que a realização das atividades domésticas durante a moradia solitária servia para retratar a suposta abertura na partilha das tarefas nas relações com as mulheres.

Isso, a meu ver, produz um insidioso discurso que nega as contradições presentes na recusa da realização das tarefas domésticas, quando há uma

figura feminina na cena. Heilborn (2004) salienta que “apesar da vontade enunciada de uma mutualidade perfeita, a divisão equânime das tarefas com a casa ou com a prole, não se realiza plenamente” (HEILBORN, 2004, p. 171).

O verbo “ajudar” era habitualmente utilizado como referência de responsabilização acerca do cuidado do lar, entendido como uma tarefa feminina: “ajudar financeiramente e com as coisas de casa, lavando pano, quintal”. Observamos, nessa fala, as divisões de tarefas aparentemente secundárias que parecem retratar um papel coadjuvante em detrimento do protagonismo e responsabilização que surgem como obrigação dos corpos femininos.

No entanto, detentora de movimentos instituintes, uma relação conjugal, no caso da pesquisa, as relações heterossexuais podem produzir mudanças na acomodação masculina perante os deveres domésticos. Isso pois, alguns participantes relataram o aprendizado construído mutuamente durante a relação e que contribuiu para um olhar um pouco mais consciente, pois para participante “depois do casamento eu me transformei no homem que **ajuda** na casa, olha promoção no supermercado” (grifo nosso).

Entretanto, o avanço ainda incipiente não superou a aquiescência presente no enunciado, mesmo na busca pela divisão igualitária das atividades domésticas. Embora haja essas atitudes, ainda se naturaliza e reconhece que às mulheres “cabe uma parcela maior e mais efetiva desta dimensão da vida a dois” (HEILBORN, 2004, p. 177).

A árdua tarefa de divisão de cuidados com a prole e com o lar parece surgir como uma herança a ser reproduzida diante do convívio familiar experienciado, sobretudo na dinâmica da resolução de conflitos. Majoritariamente no grupo da pesquisa, a herança paterna se referia aos cuidados financeiros e à materna aos cuidados da casa.

Connell (1995) traça uma importante crítica no conceito de papéis sexuais, apontando a limitação que ele pode trazer na ausência da compreensão da complexidade da masculinidade e do desvelamento das relações de poder.

Esse campo de estudo pela ótica desse autor corrobora com Badinter (1993), que retrata uma reflexão ao discutir a existência da complementariedade original dos sexos que sempre foi perpassada pela

divisão de tarefas, principalmente, sexual e do trabalho, elencadas aos diferentes sexos, nos atentando para a relevante e histórica determinação do poder.

Conforme exposto, a crise da masculinidade tem seu fulcro nas tensões realizadas por mulheres que refutam a lógica patriarcal vigente e movimentos de gênero, reafirmado por Garcia (1998) salienta que “o tema da masculinidade deve ser tratado não de maneira separada, mas sempre em relação com a feminilidade e a outras dimensões sociais” (GARCIA, 1998, p. 35).

Connell (1995) localiza nos anos 1970, a partir dos movimentos de liberação das mulheres, dos gays e dos homens, o momento de uma mudança na consciência sobre as relações de gênero, sobretudo através de uma crítica ao papel do masculino, para que houvesse mudanças (CONNELL, 1995). Como vimos, a mudança necessária refere-se não somente a uma mudança de papéis, mas de posicionamentos, crenças e descrenças a respeito do que lhe foi outrora imposto.

No grupo que acompanhamos isso pode ser evidenciado pelo discurso de um participante que, ao tentar demonstrar as mudanças que em sua perspectiva conduziram à erradicação do machismo, pontua: “para mim, a independência da mulher não é um problema, quero que a minha fique rica logo”. Contudo, ele havia, em outro momento, pontuado sua responsabilidade no sustento da casa.

Assim, a dificuldade dos homens de manejarem as mudanças instituintes que emergem a partir de lutas feministas em prol dos direitos das mulheres, torna-se visível em algumas falas compostas pelos discursos que as mulheres não buscam igualdade de direitos, mas procuram se beneficiar deles, como “nenhuma mulher perguntou se eu queria ajuda para pagar a conta”.

Em contrapartida, a suposta necessidade de afirmar-se enquanto acolhedor dessa transformação produz tensões sobre o lugar que esse sujeito pode circular. Essa tensão se torna necessária para não apenas revelar o instituído que ampara a perspectiva patriarcal, mas também produzir novos espaços de ser e de visualizar o outro em sua alteridade.

3.2 O campo do trabalho e a masculinidade: relação produtora de sentido.

Conta um dito popular que o “trabalho dignifica o homem”. Nessa afirmação, podemos destacar o uso do homem como representação universal, e a relação do trabalho com um processo social de distinção e grandeza. Processo que ampara a perspectiva que localiza no campo profissional a formação dos sujeitos e a inserção na sociedade. Assim, a dimensão do trabalho surge também como forte característica norteadora da afirmação da masculinidade, como também indica Nolasco (1993).

O trabalho cumpre o papel de contribuir para o processo de subjetivação do homem ao se relacionar intimamente com a perspectiva do sustento do lar. Isso se torna evidente nos discursos dos participantes do grupo no qual o marcador “trabalhador” e “provedor” surgiram de forma quase unânime nos relatos do grupo e em todos os encontros, como se isso minorasse o fato de serem homens violentos.

A importância de estar em trabalho é reiterada em falas como “pensa em alguém que trabalha, sou eu. [...] Aprendi aos sete anos quando trabalhava catando papel”, falas vindas de um participante morador do Morro do Papagaio, conhecida como uma favela de Belo Horizonte, de classe baixa, que se orgulhava de sua trajetória profissional. Após ser catador de papel, ele havia se tornado proprietário de um pequeno bar nessa comunidade, salientando que a possibilidade da conquista pelo exacerbado esforço é determinante no crescimento profissional do homem.

O discurso da meritocracia, propagado pela lógica neoliberal da nossa sociedade, é reforçado no rol da masculinidade, expondo o corpo masculino ao sofrimento necessário para afirmar-se como homem trabalhador. Conforme aponta Connell (1995), uma das políticas da masculinidade apresenta uma tendência a modelos exemplares desenhados por vezes pelo homem empresário capitalista, que subordina os demais.

O neoliberalismo amparado na perspectiva empresarial de si mesmo opera para nossa subjetivação, e, para além de uma determinação comportamental, molda desejos, sentidos e performatividade (SAFATLE, 2020). Dessa maneira, a fala: “pensa em um homem que trabalha, sou eu, ser homem é o que eu faço... Ser correto com minhas obrigações”, indica a

aglutinação sentidos, não é apenas sobre ser trabalhador, mas sobre tornar-se homem.

Para Nolasco (1993), a Revolução Industrial encontrou sua importância na definição dos comportamentos masculinos, vivenciando um modelo de masculinidade hegemônica relacionada com a globalização e desregulamentação dos mercados que se afastam do processo democrático (CONNELL, 1995).

Safatle (2020) discute o neoliberalismo e seu alicerce na vida “empresarial”, apontando que ser empresário de si mesmo sustenta-se na violência presente em uma competitividade fundada na ausência de solidariedade entre os pares, com o meio ambiente e na exploração dos diferentes. Atitudes essas que são baseadas na justificação política amparada na perspectiva do medo do outro enquanto um invasor.

Essa produção de subjetividades coloca a masculinidade amalgamada a essa perspectiva que, baseada na competitividade, coloca o campo do trabalho como medidor de valor. Nolasco (1993) salienta a importância do trabalho para a produção da masculinidade, evidenciado nas falas dos participantes que frequentemente mencionavam sua posição no mercado de trabalho: motorista de aplicativo, dono de pequeno comércio, agente penitenciário, psicólogo, dentre outros. Essa menção era utilizada diversas vezes para afirmar ser “trabalhador e honesto”.

O neoliberalismo não se refere apenas as políticas econômicas, mas “a um conjunto de práticas e discursos que caracterizam as políticas governamentais em escala global” (LAVAL, 2019, p. 319). Assim, atravessa esferas políticas, sociais, subjetivas, dentre outras do homem em formação. Desse modo, o trabalho cumpre o papel de nomear a subjetividade masculina, pois assim ele tem assunto a compartilhar, independente desse contato com esse campo, se dá no lugar de exploração, ou explorado (NOLASCO, 1993).

O sistema capitalista vigente não somente aposta, mas depende dessa competitividade desenfreada, temperada com pitadas da falácia da meritocracia, que responsabiliza o próprio homem pelo não alcance da sua hegemonia. Ao descrever as políticas de masculinidade, Connell (1995), destaca, dentre outras, o que ele nomeia de “o lobby das armas” que se apoia na masculinidade hegemônica e também subordinadas; e apresenta uma

tendência a modelos comerciais de masculinidades exemplares, dentre elas “o empresário capitalista implacável” (CONNELL, 1995, p. 195). E, assim, torna-se necessário todo um arranjo institucional, social e econômico para formação e manutenção do sujeito neoliberal (LAVAL, 2019).

Em contrapartida, o sofrimento imbuído no processo de tentativa de correspondência das expectativas contemporâneas aparece de forma camuflada no grupo, com o embotamento das violências, sobretudo a exploração de trabalho infantil, em defesa do discurso meritocrático.

Um participante relata “comecei a trabalhar com 5 anos de idade, já fui engraxate.”, e este relato não trazia consigo a consciência dos impactos deste cenário em seu processo de formação, pelo contrário, reforçava o discurso do suposto homem trabalhador.

Esse sofrimento, de certa forma inacessível, vai ao encontro das explicações de Safatle (2020), a partir do conceito descrito como “gramática do sofrimento psíquico”, uma vez que para internalização dos discursos neoliberais, a gestão do próprio sofrimento também precisava ser delineada.

Para esse autor,

a disciplina social neoliberal deve anular tal dimensão de revolta que se exprime no sofrimento psíquico [...] não por acaso, a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 é seguida por uma modificação brutal das formas de descrição e caracterização do sofrimento psíquico. (SAFATLE, 2020, p. 28).

O martírio presente na trajetória em que “com sete anos trabalhava catando papel, nunca foi fácil. Hoje, trabalho de 06:00 até 00:00 todo dia” é relatado por participante e que coloca as reflexões sobre classe, desigualdade social e exploração em segundo plano.

Aliás, em plano algum, já que essa crítica não é feita. Aparentemente, o homem que não passa pelas angústias de se tornar trabalhador recusou-se a ser como os “adultos na sala” (SAFATLE, 2020, p. 1). Conforme salienta Badinter (1993), a masculinidade se faz pela diferenciação, mas observa-se que ela acontece não apenas pelo distanciamento do feminino, mas pelo afastamento de toda característica que o colocaria fora do determinado pelo modelo hegemônico, atualmente, sustentado pela proposta do sujeito neoliberal.

Assim, em conformação com o modelo hegemônico pautado no neoliberalismo, o homem hoje busca a ultrasubjetivação descrita por Laval (2019) como “a auto-valorização de si mesmo como norma geral da existência” (LAVAL, 2019, p. 322). Em contrapartida, visível ou não, a desigualdade existente entre os pares é evidenciada no cenário de narrativas declaradas ou implícitas que produzem uma tessitura que localiza o poder exclusivamente no campo da masculinidade. Cabe destacar que não toda masculinidade, mas a branca, heterossexual, imbrochante e armada.

Essas características não permitem o lugar da falha, do afeto e da produção, e mais do que isso não acolhem a diferença. No Brasil, no período de um governo de extrema direita, todo esse processo encontra-se exacerbado. Hernandez (2021) aponta, nos discursos bolsonaristas, o recrudescimento que fomenta “as políticas de ódio e a formulação de imaginário retrógrados contra as diferenças” (HERNANDEZ, 2021, p. 427) em especial às mulheres.

As declarações misóginas alimentam o imaginário social, o masculino em especial, de desvalorização das mulheres que, ao ocuparem o lugar da diferença a ser distanciada, tornam-se alvos de opressões, alimentadas por comportamentos típicos de regimes extremistas. Desse modo, as diferenças são revestidas de desigualdade e, por estarem sustentadas pelas relações de poder, acabam favorecendo o aparecimento das violências, como afirmam Garcia e Beiras (2019).

Para Laval (2019), o projeto da extrema-direita consiste em desviar o ressentimento e a frustração contra os

os inimigos internos cuja lista é a priori infinita (esquerda, mídia, pobres, negros, mulheres, homossexuais, etc.), enquanto conduz à acelerada transformação neoliberal da sociedade, que só poderá acentuar a crise social, as desigualdades e o enfraquecimento dos laços sociais. (LAVAL, 2019, p. 325).

Assim, o campo do trabalho, dividido entre explorados e exploradores ainda encontra no racismo parte de sua determinação. Apesar dos avanços conquistados, o cenário do homem negro ainda é atravessado pela sua representatividade significativa nos dados de mortes violentas e perfil da população carcerária (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA,

2021). Em contrapartida, ainda é comum nos ambientes compostos por lugares de poder, como o congresso brasileiro, a presença majoritária de homens brancos.

Para Baremblytt (1994), a transversalidade, com a associação das forças instituintes, define uma dimensão da vida que não se reduz às ordens estabelecidas e, para os homens do grupo, a classe surge como um elemento que ao emergir passa a produzir reflexão, como um analisador.

O sofrimento ligado à desigualdade presente nas diferenças de classes, reitera a posição subalterna de uma parte da masculinidade que é marcada por processos de submissão às violências, dentre elas a estatal. Afinal, em “um país hipócrita, um lixo, a classe mais baixa se lasca”, de acordo com participante do grupo, e desse modo essa violência experienciada pelo universo da masculinidade subalternizada é acumulada e direcionada a outrem, através da “síndrome do pequeno poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 68). Para Saffioti (2015), o poder tem duas faces descritas: potência e impotência, acreditando-se que quando eles praticam violência, estão sob efeito da segunda.

Desse modo, as masculinidades diversas de “jovem, casado, pai de família, urbano, do sul, heterossexual, católico, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e sucesso nos esporte” (NOLASCO, 1993, p. 52), descrito por esse autor como incentivadas pelo capitalismo e corporificadas pelo trabalho, acabam sucumbindo na tentativa de alcance dessas expectativas.

No grupo que acompanhamos, essa diferença é apontada principalmente pelo retrato do sistema prisional atual e pelo trato diferenciado dado pelo sistema judicial com homens de classes diferentes, “o homem que bateu na mulher em Copacabana foi preso e solto.” Para um participante “acho que a classe conta mais que a questão da raça”, sem saber que ambos caminham em uma mesma direção de exclusão.

Crenshaw (2002) ao esmiuçar o tema da interseccionalidade faz um paralelo entre superinclusão e subinclusão. A este último, um problema revela um elemento que atinge uma parcela de pessoas de determinado gênero e que não é considerada uma questão relevante por não fazer parte da realidade dominante daquele grupo.

Assim, as masculinidades plurais são posicionadas em uma sociedade patriarcal governada pela ínfima parcela que corresponde a masculinidade hegemônica hetero, branca e de boas condições financeiras. À esta camada hegemônica, a interseccionalidade existente entre os diversos elementos que reconhecem nossas diferenças de classe, raça e gênero, pouco interessa pois fundamenta-se na falácia da meritocracia. Isso retira da masculinidade subordinada a possibilidade de tornar cognoscível as diferenças tornadas desigualdades.

Por fim, a resistência de participação do grupo, inclusive permeia a justificativa que a imposição pode causar danos no mercado de trabalho, “perdi o emprego fixo por causa dessas audiências toda terça-feira”, relata participante. Não ter tempo para participar por causa do trabalho, atrelado ao fato da suposta corrida capitalista, favorece esses sujeitos na hora de não compartilhar a dificuldade de dialogar sobre os temas e a encontrar outras justificativas.

Em contrapartida, o espaço grupal surge para colocar em pauta o neoliberalismo, capitalismo, racismo, machismo e os ismos com os quais os homens não querem ou não conseguem enxergar sozinhos. Isso pois, a circulação por espaços formadores de novos olhares pode atuar enquanto um processo de descolamento desses sujeitos nas verdades outrora postas para um movimento que de, modo instituinte, busca trazer o novo.

No próprio grupo, algumas falas apontaram a importância de espaços diversos para provocar reflexão e deslocamentos dos valores sobrepostos, como: “comecei a pensar que homem pode chorar e sentir medo, após minha trajetória no jornalismo”. Essa colocação foi feita por um participante que anteriormente também havia exposto a importância do pai e do avô na referência de homem.

Presenciamos aqui uma marca que se desloca da mera reprodução e questiona valores impostos, formas de ser homem determinadas socialmente e familiarmente. Isso se torna importante na medida que não há transformações sem questionamento e felizmente “não é de hoje que ecoam vozes solicitando a entrada definitiva dos homens (como sujeitos e objetos de estudo) no campo das investigações” (COUTO, 1998, p. 320).

Certamente a masculinidade se exerce em meio a contradições, perpassada pelo trabalho, pela paternidade, pelo sistema patriarcal, atravessada por violências instituídas e naturalizadas, que se reproduzem nas relações entre os homens e desses com as mulheres. Nesse cenário, é preciso estar atento às forças instituintes, para buscar outras alternativas que escape aos instituídos muito rígidos e sedimentados.

4 “NÃO PODE CHAMAR DE BRANQUELO, NEGÃO, O MUNDO TÁ COM MUITA HIPOCRISIA”

O 11º encontro foi destinado ao diálogo acerca das violências referentes à homofobia. Um vídeo curto foi apresentado e nele explicava-se o significado da sigla LGBTQIAPN+, a reação dos participantes frente ao vídeo que transitava entre o diálogo de uma aceitação condizente com suas experiências de “tenho uma amiga sapatona que traz namorada, tudo tranquilo” e outrora “fico muito assustado, porque eles trocam, o homem fica com mulher, mulher fica com mulher, homem fica com homem, eles saem e o que rolar rolou”. Esses elementos produzem uma reflexão em torno dos efeitos das transformações na masculinidade e sua resistência a essas mudanças.

A masculinidade hegemônica não representa um papel masculino. Na verdade, refere-se a uma masculinidade em particular que subordina as demais (ALMEIDA, 1995). Essa se ratifica a partir de determinadas características apontadas pela sociedade e que, ao serem valorizadas, validam o *status* de homem. Inexoravelmente, essas características estão sempre correlacionadas à ideia de poder e dominação, imbricadas com diversos campos que afetam a subjetividade na construção do menino.

Hegemonia no dicionário é encontrada enquanto sinônimo de supremacia ou influência preponderante (HEGEMONIA, 2020), denotando a existência de um padrão que, ao predominar-se, detém o poder. Para a masculinidade hegemônica, encontramos quatro imperativos, como afirma Badinter (1993), afastamento de seus afetos, exigência de superioridade, independência, maior força pela aparente agressividade, que juntos produzem a modulação necessária para esculpir o homem representante dessa hegemonia.

Para Almeida (1995), a masculinidade hegemônica é composta pela existência de outras masculinidades que se tornam subordinadas. Desse modo, o patriarcado não caminha sozinho, mas é correlacionado ao racismo e homofobia, uma instituição que com normas próprias que localiza no corpo negro e gay, a subalternidade.

Alguns autores como Connell (1995), Almeida (1995), Badinter (1993)

e Nolasco (1993) reportam, em sua literatura, o campo da sexualidade e dos afetos como aqueles que são atravessados pelo projeto da construção da masculinidade hegemônica e aprofundam na tentativa de compreender como esses campos se fazem e se transformam. Para Connell, “esses projetos envolvem encontros complexos com instituições tais como escolas e mercados de trabalho e com forças culturais tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo” (CONNELL, 1995, p. 190).

Assim, a diferença que marca a especificidade de cada sujeito se torna elemento para violência quando ele não se enquadra no padrão normativo da sociedade, que costuma ser composta pelos marcadores da classe burguesa, dentre elas a branquitude. Para Lian Shucman e Mônica Gonçalves (2020), a branquitude é carregada de significado de superioridade construída socio-historicamente dentro da cultura ocidental.

Desse modo, o apelo pelo prestígio e soberania direcionou a masculinidade no uso da violência como uma ferramenta para se materializar nesse lugar (NOLASCO, 1993). Violências essas destinadas primordialmente a quem se encontra no lugar de subalternidade, como o público LGBTQIAPN+ e a própria masculinidade negra, temas que aqui serão discutidos.

Segundo o relatório “Silêncio dos homens”, “há duas vezes mais negros analfabetos do que brancos [...] negros e pardos entre 10 a 29 anos possuem 45% mais chances de suicídio do que brancos na mesma faixa etária” (ANJOS, 2019, p. 12). Dados como esses buscam problematizar as diferenças das masculinidades invisibilizadas pela hegemonia que, de modo insistente, as nega, primordialmente a parcela negra e gay que se vê defronte à tentativa de superar o sofrimento cotidiano causado pelas forças relacionadas: patriarcado e racismos.

A presença da violência da masculinidade hegemônica contra os corpos dissidentes surgiu nos discursos dos integrantes da pesquisa. Esses produziram tensões na disputa do instituído que persistiu diante da força instituinte que, naquele espaço, ainda buscou se produzir. Tensões essas imprescindíveis para o surgimento de analisadores. A discussão central da Análise Institucional, a expõe como um método social que considera as relações de poder existente nas

instituições, sejam eles visíveis ou não (HESS, 2004). Essas relações de poder, mantidas pelo instituído, buscam ser tensionadas pelas forças instituintes.

4.1 A masculinidade e a heterossexualidade compulsória

Para um participante, “quem tem mais de 40 anos não tem preconceito”, amparado na justificativa de que se dançava as músicas “tipo carnaval, olha a cabeleireira do Zezé... E era só música agora é tudo mimimi, uma chatice, na verdade” retrata outro integrante. O diálogo que atravessa a apropriação da masculinidade de novas realidades generificadas demarca a dificuldade de desacreditar o rito da binaridade que compõe o conservadorismo.

Butler (2020) esclarece a lógica binária irremediavelmente aplicada na compreensão da relação “natural” entre gênero e desejo, apontando que “a unidade de gênero é o efeito da prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2020, p. 67).

Assim, a masculinidade é permeada por imperativos, no caso, a imposição desta heterossexualidade. Essa obrigação é inserida no processo de constituição da masculinidade, pois, além de provar não ser uma mulher, o homem precisa se afastar da homossexualidade (WELZER-LANG, 2001).

Dessa maneira, para ser homem “primeiramente tem que nascer do sexo masculino”, salienta o participante no grupo fazendo do órgão sexual aquele que valida a masculinidade, mas não apenas isto, ser homem é também relacionar-se com o outro sexo.

Assim, os referenciais biológicos têm sido para os homens os que definem o contorno de suas possibilidades afetivas (NOLASCO, 1993). No espaço do grupo, ficaram evidentes duas lógicas de discursos que transitavam entre não aceitar outras formas de existir que não fosse cis e heterossexual, e se distanciar da figura descrita como homofóbica, não querendo discutir sobre a temática da homossexualidade.

A ausência de senso acerca dos próprios posicionamentos conduzia os homens a um paradoxo que acolhia as diferenças, mas sobretudo afirmava sua discordância dessas formas diversas de existir e desejar, sustentadas em

discursos do senso comum que colocava as sexualidades diversas da heterossexualidade na caixa de sujeitos pecaminosos e que promovem libertinagem, invalidando o seu modo singular de estar presente no mundo. Para Arrais, Lima, Martínez-Àvila (2020), “a tríade pecado-crime-doença aufere [...], sobretudo o que fora construído acerca das homossexualidades” (ARRAIS; LIMA; MARTÍNEZ-ÀVILA, 2020, p .2).

Digo isso a partir do primeiro indicador “pecaminosos”, afirmados na tentativa de analisar a seguinte passagem de um participante “na Terra, Deus criou Adão e Eva, a igreja está mais liberal, mas isso de **homossexualismo** é errado” (grifo nosso). Para Ribeiro e Comim (2017), a influência das religiões existentes no Brasil sustenta, em boa parte, a atitude de delineamento das expressões da sexualidade a partir de sua normatização.

A pauta da suposta laicidade do Estado brasileiro se revela incongruente quando suas normas se baseiam nos pressupostos difundidos pelas religiões, (re)produzindo mecanismos que promovem cisão no universo diverso da normalidade postulada.

Assim, o discurso do participante não se mostra incoerente com os outros discursos que são reproduzidos e denotam a violência justificada pela interpretação de uma leitura bíblica conservadora. A afirmação do participante sobre a homossexualidade outorga as consequências advindas da desinformação e da ratificação de uma suposta normalidade sexual.

Na tentativa de reversão desse quadro, pelo menos da primeira consequência apontada, uma analista intervém na aposta de uma abertura ao instituinte e ao diálogo, e assume, na sequência, a fala que retrata acerca dos discursos religiosos que “não se fala homossexualismo, mas homossexualidade”. Isso pois, o uso do sufixo ismo é comumente utilizado para designar alguma enfermidade, não sendo retratado na atualidade.

Essas manutenções se constituem em um movimento histórico que entrelaça não somente a religião, mas a medicina na sua sustentação, uma vez que essa disciplina buscou determinar biologicamente o adoecimento inerente às escolhas não heterossexuais. Analisando os prontuários dos profissionais de saúde de pacientes internados no Sanatório Pinel nas décadas de 1920-1940 e as diferentes representações da homossexualidade nos Manuais de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) até

a 5ª edição, Arrais, Lima e Martínez-Àvila (2020) constataram que, no que se refere às representações das homossexualidades masculinas, “o comportamento e as percepções do corpo de tais pacientes foram identificados e classificados com o intuito de controlar e justificar a retirada de tais sujeitos do convívio social, sob uma égide discursivamente patologizante” (ARRAIS; LIMA; MARTÍNEZ-ÀVILA, 2020, p. 5).

Nolasco (1993) salienta que são definidas formas de punição e cura para a homossexualidade, tendo em vista que ela encarna o princípio do mal. Combatendo essa postura estigmatizante, a partir do artigo 3º da resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999, os profissionais de psicologia são proibidos de colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

Ademais, as diversas formas de opressões se relacionam, e, para Badinter (1993), “o nascimento da homossexualidade patológica caminha lado a lado com o surgimento da raça maldita [...] e com o advento da normalidade heterossexual, [...] assim a identidade sexual tornar-se um destino.” (BADINTER, 1993, p. 103).

Welzer-Lang (2001) discute o conceito de heterossexismo revelando a existência de uma promoção incessante pelas instituições de uma superioridade da heterossexualidade dada como natural em detrimento à uma anormalidade subordinada, a homossexualidade, engessando, assim, as fronteiras de gênero.

Para Lourau (2004), a ilusão institucional junto com desconhecimento das relações de poder é necessária para sustentação das normas vigentes e das relações sociais dominantes. Dessa maneira, o instituído patriarcal, reproduzido nas diversas instituições atravessadas pelos homens, deflagra em seus corpos um processo de subjetivação para afastamento das normas subordinadas, dentre elas a homossexualidade.

Assim, a homofobia é parte contribuinte para a produção de provas da heterossexualidade, pois os homens que não demonstram sinais contundentes de virilidade são associados à homoafetividade (WELZER-LANG, 2007). Os praticantes da homofobia costumam ser “pessoas conservadoras, rígidas e favoráveis à manutenção dos papéis tradicionais”

(BADINTER, 1993, p. 118). Em contrapartida, o processo de construção da heterossexualidade também é composto pela transição pelo espaço da própria homossexualidade. Para Welzer-Lang (2001), na relação entre homens, eles são conduzidos a viver momentos de homosociabilidade, como “competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mija (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo.”(WELZER-LANG, 2007, p. 462).

A pedagogia homossexual apontada por Badinter (1993) como o “aprendizado da virilidade pelo viés da homossexualidade” (BADINTER, 1993, p. 79) é exemplificada pelas passagens da história no qual a homossexualidade era comumente praticada por imperadores romanos e outros povos com a crença de que a virilidade era passada na relação entre dois homens.

Assim, a homossexualidade representou o “segredo da transformação dos meninos em homens” (BADINTER, 1993, p. 80). No tocante da atualidade, a heterossexualidade se torna a terceira prova da virilidade, na qual após se distanciar da mãe, demonstra não ser uma mulher, o homem precisa provar sua não homossexualidade. Desse modo, a normalidade sexual é estabelecida por um instinto “natural” no qual o objeto é outro sexo. (BADINTER, 1993). A homossexualidade surge como risco coletivo, no qual o homossexual é considerado um traidor da construção da masculinidade.

Welzer-Lang (2001) aponta que toda forma de sexualidade diversa da heterossexual é desvalorizada, como bissexualidades, transexualidade, dentre outras, tornando-se rechaçada pelos participantes e consideradas uma “libertinagem sexual”, aqui usado em seu senso comum como um aproveitamento inconsequente de uma liberdade. Um participante, após a transmissão de um vídeo que buscava pedagogicamente ensinar os significados da bandeira LGBTQIAPN+, retrata “não sabia que uma travesti poderia namorar uma mulher, é o fim do mundo”.

A pedagogização utilizada nos grupos é permeada por contradições que outrora pode produzir silenciamento frente a imposição de uma verdade universal. Por outro lado, pode contribuir para o deslocamento da verdade antes instituída, promovendo a apresentação de um novo elemento, que no processo de síntese realizada pelos participantes pode produzir novas

perspectivas de suas relações.

Na verdade, o que deveria se buscar é o fim das normas que enclausuram os homens na vivência unívoca da binaridade sustentada pela naturalização de sexo, gênero e desejo. No entanto, a validação dessas novas normas que, abrangem às formas diversas de sexualidade, tem encontrado resistências que culminam na prática de violência contra seus corpos a partir da homofobia.

Um participante relata “estava com minha menina no shopping e tinha dois homens beijando na boca, eu levantei e fui chamado de homofóbico. Eu falei, já matei dois e para matar mais um não mudo de roupa”. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), há um aumento significativo de casos de homicídio e estupro contra a população LGBTQIAPN+ superando, respectivamente, 35,2 % e 88,4 % dos dados apontados em 2020.

Dados como esses demonstram que as raízes históricas das desigualdades das sexualidades ainda se encontram profusamente presente na sociedade, e os avanços obtidos ainda são incipientes. Foi somente a partir de 17 de maio de 1990 que a homossexualidade também é retirada da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), deixando de ser nomeada de homossexualismo (COMIM; RIBEIRO, 2017). Essa data passa a representar o dia Internacional da luta contra a homofobia.

Nesse cenário, os relatos das analistas que apontam o Brasil como o país que mais mata esse público, e que a “expectativa de vida da mulher trans é de 35 anos, ficando a margem para serem aceitas” não culminaram em reflexão no grupo. Assim, um dos participantes retruca “no Brasil que mais mata? Não é confusão deles não? Vejo lá no centro de BH, bebida e confusão entre eles”.

Direcionar a responsabilidade das violências sofridas para os próprios corpos assujeitados a ela parece um exercício da masculinidade que encontra na vítima a razão da cólera por elas sofrida. Afinal, “eu não entendo porque tem esse tanto de discussão, às vezes é o próprio LGBT que se sente desconfortável” e “eu conheço tanto gay e travesti que levam uma vida normal que acho que eles se vitimizam”.

A desinformação culmina na violência junto a um desinteresse e necessidade de abertura ao diferente, o mesmo participante da fala acima demonstra sua angústia quando “um dia na praça com o meu filho e filho da

vizinha, a criança viu um homem beijando outro homem e perguntou se pode, e eu não soube responder”.

Essa passagem é interessante porque comumente os participantes apontavam seus filhos menores como o motivo para suas resistências de aceitação de sexualidades diferentes. Ouvimos, então, no grupo, o discurso que aponta a naturalização das formas diversas da sexualidade como estímulo para os mais jovens, ou a confusão mental deles, por uma suposta incapacidade dos menores de compreenderem a cena. Um participante relata “como vou explicar quando minha filha vir dois homens se beijando? Vai bagunçar a cabeça de uma criança em formação”.

Isso me remete ao conceito de ideologia de gênero que, para Nogueira (2019), se sustenta em uma “contraposição falaciosa ao opor equidade de gênero e diversidade sexual à doutrinação de gênero, como se fosse possível impingir a alguém numa perspectiva heteronômica, uma identidade de gênero ou orientação sexual.” (NOGUEIRA, 2019, p. 90). Desse modo, para Moreira (2019), o uso desse termo, de fato, é “impróprio e revela desconhecimento intelectual” (MOREIRA, 2019, p. 67).

O receio do diálogo acerca das relações de gênero e sexualidade com os meninos ainda em processo de formação impõe barreiras para o processo de construção de um mundo menos desigual e menos hierárquico. Há uma significativa importância para elaboração desses diálogos, sobretudo na instituição educação apontada por Barembly (1992) como aquela a contribuir para a socialização de um pretendente a membro da comunidade no qual irá se integrar.

A Lei nº 11.340, conhecida como lei Maria da Penha, em seu artigo 8º aponta a necessidade da presença nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, dos “conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006), o que possibilitaria tornar visível os meandros que culminam na prática das diversas violências, inclusive práticas de exclusão, direcionadas às classes tidas como subordinadas. Isso em um contexto no qual o anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta um aumento de 7,2 % de homicídio contra a população LGBTQIAPN+ (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Apesar disso, ainda se visualiza uma dificuldade no que se refere à pauta das equidades de gênero e raça, praticadas primordialmente pelo discurso da extrema-direita atual, representada majoritariamente pela hegemonia branca e masculina. Inclusive, autorizada no grupo em falas de alguns componentes que mostraram consenso com essa postura.

Assim, quando o Estado fazia seu papel na atenção as especificidades do público, isso era rechaçado por um participante que aponta “agora tem lei para uso do banheiro feminino, vou ser preso direto, não aceito não, esses vereadores têm umas leis”.

Para Badinter (1993), a homofobia se liga a um medo particular de igualdade dos sexos, bem como remete ao temor da tomada de consciência das partes femininas de si, compostas primordialmente pela sensibilidade e passividades, consideradas sinal de fraqueza.

Assim, a contraposição entre masculinidade e homossexualidade é composta pela cisão que conduz os homens ao distanciamento da expressão de seus afetos e de suas vulnerabilidades. Em minhas experiências como profissional, incomodou-me não somente a dificuldade de eles expressarem suas necessidades e sentimentos, mas também o lugar afeminado colocado ao homem que o fazia.

Fica evidente que os afetos estão diretamente excluídos enquanto possibilidade de expressão da masculinidade, afinal, o macho puro não tem nada de humano (BADINTER, 1993). Segundo Nolasco (1993), a ausência de uma linguagem afetiva deriva de “frutos do tratamento que aprenderam a dar a seus afetos” (NOLASCO, 1993, p. 99).

O manejo dos sentimentos está intrinsecamente relacionado com a perspectiva de vulnerabilidade, lugar esse permitido apenas ao campo feminino. Um participante salienta “eu já ouvi, quero um homem forte e não sensível”, retratando os marcadores esperados da masculinidade e presente também, em sua perspectiva, nas demandas femininas.

Dessa maneira, a masculinidade fica à mercê de sentimentos que não conseguem nomear, discriminar ou expressar (NOLASCO, 1993). Esse

aprisionamento denota uma masculinidade, como já dito em outros capítulos, que, de modo conflitante, necessita se provar e a homofobia se torna um meio para tal.

Badinter (1993) aponta que a agressividade contra os homossexuais é um meio de tornar o conflito interno suportável, ao exteriorizá-lo. Contudo, a meu ver, os participantes não relacionavam suas práticas violentas aos seus conflitos internos, mas delegavam a responsabilidade a um terceiro, que se encontra fora das normas e dos padrões.

Quem é o homofóbico? Sempre um Outro, para um participante “eu acho que a sociedade não aceita esse tipo de negócio, eu acho que eles fingem que aceitam, o pessoal é muito preconceituoso”. Presenciamos assim o ato de delegar à comunidade a responsabilidade de assumir esse lugar de algoz, sem perceber que também fazemos parte dela. Do mesmo modo que na violência contra a mulher, a incoerência presente em um dizer-se não violento a partir de um discurso violento, também acomete nas falas dos participantes, o público LGBTQIAPN+. Essas contradições são importantes para a interdição da reprodução e sua reflexão, como indica Lourau (2004), mas no grupo era nítida a ausência de consciência dos contrastes presentes nestes discursos.

Essa ausência nos leva a deduzir que o discurso da violência e o distanciamento do lugar do algoz, estavam ambos naturalizados. O receio de assumir a homofobia, bem como ser retratado como homem que bate em mulher aparentemente assusta os participantes, que intencionalmente, por diversas vezes, reiteravam não se encaixarem nestas duas “categorias”. Categorias essas que tanto na prática da violência contra a mulher, como a agressividade aos LGBTQIAPN+ são retratos de um mesmo instituído patriarcal que produzem a cisão e desigualdade, colocando a mulher e os homossexuais na mesma classe subordinada, conforme explicita Welzer-Lang (2001). Para Badinter (1993), a “homofobia é o horror as qualidades femininas nos homens, enquanto a misoginia é o horror às qualidades femininas na mulher” (BADINTER, 1993, p. 117).

A prática da violência via ação também se mistura à omissão que interpela “excluir é violento?”, questiona um participante genuinamente que, pela sua insciência, reproduz uma cisão na convivência das diferenças. Essa postura é ratificada em falas “acho que deveria ter um banheiro específico para travesti, não

que eu seja preconceituoso, mas tem uma criança no banheiro de homem, aí entra uma mulher travestido de homem?”.

A exclusão denota a insuportabilidade do convívio com a diferença, principalmente aquela que coloca a masculinidade à prova pela sua tentativa de não identificação com aquilo que é subordinado: a homossexualidade. Badinter (1993) afirma que “a homofobia é uma defesa psíquica, uma estratégia para evitar o reconhecimento de uma parte inaceitável de si” (BADINTER, 1993, p. 119). Um participante demonstra seu incômodo ao compartilhar que “não sou obrigado a concordar com tudo, homossexuais agora são semideuses, a gente tem que aplaudir?”, indaga sob tom agressivo.

Contudo, a necessidade de se reafirmar não algoz surge com as seguintes falas: “conheço muito transexual, não tenho preconceito, não sou racista, para mim tudo normal”, vinda do mesmo participante da última passagem acima, o que denota a dificuldade de se construir um espaço de consciência e reflexão acerca de suas próprias contradições.

Havendo, assim, conforme já problematizado em outros capítulos, uma dificuldade de reconhecimento das violências cotidianas praticadas. Desse modo, a responsabilização da violência expressada a esse público é direcionada a outrem e distanciada de si. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal enquadrando e reconheceu a homofobia e transfobia como crimes de racismo, inserido a mesma no rol da Lei nº 7.716/1989 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019).

A coordenadora do Programa Diversidade da Fundação Getúlio Vargas de Direito Rio, Lígia Fabris, expõe as práticas de judicialização, como “o artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa conduta. Há, ainda, a possibilidade de enquadrar uma ofensa homofóbica como injúria, segundo o artigo 140, §3º do Código Penal”, explica entrevistada (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGA, 2022). Assim, o cenário judicial busca coibir comportamentos discriminatórios contra à diferença, o que pode ser um indicador da necessidade dos participantes de se afastarem do lugar de praticantes dessa violência, mas não somente dela.

Os grupos reflexivos que provoca a masculinidade a questionar sua posição e imposições direcionadas a si e aos demais podem produzir questionamentos de

elementos nunca problematizados pelos participantes. Para trabalhar essa questão, em um dos encontros foi apresentado um vídeo nomeado “A caixa dos homens” que buscava produzir reflexão sobre os mandatários do instituído patriarcado. A partir desse vídeo, um participante relata, “verdade, né, quando eu jogo bola, as pessoas falam ‘joga bola, veado’”. Essa fala sinaliza o início de uma reflexão dos furos invisibilizados do machismo impregnados no cotidiano.

O instituinte começa a aflorar, a partir da crítica, em dinamismo que envolve avanços e recuos naturalmente presentes em todo processo de transformação. Para os sujeitos que a isso se propõe, a transitoriedade entre construção e desconstrução é parte integrante desse devir.

Para um participante, “a parte do machismo, da orientação sexual não tenho preconceito, temos que se adequar se não é excluído”. O temor da exclusão emerge a partir dos movimentos que visibilizam as causas LGBTQIAPN+, convocando a masculinidade a se haver com ela, primordialmente acerca da sua responsabilidade na violência praticada.

Connell (1995) salienta, dentre as políticas de masculinidade, a política gay, que envolve “uma inversão da abordagem convencional, contestando e desmontando as identidades como base para a construção de comunidades, em vez de afirmá-las” (CONNELL, 1995, p. 195).

Para Lourau (2004), quanto mais o grupo “acumulou de não-saber, de inconsciente coletivo, de burocracia ‘natural’ em sua fase de institucionalização [...] na autodissolução descarrega sobre si mesmo e sobre seu antigo processo de institucionalização” (LOURAU, 2004, p. 185).

Desse modo, o processo grupal tem potencial para contribuir para esse processo de digestão, avaliação e ressignificação de valores outrora postos, ou quem sabe se tornar tão cheio de não ditos que corra o risco de se dissolver. Contudo, é um processo imbuído de sofrimento para um participante, a “desconstrução de gênero é algo bem complicado, porque tem uma alienação, tipo hoje tem que ser assim”, o que denota as complexidades que estão por trás da transformação, mas que são necessárias.

Por fim, repensar os impactos que a própria homofobia produz no campo da masculinidade, é considerar as consequências delas nos próprios sujeitos que a reproduzem. Para Nolasco (1993), os ideais de perfeição e de superioridades das demandas sociais direcionadas aos homens trazem

consequência “no plano afetivo, quanto no sexual, e profissional (NOLASCO, 1993, p. 120).

Não somente a homofobia reproduz os discursos que afastam os homens do contato consigo mesmos, distanciando-os de seus afetos, de uma relação consigo próprio e com outros homens, conduzindo-os a um apelo sexual. Badinter (1993) aponta como consequência um homem solitário, limitado de amizades e privado de experiências que somente são adquiridas em contato com um outro, seja ele um amigo ou os próprios filhos.

Dessa maneira, e apesar de um participante reiterar que “vai levar anos para as pessoas aceitarem”, ainda se acredita na potência do instituinte para promoção da transformação no cotidiano. No grupo, isso surge a partir de um participante que salienta, a partir de um vídeo sobre LGBTQIAPN+, que o “vídeo fala muito sobre não estigmatizar, não rotular, ser livre, questão de respeito, se não é feito com respeito, não é válido, enfoca bem que o respeito é principal”. Aposta-se nos espaços que promovam diálogo para questões acobertada nas práticas da violência podem contribuir para a produção de um universo com menos desigualdade, inclusive as raciais.

4.2 Masculinidades não brancas, entre o privilégio e a subordinação

Uma analista facilitadora salienta a dificuldade da discussão da temática sobre racismo “os homens tinham uma leitura do senso comum, muito difícil de ouvir”. Assim como a sexualidade, a raça é também critério que determina a colocação do homem na hegemonia ou na subordinação. A negritude foi invisibilizada pelos participantes do grupo que encontraram dificuldade de reconhecer a existência do racismo. Não somente entre eles, mas não circulou pelo grupo a reflexão que aponta que das 1341 vítimas de feminicídio, 62% eram mulheres negras (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Gonzalez (2020), aponta a “primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural” (GONZALEZ, 2020, p. 69). A naturalização do instituído fundada “no esquecimento de suas origens” (LOURAU, 2004, p. 73) tornou, no grupo, invisíveis as questões da raça enquanto atravessador da masculinidade negra em uma sociedade não somente patriarcal, mas também racista.

Um participante negro nos recorda e retoma a trajetória da população

historicamente subordinada em um contexto de escravidão, ele relata “a gente já sofreu tanto, ficamos 388 anos escravizados, [...] sem acesso a estudos, [...] não temos chefes negros, então temos que começar a refletir, começar a pensar”.

O sofrimento existente nessa fala expressa o exercício contínuo para desmonte de uma cultura fundada em práticas racistas. Para Gonzalez (2020), “esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país” (GONZALEZ, 2020, p. 249). Por outro lado, no grupo, a reprodução instituída que invalida as especificidades da masculinidade negra são ratificadas, tornando-se difícil a elaboração para os que tentavam torná-la visível.

Os movimentos feministas, originalmente brancos e ocidentais, demandam das mulheres não brancas e pobres um olhar para as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social (CARNEIRO, 2020). Durante muito tempo, as mulheres negras não estavam representadas pelo movimento que buscava acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, espaço no qual as mulheres de cor já ocupavam nos serviços escravocratas (CARNEIRO, 2020).

Desse modo, as investidas dos movimentos feministas negros ofertam visibilidade ao sofrimento dos corpos de mulheres pretas que historicamente são objetificados pela dominação, sobretudo masculina e branca. Os avanços dessa reflexão ainda não alcançaram patamares almejados, tendo em vista que, no grupo, a mulher negra é novamente objeto e nesse contexto utilizada contraditoriamente para se afirmar de não racista, conforme salienta participante de pele branca “deixar claro que não sou racista, tive um relacionamento com uma mulher negra”.

A branquitude é convocada a ser problematizada a partir dos avanços dos estudos que oferecem uma visão abrangente sobre o que seria ela e como ela “manifesta-se nas relações sociais em uma sociedade notadamente racista” (SOARES, 2021, p. 167). Contudo, a reflexão da branquitude sobre a constituição de suas relações sociais não emergiu no grupo, assim, a presença de um discurso que favorecia as camadas brancas privilegiadas e responsabilizava os negros por suas mazelas se tornaram comum.

Um integrante relata: “eu vi no programa do Ratinho, uma fala de Agnaldo Timóteo dizendo que **nós** negros somos os mais racistas, afinal, homem somente quer ficar com loira, então dizer que racismo existe, aí não concordo” (grifo nosso).

Para Fanon (2008), a indiferença a cor é uma maneira de ofertar suporte uma cor específica: a branca. A relação existente na escolha da masculinidade negra pela mulher branca é imbuída de elementos passíveis de análise e, aqui, quero levantar alguns.

Atualmente na sociedade, o homem negro que tem uma relação com uma mulher de raça diferente é popularmente nomeado de “palmitreiro”, o que aparenta ser uma atualização da cisão que não permitia o relacionamento interracial. Historicamente, sabe-se que os negros eram proibidos de relacionarem com mulheres brancas, sofrendo, como consequência, a castração (FANON, 2008).

Por outro lado, essa relação conduz a discussão dos meandros que circundam a pauta da solidão da mulher negra e a padronização de uma mulher ideal branca para os homens independente de sua cor. Para Gonzalez (2020),

quando nos anúncios de jornais, na seção de oferta de empregos, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência” etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas. (GONZALEZ, 2020, p. 50).

A fala do participante acima levanta questionamentos que problematizam as relações sociais e raciais. O comentário final que invalida a existência do racismo amparado no desejo do homem negro pela mulher branca não é somente ignorante, por falta de conhecimento, mas reprodutor do próprio sistema racista que afeta os processos de subjetivação, incluindo os desejos dos sujeitos que são direcionados para as mulheres de pele branca.

A exemplo disso, apresenta-se a indagação de Fanon (2008) que reflete a busca do embranquecimento do homem negro a partir de sua relação entre racial, “amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um Branco. Sou um Branco” (FANON, 2008, p. 69). Assim, a

nomenclatura “palmiteiro” tem mais significado do que se supõe.

A grande problemática presente na invisibilização do racismo permeia a invalidação de dados que revelam um aumento de 31% nos casos de racismo de 2021, em comparação a 2020 (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Um integrante do grupo nos lembra “é muito difícil provar que se sofreu racismo em vários lugares”. Necessário pontuar que o racismo ganha corpo quando o alvo dele são pessoas que, apesar de negras, alcançaram destaques na mídia.

Segundo um componente do grupo, “eu acho que existe racismo, sim. No futebol da semana passada, em vários países os torcedores imitaram macaco e jogaram banana”. Essa anedota retrata os rompantes da discussão da temática acerca da população negra quando os alvos são pessoas reconhecidas pela população, contudo, a questão segue invisível.

O feminismo negro tem como eixo “articular o racismo e seu impacto nas relações de gênero” (CARNEIRO, 2020, p. 2). Desse modo, tornar visível a articulação do sistema patriarcal e racista se faz necessário para uma compreensão mais ampla dos processos de subjetivação da masculinidade negra.

A invisibilização das especificidades de grupos pauperizados impacta na ausência de reconhecimento das violências por eles sofridas. O participante negro, que apresentou o contexto histórico do sofrimento de seu povo na escravidão, solicitou transferência de grupo, porque sentiu-se violado a partir de discursos racistas proferidos naquele espaço. Pedido que não foi para a frente, após as intervenções das analistas, pois ele decidiu insistir na participação e expor experiências e marcas cotidianas advindas da inserção de seu corpo negro em nossa sociedade, movimento parte de seu cotidiano.

Inclusive, exercício doloroso esse, um participante retrata sua opinião “antes era assim, agora os mesmos negros que são racistas, quando tem posição superior, eles deviam tomar parte, mas não fazem isso não. Lá onde moro, na favela, quando o negro sobe e tem alguma coisa, ele não se importa com os demais”.

Para Gonzalez (2020), o “racismo cultural também é internalizado por um setor que também é discriminado, não se percebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento.”

(GONZALEZ, 2020, p. 52). Nesse momento, tive a sensação retratada no famigerado discurso que “rico correndo é atleta, mas pobre correndo é ladrão”. Afinal, não importa o alcance dos mesmos pódios da branquitude quando lá em cima, o negro é invalidado.

A negritude se vê amalgamada em um insidioso discurso da democracia racial e da meritocracia, que torna desnecessário o diálogo de suas pautas e responsabiliza os negros pelo não alcance de sua hegemonia. Um participante relata “os problemas é o mesmo eles não querem trabalhar, e os filhos do rico sai, faz estágio, sai de madrugada, mas vai trabalhar. Eu moro e vejo no morro os pais fala para os filhos estudar, eles não querem. A culpa não é do governo”. A título de complemento, esse participante é morador da favela do morro do papagaio, hoje é dono de um bar conquistado a duras penas após começar a trabalhar com sete anos de idade.

Laval (2019) alerta que a formação do sujeito empresarial na busca pelo desempenho é carregada de competitividade. Desse modo, os sujeitos são conduzidos a ignorarem a existência dos sistemas de desigualdade que atravessam a sociedade para uma aposta única em suas próprias trajetórias individuais de capital humano.

Assim, o neoliberalismo desresponsabiliza o Estado pelas desigualdades diversas que estão presentes na sociedade atual e responsabiliza o próprio homem negro pelos seus entraves na busca desenfreada pelas experiências fundadas na rivalidade com a hegemonia branca. E ainda faz essa corrida parecer justa e adequada, associando-a somente ao mérito individual e se desvencilhando das determinações econômicas, históricas e sociais.

As políticas públicas detêm um importante papel para enfrentamento da desigualdade, impulsionando ações que possibilitem acesso aos direitos de todas as camadas desfavorecidas pelo próprio sistema, promovendo a equidade. Não somente a retirada do Estado de seu próprio papel de contribuir para o processo de igualdade social produz uma parcela pauperizada e desinformada que reproduz discursos como “se você faz pesquisa nas escolas [aqui no caso de escolas públicas], 90% têm iphone”, relata um participante.

Por outro lado, com a ausência do Estado, o embate entre forças antagônicas presentes em um processo grupal se torna importante para ressignificar pensamentos que, em outros contextos, não se teria oportunidade. Acerca dessa última fala, um integrante indaga “quantos alunos não tinham condições de estudar, sem telefone, internet?”

Porém, na perspectiva das analistas, a maioria o vocabulário compartilhado pelos participantes, como “ideologia de gênero e questões raciais” mostram relação com o cenário político atual”. Com o conservadorismo instaurado nos últimos quatro anos, o desmonte das políticas públicas e a desinformação pelas *fake news* promoveram o fortalecimento da reprodução instituída que aposta na desigualdade.

Todos esses elementos reiteram a importância de diálogos com pautas que levem em consideração não somente a existência, mas a necessidade de uma construção de uma política pública que aposte na informação qualificada e no combate a essas violências.

As experiências vividas se tornam oportunidades de construção de uma visão crítica, promovendo incertezas significativas para o desmantelamento das inverdades reproduzidas pelo sistema instituído e pela lógica neoliberal. Um participante salienta “eu tenho 34 anos, então em uma corrida de 100 metros, quem chega primeiro, quem corre com ou sem obstáculos? Minha mãe ficava mais feliz quando eu levava dinheiro para a casa do que quando tirava nota maior”.

No entanto, a resposta para o questionamento do participante acima é a falácia da democracia racial, que reproduz não haver desigualdade, e, sim, falta de vontade ou de investimento pessoal, resultando em discursos como este que circulou no grupo: “99,9% não estuda, não trabalha porque não quer, em Belo Horizonte tem gente que vive só de pedir. Na maioria, é safadeza e coloca a culpa no governo dizendo, ah, eu não tive oportunidade”, relata outro componente do grupo.

O instituído se fortalece nesses meandros que produzem subjetivações reprodutoras da lógica dominante e, na maioria das vezes, sem posicionamento crítico. A branquitude se esquivava de sua responsabilidade, o Estado não precisa promover estudos sobre a situação da negritude no país, menos ainda políticas

públicas, porque a desigualdade é coisa de fora, aqui não temos.

Carneiro (2020) nos lembra que a violência sexual perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas, no qual a miscigenação é resultado, estruturou nossa identidade nacional e desaguou no mito da democracia racial latino-americana. Essa falácia ocorre por meio de discursos que, com maestria, foram reproduzidos por Gonzalez (2020) na seguinte passagem.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 2020, p. 69).

Essa postura estava presente no grupo em que o mito da democracia racial foi sustentado pela experiência de “superação de uma mulher negra”. Segundo um participante, sobre o racismo, “vai de cada um também, a moça da padaria aqui é negra e agora é gerente”.

Durante o espaço grupal, esse exemplo foi utilizado para outorgar os supostos avanços da sociedade. Isso demonstra que a democracia racial também é amparada pelas histórias pontuais de sucesso de pessoas negras reconhecidas, mas que não correspondem à grande parcela da população brasileira. Como àquelas histórias de superação que retratam um estudante pobre, de escola pública, morador de favela e preto que passa em várias universidades reconhecidas e ignora a esmagadora maioria que, por vir do mesmo sistema educacional público, não consegue acessar faculdade alguma.

Quando o racismo não é visto como um fenômeno social, aqueles que os enfrentam são sempre responsabilizados por suas supostas sensibilidade excessiva (KILOMBA, 2019). Segundo um participante, “todo mundo tem que ter direito igual, mas por que o preto, na hora da faculdade, tem cota se ele estudou?”.

O questionamento que subjaz essa fala é com que condições os estudos foi a ele ofertado? Os investimentos nas políticas públicas de educação básica

ainda são insuficientes para ofertar aos alunos uma competitividade justa e igualitária em comparação aos estudantes das escolas particulares.

Essa desigualdade conduz uma maioria branca ao acesso às universidades e as melhores condições no mercado de trabalho mesmo quando os negros chegam ao nível superior. Segundo o relatório, “Silêncio dos homens”, “entre homens com ensino superior, trabalhadores negros ganham, em média, 29% a menos que os brancos” (ANJOS, 2019).

Essa discussão ganha visibilidade no grupo a partir da fala de um participante que identifica essa desigualdade “não concordo com a pessoa estudar a vida inteira na escola particular aí entra na federal. Federal deveria ser para pobre, se tem condições, paga a faculdade privada”. Mas isso não foi, de fato, problematizado.

O que fica evidente é a ausência de um conhecimento mais profundo, ou, por vezes, uma falta de interesse em ouvir sobre ou procurar se informar acerca da questão, ambas ancoradas em um conjunto de elementos que naturalizaram uma verdade universal, promovendo desinteresse em novos elementos apresentados, como a própria desigualdade social ou a masculinidade. Na tentativa de rever esse quadro, as analistas do grupo pontuaram “reparação histórica, acesso a trabalho ou educação, discussão sobre equidade”, na tentativa de convocar forças instituintes que trazem o contexto, a multideterminação da realidade e a negação da universalidade, no caso, o acesso igualitário à educação.

As analistas buscaram trazer uma reflexão e um olhar novo para uma questão complexa, embora, na maioria das vezes, não houvesse disponibilidade para tal. Como na fala que nomeia este capítulo “não pode brincar com ninguém, não pode chamar de branquelo, de negão, o mundo tá com muita hipocrisia, cada dia que passa tá uma bosta, só piora”, relata participante.

Dessa maneira, os espaços para aparecimento da produção sustentada pelas forças instituintes encontra dificuldade de ganhar consistência, se materializar e gerar transformação. No grupo, foram comuns os discursos que negavam a diferença, ao mesmo tempo em que a subordinava, “fico me perguntando, porque acho incoerente: o homem negro fala que não tem espaço

para ser artista, só ir em Nova Orleans para ver que o Blues é dominado por pessoas pretas, ao passo que brancos nas áreas são discriminados”.

Por outro lado, eu fiquei me perguntando quantas pessoas negras, ou pelo menos as do grupo conheciam Nova Orleans, ou mesmo Blues, posso supor pelas minhas experiências que a resposta seja ínfima. Desse modo, a democracia racial encontra os meandros para justificar sua existência. Gonzalez (2020) retrata a cultura brasileira atrelada ao carnaval, com uma suposta admiração da mulher preta, bem como as macumbas nas praias do Rio de Janeiro na virada do ano, em que, ao serem apropriadas pela população geral, amparam a proposta de uma igualdade social.

Assim, a branquitude pode “passar pano”, expressão popularmente utilizada para apontar uma desresponsabilização para si frente a inexistência de sua participação na manutenção de um sistema permeado pelo racismo. No discurso “existe racismo, sim [...], mas um negro pode usar uma camisa 100% negro e um branco não pode usar uma 100% branco, então quem está sendo racista?”.

Esse relato de um participante branco revela que não basta a compreensão da existência das violências, mas a constante visibilidade para as lutas negras e as razões de sua existência. Ademais, também supõe a dificuldade da parcela branca em se localizar em um sistema que, ao buscar transformação e oportunidades para a população negra, as conduz a um processo de reflexão sobre si e sobre o espaço que ocupa, e, assim, para a branquitude realmente a “coisa fica preta.”

Contudo, os avanços ainda são incipientes. Gonzalez (2020) problematiza “por que será que tudo aquilo que incomoda é chamado de coisa de preto?” (GONZALEZ, 2020, p. 80). Uma indagação pertinente mediante a naturalização da linguagem racista inserida no nosso cotidiano e nada problematizada.

O uso de termos como humor negro, ovelha negra, serviço de preto e denegrir são exemplos da linguagem, em que assim como a que coloca o homem como referência universal, podem culminar na naturalização da violência ao desqualificar os negros.

A incursão produzida pela masculinidade hegemônica nos leva à ausência de acolhimento da diferença e também produz um não

reconhecimento das violências de quem a sofre na pele de forma concreta. Diante do cenário apontado no decorrer deste capítulo, a masculinidade negra também se subjetiva a partir do racismo e precisa ter suas especificidades visibilizadas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta

um padrão já bastante destacado por outros estudos [...] que os negros permanecem como as principais vítimas [...] 77,6% das vítimas de homicídio doloso, por exemplo, mas chegam a 84,1% das vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 32).

Um participante negro que alegou já sofrer preconceito pela sua pele escura e tatuagens relata que “não vejo mais matéria para não sofrer mais, além do que passei”. Sofrimento imbuído em um corpo silenciado pelo mesmo sistema que o reproduz.

O participante citado retrata “trabalho em uma penitenciária”. Assim, também enquanto um funcionário público ele é atingido pelo cenário do sistema prisional, que também o violenta, uma vez que 67,5% das pessoas encarceradas são negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 388).

Em contrapartida, a visibilidade das pautas negras, resultado das lutas sociais, impulsionadas pela busca de novas posturas frente ao racismo dominante, representadas pelos movimentos como os do feminismo negro, corporificam-se à medida que produzem tensões no Estado para responsabilizar-se pelo enfrentamento destas problemáticas.

E apesar de no ano de 2021, o crime de racismo e injúria racial atingir o patamar de 19.833 ocorrências (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), em 2023, alcançou-se uma vitória com a criação da Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023 que:

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. (BRASIL, 2023).

Desse modo, a abertura do instituinte surge a partir da transversalidade que, para Lourau (2004), é a descoberta de “lutas sociais: ela própria é fonte de conflitos, lugar das resistências do não dito” (LOURAU, 2004, p. 133). Observamos assim que, em alguns momentos, o processo de institucionalização do enfrentamento das desigualdades raciais se desloca para propostas instituintes que se institucionalizam.

A ratificação de datas importantes como o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial (12 de março) e da Consciência Negra no Brasil são resultados de lutas de pessoas como Zumbi, o grande líder da República de Palmares, assassinado pelos senhores de escravos pela sua luta em busca de uma sociedade igualitária (GONZALEZ, 2020). Em 1972, o Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, lançou a ideia de “se transferirem as comemorações do aniversário da abolição 13 de maio para 20 de novembro, data da morte de Zumbi.” (GONZALEZ, 2020, p. 104).

Porém, por vezes as lutas sociais que buscam promover o desmanche das desigualdades raciais são vistas como vitimismo. Digo isso diante da fala de um participante que “falar que não tem oportunidade é vitimismo, tem que correr atrás, falar... Ah, sou preto! É que não quer correr atrás”. Discursos como esses não reconhecem os movimentos sociais, dentre eles, o feminismo negro, para novamente outorgar a crença na meritocracia e naturalizar os privilégios dos brancos na sociedade brasileira.

A problemática envolvida nessa seara é quando essa afirmação é propagada dentro dos próprios corpos assujeitados, que passam a localizar somente em si o enfrentamento de um problema que é do coletivo, da sociedade, perpetuando um ciclo de violências. Para um integrante, “a gente não pode se abalar com a cor da nossa pele, temos que ir nos lugares e ser feliz, é muito ruim sofrer preconceito, a pessoa te olha de cima a baixo”.

Nos pormenores dessa fala, a tensão presente na dor produzida pelo preconceito e pela necessidade de seguir feliz, apesar de tudo, revela o terreno insidioso e contraditório em que a população negra se encontra. Pelas minhas experiências, apesar de reconhecerem no corpo o processo da desigualdade, alguns ainda não encontram a dimensão coletiva e estrutural de seu próprio

sofrimento. Assim, apostam na individualidade, no “segue o baile” como forma de transformação, pelo menos de sua própria dor, o que remete às voltas da masculinidade que busca se esquivar da fragilidade.

Assumir ser vítima de uma violência estrutural disseminada em uma sociedade racista, sustentada por um contexto histórico de escravidão e exploração é se colocar no lugar feminino, no lugar LGBTQIAPN+, no lugar insuportável para a masculinidade, nesse caso, a negra, de subordinação.

Podemos direcionar nossa caminhada para uma crença que “o preconceito não vai acabar nunca, vai vir várias gerações, isso nunca vai acontecer”, salienta um dos componentes do grupo. Outrora, podemos continuar apostando nos movimentos instituintes, que a partir das lutas sociais podem vir a promover transformações das masculinidades.

Os movimentos feministas elitizados esbarraram nas tensões produzidas por mulheres negras que não estavam representadas e que convocaram o feminismo branco a compor e reconhecer às especificidades de suas lutas. Para Carneiro (2020), a luta das mulheres negras vem “desenhando novos contornos para a ação política feminista, e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero.” (CARNEIRO, 2020, p. 3).

Nesse contexto, a masculinidade negra tem a difícil missão de se posicionar e dar passagem as situações, as práticas e aos movimentos instituintes em prol do reconhecimento de suas especificidades nas mudanças da posição social dos homens, mesmo que isto demande o reconhecimento de seu lugar de subordinação frente a masculinidade hegemônica branca.

5 “O QUE É PERMITIDO PARA ELAS NÃO É PERMITIDO PARA GENTE”

O tema era Lei Maria da Penha, e, pelas minhas experiências no acompanhamento de grupos de homens, já era de se esperar uma tensão amparada nas angústias dos participantes em estarem ali. Um vídeo apresentando a história da Maria da Penha, contada por ela mesma, não produz muita comoção ou sensibilidade. A reação é de oposição e endurecimento. Os participantes já haviam definido suas perspectivas acerca dessa lei, “é uma lei que fico impressionado, na delegacia você não tem voz, qualquer mulher que chega lá todo mundo acredita” e também era acompanhado de um discurso comum nestes espaços “vi uma matéria que a lei tá aumentando a violência”. A relação dos homens, com a lei e com as mulheres, é atravessada por um misto de afetações que permeiam um campo do amor e do ódio, restando às analistas o discurso de que “o número de relatos mentirosos é muito menor que os verdadeiros”.

O anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou o equivalente a 1341 casos de feminicídios no Brasil no ano de 2021. Esse dado apesar de singelamente menor que 2020 ainda é alarmante (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

A discussão da violência doméstica e familiar contra as mulheres ganha visibilidade através dos movimentos feministas que produzem reflexões acerca da posição da mulher na sociedade enquanto sujeito de direito, pois conforme reiteram Bernardes e Mayorga (2017) foi “em decorrência das lutas feministas históricas em torno dos direitos humanos, a forma diferenciada como a violência atinge as mulheres ganhou visibilidade e reconhecimento.” (BERNARDES; MAYORGA, 2017, p. 4).

Dessas lutas, destaca-se a trajetória de Maria da Penha Maia Fernandes que juntamente com organizações feministas alcançou uma visibilidade nos casos de violência contra a mulher a partir da sua própria história.

Maria da Penha é farmacêutica bioquímica, nascida em Fortaleza (CE), vivenciou situações de violência praticadas pelo seu companheiro, sofrendo duas tentativas de assassinato, em que ele, ao atirar em suas costas com uma arma de fogo, deixa-a paraplégica, e, posteriormente, tentou eletrocutá-la.

(INSTITUTO MARIA DAPENHA).

O Estado é signatário da “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará em 1994, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU” que afirma que “a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (OEA, 1994), porém mostrou-se omissa no manejo do caso de violência apresentada pela vítima.

Maria da Penha viu o processo judicial em desfavor desse homem se prolongar por 15 anos no sistema judiciário sem uma sentença condenatória. Assim, junto ao Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) realizou denúncia da negligência do Estado brasileiro no manejo do seu processo.

O Estado, sendo condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi responsabilizado pela omissão e tolerância com a violência doméstica contra as mulheres no seu território (SOUZA; BARACHO, 2015). Isso, ao alertar o governo brasileiro da gravidade do fenômeno, culmina na aprovação da Lei nº 11.340 em 7 de agosto de 2006, “considerada uma das três leis mais avançadas no mundo para o enfrentamento da violência contra as mulheres.” (ROMAGNOLI, 2015, p. 115).

Esse fenômeno é permeado pela presença de duas partes antagônicas, representadas por quem pratica a violência e por quem a sofre. Nesse contexto, fica evidente uma maior quantidade de estudos tendo como foco a vítima. Contudo, qualquer enfrentamento de um complexo fenômeno, tal como esse necessita levar em consideração as vivências conjugais e individuais de todos os envolvidos no conflito, sobretudo os homens.

Assim, Marco Antônio Heredia Viveiros, ex-companheiro de Maria da Penha e seu algoz, costuma ser muito pouco retratado nos artigos que visam estudar o fenômeno da violência contra a mulher. Não dando vistas à uma justificativa, mas colocar a masculinidade em pauta se faz necessária.

Em um encontro no qual estava sozinha na posição de facilitadora, fui indagada a respeito da existência de uma tal lei nomeada de modo recorrente como “João da Penha”. Dessa maneira, os participantes evidenciavam a

necessidade de visibilizar o lado dos homens, que acreditam estar em disparidade em relação às mulheres quando o assunto é proteção judicial.

Não obstante esse questionamento, eles ainda enviaram em um grupo no WhatsApp no qual todos os participantes eram adicionados, um *podcast* que retratava a suposta versão de Marco Antônio, que buscava invalidar o relato de Maria da Penha, invertendo às posições de vítima e algoz da história.

Entre outras indagações que essas situações podem convocar, destacamos dois elementos. Primeiramente, a dificuldade dos homens de reconhecerem o contexto histórico social que culmina na desigualdade entre os gêneros. Para Welzer-Lang (2001), homens e mulheres não percebem da mesma maneira a existência da disparidade entre os gêneros e nem que “o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor” (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

E, por fim, a solidariedade masculina, que, pelas minhas experiências profissionais, ampara os homens no cotidiano e os faz concordarem entre si quando o tema são as mulheres. Essa solidariedade nos remete àquelas cenas dos famosos clubes da bolinha, quando os meninos odiavam as meninas ainda na pré-escola. Sendo assim este um efeito da lógica patriarcal, o acordo entre os homens, a partir do sentimento de pertencimento ao grupo dos verdadeiros machos.

Acerca da ausência de reconhecimento da desigualdade imbuídas nas relações de gênero, os movimentos feministas foram responsáveis pela visibilidade e reconhecimento dos insidiosos discursos reproduzidos. O feminismo brasileiro, a partir da década de 1970, em resposta a ditadura militar, inicialmente composto pelas classes altas, ganhou força e deu destaque às questões das mulheres. Esses movimentos, confrontando as marcas do sistema opressor vivenciado, enunciaram a emancipação feminina dentro dos limites e potencialidades da época (SARTI, 2004).

Os movimentos feministas de classes mais altas se fortaleceram ao se articularem com os movimentos de bairros mais periféricos em que as mulheres “lutavam por melhorias na saúde, educação e serviços públicos em geral” (CISNE, 2014, p. 135). Esses movimentos avançaram, assim, nas pautas que reconhecem, ainda que de modo incipiente, a existência imanente

do sistema que introduz a disparidade entre os gêneros e o que produz a desigualdade social.

Nesse contexto, “os anos de 1970 marcam os movimentos feministas pelo reconhecimento de que a reivindicação da igualdade é impossível em um sistema patriarcal” (CISNE, 2014, p. 138), contribuindo para galgarem em direção a desnaturalização da violência praticada contra a mulher e reconhecimento da responsabilidade do Estado no diálogo sobre o tema. Já nos anos 1980, o movimento feminista brasileiro ganha força para uma atuação mais especializada e, assim, a discussão da temática da violência contra a mulher avança e passa a ser tratada em delegacias próprias.

Soma-se a esse cenário, a alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988 (SARTI, 2004). Diante do exposto, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), que em 1985 são inauguradas em Belo Horizonte (MG) e na cidade de São Paulo (SP) chegam como consecução inicial daquilo que se buscava (BERNARDES; MAYORGA, 2017).

Ademais, a criação da Política Nacional de Enfrentamento no ano 2000 exigiu, do Estado, a execução de serviços que visavam não somente a proteção, mas a prevenção dos casos de violência contra a mulher. As lutas feministas também se resignificaram e, na década de 1990, são marcadas por sua institucionalização e academicismo, nomeado por Cisne (2014) de “onguização”, que representa a entrada de numerosas ONGs em resposta a ausência do Estado.

Conforme Cisne (2014), a institucionalização do movimento feminista acaba capturando o mesmo, contribuindo para um deslocamento de seus objetivos para responder às necessidades da instituição que a contrata. Como consequência, isso insere, nos trabalhos das organizações sociais, características mais assistencialistas do que críticas. No entanto, é nos movimentos de denúncia da negligência do Estado que os tratos com as temáticas de violência contra a mulher avançam.

Mesmo com esses deslocamentos nas violências e nas relações de poder que problematizam as relações de gênero, o alcance desses avanços, na perspectiva de homens acerca das posições de gênero, ainda se mostra incipiente. Nolasco (1993) aponta que “o cotidiano da socialização dos

meninos está permeado por “isto é brinquedo de menina”, “menino não chora”, “menino não abraça nem beija outro menino, só as maricas” (NOLASCO, 1993, p. 42).

Esses discursos ainda existem e fazem parte do processo de formação desses sujeitos que são sustentados pela instituição patriarcal, promovendo um estranhamento diante de um diálogo que busca trazer uma nova perspectiva das relações de gênero. Um participante retrata que “hoje a mulher mudou muito e está independente, não aceita as coisas que o homem fazia antes, exemplo: jogar bola”.

O estranhamento nessa passagem reitera a angústia de mudanças que demandam deles adaptação, pois “se você perguntar quem mais manda na casa? É uma mulher”. De acordo com Saffioti (2015), esse trauma presente no ato de se relacionar parte da característica mobilizadora e transitória dos relacionamentos, pois não há uma linearidade que os compõem, pelo contrário, há potência e possibilidades diante das diferenças que fazem par com a identidade.

Nas relações matrimoniais, neste estudo, em especial nas relações heterossexuais, caso de todos os participantes, encontramos lógicas instituídas que determinam *a priori* a posição a se ocupar nos relacionamentos e os papéis cristalizados de gênero, sustentando relações de poder assimétricas, produzindo violências.

Segundo os relatos, violências de ambas as partes, como sempre era pontuado pelos homens que acompanhamos no grupo. Assim, focamos no posicionamento dos homens, na ausência de manejo de suas relações e, primordialmente, de seus afetos.

Desse modo, a masculinidade parece que barreiras são impostas no campo dos afetos, conforme retratam Nolasco (1993) e Badinter (1993). A dificuldade para expressão daquilo que permeia e afeta seus corpos é marca constante no campo dos relacionamentos. E se relacionar é uma seara que, por sua complexidade, surgiu de modo recorrente nas falas dos homens e nos encontros deste estudo.

Quando os participantes foram questionados pela analista acerca de “qual maior desafio que você enfrenta nas relações de gênero?”, eles se sentiram desestabilizados. Como um rompante surge a primeira resposta que

nomeia este capítulo:

Hoje em dia, as mulheres não aceitam... O que é permitido para elas não é permitido para gente... Quando o homem opina, ele é machista, abusivo, tá chato o relacionamento, a gente sofre muito mais, os amigos falam que não querem mais se relacionar, homem está ficando traumatizado, [...] tem que engolir tudo para durar casamento... Uma hora vai ter que ter uma lei para essa questão do homem, tomo 5 remédios para dormir, tá difícil.

A colocação retratada expõe angústias presente no ato de amar e sua interligação quase que inerente com o sofrer, conclusão retirada em associação com outra fala de que “a maioria dos homens não querem casar, estão tomando trauma”.

Para uma primeira análise reitera-se o salientado por Badinter (1993) que retrata a fragilidade da masculinidade adquirida e hipervalorizada pelos próprios homens. Ela pode ser percebida como enfraquecida de seu valor outrora postulado diante da recolocação das mulheres que produzem tensões na seara da masculinidade.

Como consequência, esses traços instituintes que podem ser “transformadores por excelência” (BAREMBLITT, 1994, p. 33) e podem encontrar resistência diante da tendência do instituído em não mudar, principalmente, do patriarcado e seu dinamismo reproduzido nos relacionamentos.

Para Saffioti (2015), “no fundo, parece que ambos, homens e mulheres, casam-se com o poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 33). Badinter (1993) também destaca que as relações entre eles, historicamente sempre sofreram de uma diferenciação na circulação do poder, delineando relações marcadas por disparidades. Assim, relacionar-se é reeditar a diferença permeada pela desigualdade, podendo manter ou ressignificar essa assimetria ratificada.

Acerca da perspectiva de relacionamentos amorosos retratados nos relatos do grupo, aparentemente continha-se elementos que pareciam ainda estar pautados na expectativa de um amor romântico que se esfacela mediante o contato real entre os gêneros.

Na idealização do amor, “este é interpretado como uma atração sentimental passional que deve desaguar na união conjugal do par” (HEILBORN, 2004, p. 67). Todavia, majoritariamente os relatos acerca das

relações amorosas dos participantes se compunham por uma constância de violências naturalizadas como esta passagem de um participante que retrata “quem fiscaliza a lei pois uma coisa que pode ser resolvida entre as pessoas... Eu e minha mulher briga mesmo, discute, precisamos de terapia”.

Desse modo, a conflitante relação permeada pela violência coloca ambos na teia que conduz a uma escalada de desafetos que transforma o amor em uma força que violenta, que se sustenta na agressão. E acreditamos que dialogar acerca da dinâmica enrustida nas relações conjugais dos participantes pode contribuir para compreender o fenômeno da violência contra a mulher e a responsabilidade da masculinidade nesse fim.

5.1 Masculinidade: Vítimas e protagonistas do amor e do ciclo da violência

A lei que ficou conhecida como Lei Maria da Penha descreve o que é a violência contra a mulher: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

E traz um recorte específico para os casos de violência doméstica e familiar, reconhecida por três pontos, a saber:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021) relata que dos feminicídios acometidos em 2021, 81% foram causados por companheiro ou ex-companheiros das vítimas. Esse dado retrata que a violência contra a mulher é um fenômeno que permeia os meandros das experiências de relações amorosas entre os gêneros.

Assim, relacionar-se genuinamente exige uma inflexão do que é o homem, principalmente sobre o seu lugar na construção do dinamismo de suas relações. Contudo, a literatura ressalta a dificuldade da masculinidade

com seus afetos e a exacerbação da sexualidade genital (NOLASCO, 1993; BADINTER, 1993; WELZER-LANG, 2001), ambas se tornam temáticas contraproducentes na construção de um relacionamento possível.

Isso parece retomar o citado por Welzer-Lang (2001) ao falar da “casa dos homens”, pois a violência sofrida, em especial pelo pai, é traduzida como necessária para o próprio processo de formação. As violências inerentes no processo de construção de masculinidade se fazem impreterivelmente de homem para homem, em que a vivência do privilégio pode dificultar o reconhecimento do sofrimento imbuído neste processo. (MEDRADO; LYRA, 2008). Essa violência produz incursão no corpo assujeitado que demarca a existência da violência como modos de expressão de existir e, principalmente, de se relacionar.

Como consequência, os limites para os conflitos presentes nos relacionamentos pareciam não estar claros para os participantes, que vacilavam entre compreender os tipos de violências e refletir sobre elas, e ao mesmo tempo estarem imersos em sua naturalização. Para um participante, “a gente sabe as violências, o problema é o calor do momento”, assim, lidar com os sentimentos inerentes a existência humana, como raiva, é um desafio que, com muita diligência, precisa ser realizado.

Essa consolidação das violências alcança patamares subjetivos que aparentemente retiram o caráter concreto do sofrimento da violência e a coloca no lugar de sua indeterminação. Digo isso na tentativa de realizar uma leitura de uma colocação de um participante que salientou: “muitas violências são abstratas, muito subjetivas, se eu me sentir violentado, é violência? Tá complicado”.

Essa passagem reitera o que habitualmente presenciava em minhas experiências com esses grupos sobre a dificuldade de admissão frente a violência praticada, inclusive as concretas e uma rejeição de uma procura judicial por parte da vítima a seu desfavor. Na expectativa de que mesmo diante do reconhecimento da existência da violência, a “roupa suja” deveria ser lavada em casa, conforme salienta um participante acusado de lesão corporal:

Eu agredi fisicamente, ela também, entendo a discrepância de forças. [...] Agressão física é importante entrar na lei e barrar,

não me sinto injustiçado, mas o que ocorreu foi uma discussão de casal, feia, porém uma discussão, que virou minha ficha mais suja que qualquer coisa. Admito meu erro, não posso ficar no lugar de vítima, mas fui vítima.

Os meandros entre assumir a responsabilidade e a terceirizá-la permitem analisar a transitoriedade dos homens em circular pelo ato de responsabilização e do direcionamento da culpa a um terceiro, sobretudo às vítimas, e relatos que circundam essa transitoriedade não é incomum.

Em minha prática profissional, percebo que os homens assumem uma parcela da responsabilidade diante de violências consideravelmente mais expostas, porém sempre acompanhado da presença de uma parte majorada que é direcionada à mulher, entendida como a que ocasionou o comportamento violento.

À vista disto, um participante faz o uso da palavra “distúrbio” somado a uso de um remédio para emagrecer que causa alteração de humor, como motivo que conduziu o casal a uma briga composta de violência mútua e que culmina nela batendo a cabeça no chão e se machucando. Esse relato se encontra na íntegra ao longo deste capítulo.

Em uma pesquisa realizada por Rosa *et al.* (2008) acerca de dados coletados em um acompanhamento de grupo focal realizado com homens que se envolveram em violência conjugal e participavam voluntariamente do Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar em Santa Catarina mostraram elementos que na visão dos homens explicavam comportamento de prática de violência contra a mulher. Para estes homens, a presença de comportamentos inadequados da companheira, domínio sobre eles e resposta à agressão física, verbal ou psicológica da mesma são motivos que conduziram a violência.

Desse modo, a masculinidade se sustenta na dominação, mas busca através da desresponsabilização acerca dos atos violentos se afastar do lugar de algoz. Nessa direção, o homem agressivo busca se afastar desse lugar que possa lhe ser nomeado, “vergonha de ir na padaria, no supermercado, porque ela espalhou que bati nela”, diz um participante de maneira ressentida.

Ademais, diante do reconhecimento da violência, outra barreira ainda precisava ser ultrapassada em relação à aceitação do início do processo

judicial. Na minha perspectiva, para os participantes, o ato da denúncia é mais grave que a prática da violência que leva a esse processo. O mesmo participante do relato acima, que reconhece a agressão física, contesta a denúncia e aponta “eu teria feito como ela fez? Ela tinha direito, eu sei, mas eu faria?”, questiona-se bem como finaliza com “ela me chateou muito, dentro da justiça é legal, mas...”.

Relatos não muito incomuns de se escutar ao trabalhar executando esse tipo de grupo, pois parece haver uma associação dos homens que, por sofrerem certas violências de suas parceiras e nunca fizeram denúncia, tinham a expectativa de que suas companheiras também não o fizessem.

Diante do exposto, podemos perceber que a seara dos relacionamentos ligada ao discurso da “família brasileira” encontra contradições, uma vez que, na prática, os valores postulados por esse grupo, em sua forma tradicional e dominante, não conseguem ser atingidos. Tornando, assim, enevuada a capacidade de identificar a relação real experienciada, distinguindo-se da fantasiada.

Para Nolasco (1993), os homens são socializados de modo que acabam tomando a fantasia como realidade, e o suposto poder a lhes conferido possibilita essa postura. Pelos relatos dos homens no grupo, observamos que não houve reflexões acerca dos elementos adoecedores de suas relações amorosas, que, antes do fato que culminou no encaminhamento para o grupo, já sinalizavam relações de poder assimétricas e violentas.

Contudo, o processo de reconhecimento e avaliação da relação conjugal demanda o desvelamento das normas que impedem a masculinidade de contactar-se a seus afetos. Em Badinter (1993), o processo de constituição do homem perpassa o distanciamento de certas características relacionadas ao universo feminino, dentre elas, as emoções.

Nolasco (1993), ao salientar sobre envolvimento e capacidade de amar, nos recorda que o “mal-estar gerado nos homens pela situação de envolvimento é precedente da cisão que internamente preenche seu universo subjetivo” (NOLASCO, 1993, p. 104). Assim, na ausência de conectar a si, o homem pode encontrar dificuldade de se conectar ao outro.

As afetações produzidas nos campos dos relacionamentos sinalizam a dificuldade no manejo dos sentimentos circulantes entre amor, raiva, injustiça

e desejo. Como atesta Badinter (1993), a segunda etapa do rito de passagem para constituição da masculinidade é composta pelo abandono de tudo que é feminino. Isso parece produzir não somente a ausência de comportamentos afeminados e distanciamento dos afetos, mas uma barreira na escuta e compreensão ainda que superficial das mulheres, em particular suas parceiras.

Eximido da reflexão e conexão de seus afetos, as relações podem surgir para os homens como um cabo de guerra, sobre quem ganha e perde (NOLASCO, 1993). Para os participantes, eles se esforçaram bastante “ajudei a comprar um carro, paguei o visto dos E.U.A., estou hiperdecepcionado”. Curiosa a máxima que mantém a perspectiva financeira amparando a afirmação de um esforço demasiado em um relacionamento. No entanto, majoritariamente, ou foi a mulher que encerrou a relação ou foi a situação de violência denunciada por ela que culminou no fim.

Desse modo, o exercício de responsabilizar terceiros pelos insucessos da vida, comumente praticada para justificar violências, também conduz a uma culpabilização da mulher pelo insucesso da relação, restando a eles o questionamento: “por que meus dois casamentos acabaram?”, como pergunta um integrante do grupo.

Isso sob o olhar de Heilborn (2004) é indicativo de que “o reconhecimento da atenção mais intensiva da parte das mulheres quanto aos meandros da vida conjugal induz a uma apreciação difusa de serem elas as detentoras da decisão de quando casar e se separar” (HEILBORN, 2004, p. 177). Um participante confirma essa premissa na fala: “para o homem, o relacionamento pode estar ruim que for que não separa. As mulheres, se tá ruim, separa”.

Assim, para um integrante “minha mulher era silêncio, silêncio, silêncio e quando saía, era um leão”. Esse recorte sinaliza a dinâmica presentes nas relações conjugais cujas mudanças de posicionamento de um afetam imediatamente o outro. Isso significa que as transformações alcançadas pelas mulheres direcionam os homens a se reposicionarem em suas relações, como discutido no capítulo anterior. Entretanto, essa reconfiguração não dialogada conduz o casal a um embate no qual ambos transitam no circuito de algoz e vítima.

Percebemos ainda a manutenção de lugares que tendem a se reproduzir, de forças instituídas que emergem no discurso dos participantes sobre “mulheres ciumentas, compulsivas, machistas” como colocado por eles. Esses julgamentos questionam as perspectivas presentes no limite que contorna a dificuldade de apropriação das novas relações resultantes dos avanços das pautas feministas, e da construção de relações mutuamente violentas.

Acerca da construção de relações mutuamente violentas, o homem transita entre as posições de vítima e algoz em suas relações. Segundo um integrante, o “homem tem vergonha de relatar, mas já ouviu ‘você não vai sair, não, se você for jogar bola, não entra em casa’”. A relação conturbada não é composta apenas pelas brigas, mas pela naturalização da resposta violenta às violências sofridas.

Esse processo dificulta a capacidade de tecer críticas acerca primordialmente de violências que culturalmente são determinadas como mais singelas e também são reconhecidas em lei. Diante da dificuldade dos reconhecimentos delas, em especial pela masculinidade endurecida, a Lei Maria da Penha postula os tipos de violência que afetam os corpos, principalmente os femininos, mas não somente ele.

- I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de

seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Apesar do postulado na lei, a violência que surge a partir do discurso dos homens permeia as mentiras em suas perspectivas, relatadas pelas vítimas que produziram falsas denúncias, ou ainda retrataram situações distintas do ocorrido. Isso porque, para eles, “a mulher fala um monte de mentira, o homem fala uma verdade e o juiz acredita”. O sofrimento mediante a suposta inverdade das mulheres parecia se relacionar com o fato de os homens associarem as supostas mentiras contadas como incremento de violências, dentre elas o feminicídio.

Nessa direção, um participante atesta: “vi uma matéria que essa lei está aumentando a violência contra a mulher”, defendendo que a denúncia e a decepção do homem conduziram a um enfurecimento e, conseqüentemente, as respostas mais violentas.

Vemos novamente aqui a presença da máxima que delega à mulher a responsabilidade pela violência sofrida. Um participante chega a retratar “sou contra a agressão, mas, em uma situação dessa, a gente chega no extremo”, ao contar das angústias por causa das mentiras da ex-mulher. Desse modo, na perspectiva dos participantes, a lei Maria da Penha “é louvável desde que bem usada”.

A descrença no processo penal surge também a partir da participação obrigatória no grupo, determinada pelo poder judiciário, sem passar antes por uma “sindicância”, palavra de um participante. Ao identificarem a participação no grupo como uma forma de punição, acreditam que somente deveria compô-lo quem já foi condenado. Assim, a perspectiva do grupo enquanto um erro sendo pago, como uma forte repreensão, traz o diálogo amparado na perspectiva que as mulheres também devem pagar com a mesma condenação. Afinal, “elas deviam participar também, porque eu tô perdendo tempo de trabalho e ela tá de boa, né?”.

A partir da minha trajetória me interesse a refletir sobre a obrigatoriedade anterior a audiência junto ao juiz que conduziria à condenação ou inocência, como um elemento que culmina em duas perspectivas, a saber:

uma é a resistência estabelecida e justificada pela suposta inocência que invalida a necessidade de participação, dificultando a condução do grupo. Outra é a possibilidade de chegada dos próprios homens e o estímulo a repensar a masculinidade, o que habitualmente não acontece nos diálogos cotidianos realizados entre eles.

Ademais, apesar da negação da prática da violência que culminou no encaminhamento ao programa, os relatos habitualmente apontavam a falta de consciência sobre as violências presentes no cotidiano do casal e que, certamente, precisam ser refletidas, judicialmente ou não.

A exemplo disso, na descrição dos tipos de violências existentes e ratificados pelos participantes surgiram: psicológica, moral, verbal, constrangimento, impedir a mulher de vestir a roupa que quer, patrimonial e sexual. Sobre esta última, o participante retrata: “pelo que vi é quando a mulher não quer ter relacionamento com homem, e ele força a ter”.

A premissa não está errada, contudo, incompleta, pois nos meandros da violência sexual há pormenores da sua prática que precisariam ser refletidos, o que não aconteceu naquele espaço grupal. Dentre eles, pela minha práxis, o diálogo acerca da violência sexual ser associado ao estupro praticado por desconhecidos, fora do ambiente residencial da vítima, distanciando-se da reflexão acerca desse tipo de violência praticada pelos companheiros que compõe um casamento. Acerca desse cenário, Machado (1998) aponta que as denúncias de estupros realizados por conhecidos dificilmente são considerados crimes no processo judicial.

Essa dificuldade de reconhecimento do estupro nas relações conjugais relaciona-se como o entendimento das experiências sexuais masculinas. Nolasco (1993), ao estudar a socialização dos meninos, afirma que “os homens são instigados desde cedo a falar e valorizar o sexo, não como possibilidade de expressão de si mesmo, mas como maneira de reproduzir o modelo de comportamentos para eles determinados” (NOLASCO, 1993, p. 41).

Desse modo, a busca pelo prazer sexual masculino vai de encontro a um imaginário de uma falta de desejo sexual feminino, ancorados nos famigerados discursos que reiteram que o homem tem naturalmente mais desejo que as mulheres, o que culmina na necessidade de uma certa

insistência para o ato sexual.

Independentemente dessa premissa ser verdadeira ou não, o discutível se encontra em torno da iniciativa masculina em busca do sexo em que a virilidade está associada ao lugar simbólico do masculino como lugar da iniciativa sexual (MACHADO, 1998). Assim, primordialmente, muitos homens não refletem como essa iniciativa nos pormenores do cotidiano acaba se materializando.

Em um encontro por mim realizado, um homem relatou as estratégias que utilizava para “convencer” sua companheira a ter relações sexuais, como contornava a insistência após o recebimento de um não. Essa passagem nos remete a Machado (1998) que aponta a expectativa de uma certa moral social que conduz os homens ao desafio de transformar um não em um sim, atrelado a lógica difundida por eles pelo imaginário da “sexualidade feminina como aquela que se esquia para se oferecer [...] e a masculina como aquela que tem a iniciativa e que se apodera” (MACHADO, 1998, p. 234).

Dessa maneira, Gregori (1993) complementa essa constatação afirmando que o sexo é visto como uma obrigação das mulheres em relação aos maridos. Nesse contexto, conjunto composto de mulheres obrigadas ao ato sexual e homens apoderados delas, ratifica a existência da violência sexual praticada pelos cônjuges.

Essas prerrogativas reiteram a importância dos discursos difundidos, primordialmente nos eventos carnavalescos acerca do “não” enquanto um de fato “não”. Quando se analisa as premissas que localizam, na masculinidade, uma pressão à presença sexual, e a feminilidade, como uma esquia desejante e desejada, em junção com a ausência de consciência acerca dos limites do corpo do outro, torna-se necessário dialogar com a masculinidade nesse lugar no qual estão sendo colocados e que colocam suas companheiras.

Ademais, a violência psicológica é outra modalidade de violência que, apesar de comumente presente nos relacionamentos conjugais, dificilmente tem a sua importância reconhecida. Suas marcas, apesar de aparentemente invisíveis ao olhar de fora, produzem incisões no corpo subjetivo que dela sofre.

Apesar de não relatarem com clareza as práticas de violência psicológica, mesmos nos discursos em que apontavam com frequência suas

ex-companheiras como “loucas”, esse tipo de violência foi colocado pelos participantes como um circuito de interação, no qual ora ocupavam o lugar de algoz, ora de vítima. Segundo um participante, “ela me chamou de macaco”, demarcando que a violência psicológica se torna uma conexão das relações conjugais.

A partir do reconhecimento das subnotificações desses tipos de violências, a Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021 passa a tipificar a violência psicológica contra a mulher, em que sua prática acarreta, como consequência uma, “pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.” (BRASIL, 2021).

Essa violência é pela lei descrita como capaz de:

Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação. (BRASIL, 2021).

Apesar da importância desse avanço, refletimos acerca da necessidade de difundir não apenas o conhecimento dessa violência, bem como a importância da construção de relacionamentos saudáveis para além dos lugares instituídos do homem e da mulher. Os participantes do grupo da pesquisa relatavam as consequências legais de seus processos tais como: o uso de tornozeleira, a participação no grupo e a prisão.

Um participante, ao dizer sobre a sua trajetória, salienta que: “fiquei quatro dias preso, sofri na mão dos caras... Dormir na praia (chão da cela), o que mais querem de mim?”, e apesar do sofrimento imbuído nesse processo, ainda destacava que “a vítima virou uma rainha”, mostrando um reconhecimento incipiente de seus atos, mas principalmente um deslocamento do senso de responsabilização para a ex-companheira, apesar do tempo no presídio. Essa passagem denota a importância de pensar em alternativas ao cárcere diante da sua insuficiência para aguçar um processo reflexivo.

Uma atuação que extrapole a lógica punitivista e direcione os homens a um espaço de troca precisa ser considerado para uma maior efetivação da

consciência da importância do trato do tema da violência contra a mulher na sociedade e entre eles. Para assim, produzir reflexão produtoras de instituintes, de autoconhecimento e de suas relações amorosas que não passem por hierarquias, julgamentos e agressões.

Para os participantes, isso se faz necessário em uma via de mão dupla, pois diversas vezes, nos encontros, as falas apontavam que “as duas partes têm que mudar, tem que fazer reunião com elas, às vezes elas são mais violentas que a gente”. Falas que demonstravam a angústias dos homens ao reconhecerem que suas mudanças não se localizam somente neles, mas são afetadas pelas (re)produções delas que também precisavam ser trabalhadas.

Discursos como “a mulher pode tudo, sair de casa, ir para um apoio, mas ela retira a queixa, porque sabe que também causou confusão” pareciam demonstrar os anseios consequentes de relações conturbadas a partir da transitoriedade dos papéis de algoz. Saffioti (2015) alerta para existência da síndrome do pequeno poder no qual as mulheres (re)produzem violências vividas. Por outro lado, falas que apontavam “porque às vezes a mulher chega e irrita o homem” parecem ainda sustentar a presunção da inocência e desresponsabilização desses sujeitos sobre suas ações.

Ademais, essas relações conjugais violentas também apareciam como uma experiência que produzia grande desgaste emocional: “eu já tinha planejado tudo, tenho um filho com ela, vou lá levar o menino e a gente fica, mas ela tem outro cara, pensei em matar ela essa semana”, relatos de um participante que, ao longo de todos os encontros, retratava grande sofrimento em uma relação, na qual a morte da companheira parecia ser a única saída.

Desse modo, tanto a compreensão da complexidade das relações conjugais quanto as violências ali imbuídas se tornaram importante para reflexão de cenas, como a seguir, descritas pelos participantes.

Fui injustiçado pela segunda vez pela mesma mulher. Casamos em 2018 e já deu sinal de agressividade e distúrbio em maio de 2018. Teve um desentendimento, nessa discussão, ela ficou alucinada, jogou bolo para o alto e minha arma pela janela, falou na delegacia que eu era agressivo, que já tinha batido nela, depois pediu extinção do processo. [...] Agora recente, está tomando remédio para emagrecer e dá alteração de humor, e ela já tem distúrbio. Dentro do carro ela me agrediu, [...] jogou

arma para fora do carro e pulou no meu pescoço, fiz corpo de delito e minha advogada vai usar isso [...]. Nós rolamos no chão, eu me defendendo ela bateu a cabeça e se machucou.

Rosa e Falcke (2014) consideram a complexidade das relações violentas, evidenciando que “homens e mulheres agredem e são agredidos, por um olhar sistêmico, faz-se necessário o entendimento de como se constrói um relacionamento violento e quais os fatores que influenciam na sua manutenção” (ROSA; FALCKE, 2014, p. 19). Contudo, em um cenário de violências mútuas, as mulheres “sofrem maiores danos” (GREGORI, 1993, p. 184).

Na dinâmica das relações conjugais, a escalada da violência, compreendida como o movimento que conduz diferentes tipos de violência a se interconectarem e se intensificarem, conduz o casal a insultos verbais no qual “objetivo final é dá a última palavra” (GREGORI, 1993, p. 179).

Nessas cenas, Barthes *apud* Gregori (1993) pontua que a cena do casal tem fim em três circunstâncias: “o cansaço dos parceiros, a chegada de alguém ou a substituição da troca de réplicas pela agressão.” (BARTHES *apud* GREGORI, 1993, p.179. Isso reitera a necessidade de dialogar com homens, de criar narrativas para compreensão e manejo dos conflitos em suas relações.

No grupo da pesquisa, um determinado encontro foi dedicado a discutir sobre comunicação não violenta “como forma de suavizar as relações”, como colocado pela analista. Esse tema foi trabalhado com projeção de vídeos e espaço para diálogo. Contudo, as anotações do meu diário de campo apontam que “após vídeo ninguém quis comentar”, e após alguns minutos de silêncio, breves comentários circularam dentre eles “essas conversas dá sono, estou até tomando café, senão eu durmo”.

Embora, o instituído demonstre sua fortaleza em passagens que sustentam a dispensabilidade de reflexão e impossibilidade de produção do novo, em determinados momentos o instituinte surge como um rompante assertivo que conduz o grupo a ter concepções diversas das postuladas pelo sistema reprodutivo e violento das relações conjugais.

Nesse caso sobre o tema da comunicação não violenta, “é muito interessante, não tinha visto algo tão sistematizado sobre, aprendizado para a

vida”. Essa fala, quando analisada abriu espaço para a circulação de uma palavra que produz, e não reproduz, afinal, “quanto menos linguagem mais violência” salienta a participante.

5.2 A nova feminilidade para a masculinidade, uma categoria relacional.

A tensão produzida pelos movimentos feministas e que conduzem às mulheres na ocupação por novos espaços também conduzem os homens a ressignificarem suas visões sobre nós. Em minha experiência profissional, a palavra machismo, difundida em seu sentido pejorativo, surge como um indexador que os homens buscam fugir, amparados em vivências cotidianas que os levam a concluir que o machismo está sendo superado. Afinal, “hoje você vai na porta de uma faculdade e 96% são mulheres”, denotando um processo, um tensionamento que recalcula a rota dos gêneros e suas novas ocupações e inserções sociais.

No entanto, a ausência de compreensão da profundidade desse conceito dificultava a identificação dos meandros do machismo impregnados no cotidiano da sociedade que ainda sustenta a desigualdade dos gêneros. Após um vídeo que foi passado no grupo e se propôs a dialogar sobre essa disparidade, um participante faz a seguinte colocação em um tom agressivo: “mentira sobre a bebida, a mulher bebe mais que homem, vai um homem acompanhar uma mulher bebendo, nossa não dá”, como se esse cenário pudesse reafirmar a inexistência dessa iniquidade.

Na tentativa rebuscada de justificar a suposta igualdade, um participante afirma “temos que desassociar o masculino do homem e feminino da mulher, isso é um equívoco de conceito o feminino também está no homem”. A meu ver, a máxima que reitera a existência de uma igualdade totalitária entre os gêneros sustenta a diferença quando não reconhece a alteridade de cada qual, bem como não leva em consideração a proposta do conceito de equidade.

Para Connell (1995), o rompimento do papel sexual das mulheres possibilitaria aos homens romperem os seus. No entanto, a dificuldade de reconfigurar seu próprio papel junto às pressões exercidas pelas mulheres para essas transformações produz incômodos neles, que se encontram em um “tô sem lugar”, como retrata um dos participantes após a denúncia

realizada pela companheira.

Esse sem lugar me remete a uma experiência marcante em um grupo no qual o tema machismo foi muito discutido. Para um participante, o machismo referia-se ao valor do homem, ele chegou a pesquisar o contexto na internet e leu, em um dos encontros, defendendo o machismo como algo benéfico.

No entanto, a conversa segue sem entrarmos em acordo e novas concepções vão surgindo, abrindo terreno para o instituinte. Após o encontro, o participante envia mensagem dizendo da dificuldade de compreender essas mudanças e solicita bibliografia do tema. Isso corrobora com a passagem que reitera que “uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la” (CONNELL, 1995, p. 205).

Em contrapartida, o conflito entre instituído e instituinte é um movimento contínuo que não se esgota. Dessa maneira, ainda percebo que os homens se encontram ignorantes quando o assunto é o enfrentamento da desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, seja pela falta de informação ou pela ausência de interesse. Os homens são pouco convocados a refletirem sobre a temática e, se notarmos com mais cuidado, os eventos que tratam do tema são realizados e assistidos majoritariamente por mulheres.

Assim, apesar de Nolasco (1993) salientar a importância das tensões produzidas pelas mulheres e o advento da revolução industrial para a crise da masculinidade, quando as mulheres passam a ter comportamentos antes naturalizados para o homem, o discurso toma uma roupagem diferenciada. Esse posicionamento aparece nas falas do grupo em críticas como “a gente está saindo do machismo e elas estão entrando”, diz o participante após escutar uma mulher citando uma possível traição ao marido.

Por fim, a partir dessa leitura dos homens acerca de suas experiências sobre as mulheres é comum o discurso do participante “eu tô tomando trauma de mulher, não que eu virei outra coisa, porque você vai no prostíbulo”, que demarca a necessidade de afastamento daquilo que, em sua perspectiva, lhe causa sofrimento.

Essa passagem retrata a separação da mulher com a qual era casado e

que é compensada pela mulher do prostíbulo a ser procurada, reiterando a não homossexualidade. Esta segunda, a prostituta, colocada como negação da mulher, da qual é necessário fugir, denota a colocação de Gregori (1993) “a mulher de família: mulher de um homem só, deve controlar o desejo masculino e saciá-lo dentro de limites para que sua imagem não se difunda no universo das outras mulheres: mulheres da rua” (GREGORI, 1993, p. 163).

Assim, majoritariamente os homens buscam mais o afastamento das experiências que consideram nocivas do que suas análises, como falas assim reiteradas “não tenho olhos para outras mulheres, não quero entrar em relacionamentos”. No entanto, nos encontros do grupo da pesquisa não foi possível explorar profusamente as responsabilidades dos homens na manutenção das relações conturbadas que vivenciavam.

Ao mesmo tempo que delegavam a mulher o lugar de algoz também afirmava “eu sinto ingratidão, o que eu fiz toda mulher gostaria que um homem fizesse”, tornando-se vítima irrefletida de suas situações. Desse modo, “a queixa é a revolta na iminência expressão de um ódio que não favorece a evasão e ação do confronto” (GREGORI, 1993, p. 192).

Por outro lado, Lourau (2004) insiste nas tensões existentes nas instituições, entendendo-as como o processo necessário e significativo para produzir mudanças e, assim, o espaço coletivo pode se tornar ambiência necessária para desvelamento dos afetos e da desconstrução da masculinidade.

O seu compartilhamento produzia naquele espaço um movimento de troca, o coletivo em ação se tornara o espaço para que a relação antagonista entre instituinte e o instituído pudesse promover um processo ativo de institucionalização, como afirma Lourau (2004).

Para um participante o grupo pode contribuir para averiguar “se dá para continuar uma relação saudável ou não, este momento vai ser bom para eu analisar isso”. Contudo, também pautou-se a importância da produção de relacionamentos assertivos e de “agora vou mudar completamente minha forma de agir, escolher melhor a parceira”. O que pode apontar, contraditoriamente, para uma nova escolha e/ou para a reprodução da culpabilização da mulher da violência perpetrada pelo agressor.

5.3 “Foi muito difícil, não sei nem mensurar, tocava em pontos que envolviam sobre o que é ser mulher”

Era o primeiro encontro, antes de receber os participantes na chamada, fui acolhida em uma conversa muito aberta pelas analistas que conduziram o grupo. Ali, já percebi que o fluxo de comunicação com elas seria fluído. No final do segundo dia, ficamos somente nós na chamada, espaço onde no meu diário de campo está escrito “confiavam em mim para partilhar, me sinto à vontade com elas”. E, a partir dali, no final de cada encontro, nosso momento estava marcado, um campo de análise como potência de campo de intervenção.

As relações conjugais remeteram também às relações no grupo e como as analistas se colocavam e vivenciavam seu lugar de facilitadoras. Conforme apontado por Afonso (2002), grupos são processos de “atribuição de papéis ao outro a partir das expectativas inscritas na vida psíquica do sujeito” (AFONSO, 2002, p. 25), e a atuação em um grupo reflexivo com homens acusados de prática de violência contra a mulher possui suas especificidades marcada por essa inscrição presente na vida de cada integrante daquele espaço.

Desse modo, dialogar com eles acerca da masculinidade e de suas relações conjugais permeadas pela violência, torna-se um campo desafiador quando a discrepância de gênero é transposta para dentro de um grupo executado por mulheres com participação de homens.

Acerca das dificuldades imbuídas nessas execuções as analistas reiteram esse caráter fatigante em que “parecia murros em pontos de faca”. Ao longo do processo grupal, o posicionamento das facilitadoras transitava entre ser afetada em sua feminilidade, primordialmente pelas interferências que buscavam validar a naturalização das violências de gênero; e, por outro lado, a tentativa de neutralização para levar a cabo sua função “nós não queremos falar de cada uma como mulher, mas como coletivo, porque não podemos ter uma experiência dada como verdade”, salienta uma das analistas.

Nesse contexto, a Análise Institucional (AI) quebra o paradigma que mantém esse lugar de uma suposta neutralidade. A partir da AI, busca-se a

inflexão necessária para o deslocamento das práticas positivistas, com a subversão da proposta da neutralidade para a compreensão da importância das questões subjetivas para a transformação social (PAULON, 2005).

No fazer do meu cotidiano, diante da complexidade desse trabalho, a neutralidade era a aposta, por parte das analistas, em um acolhimento genuíno à medida que o nosso corpo se “desgenerifica” no desafio de “não levar para o pessoal, pois como mulher feminista é mais complicado”, relata profissional. Contudo, essa diferença para além da oposição pode se tornar potência, quando no campo grupal, ocorrem, de fato, reflexões coletivas, e todos são convocados a dialogar, embora nem sempre isso ocorra, como vimos.

A desigualdade de gênero apresentada no decorrer dos encontros parece um nível que surpreende as facilitadoras pelo conteúdo conservador. Uma analista relata acerca do conteúdo de “masculinidade tóxica ao extremo, primeira vez que trabalho assim. Existem falas que parecem um absurdo existir ainda, mas no grupo existe”. O que reitera a importância da disseminação de grupos que proponham a dialogar com homens sobre si.

A esse respeito, Mauricio *et al.* (2022) aponta que, nos estudos recentes divulgados em 2020, “têm-se no Brasil, atualmente, 312 iniciativas direcionadas a homens autores de violência (MAURICIO *et al.*, 2022, p. 101). Dessa maneira, a execução desses grupos toca cirurgicamente naquilo que afeta às facilitadoras, enquanto mulheres dificilmente não vivenciaram em sua trajetória alguma situação de violência, e, no papel de profissional, não é possível deixar de ser mulher, por mais que se tente.

Para uma analista, “ser mulher já não é fácil, é exaustivo e mais difícil, porque parece que minha energia esvaziava, teve um período que minha imunidade estava baixa, corpo somatizando”. Ademais, acerca desse campo, problematiza-se a pouca produção acerca dos grupos reflexivos e da sua prática bem como sobre o cuidado institucional das profissionais que atuam nessa área, pois, para elas, a sensação é “de ser exaustivo e às vezes frustrante”, desabafa uma das entrevistadas.

As analistas reiteraram a participação da supervisão para “receber orientações, muito suporte com reuniões para articulações” com conteúdo direcionado a um aperfeiçoamento de suas atuações. Escutar as questões

relatadas acima, de responsabilização da mulher, as atitudes machistas e conservadoras, as debilita e afeta, porém o cuidado com a saúde mental não foi mencionado. Desse modo, o adoecimento da profissional inserida nesse campo pode ser um analisador que denuncia a interface entre a neutralidade e a semelhança de gênero com as agredidas.

Ademais, elas apontam para a sobrecarga de serviços como “limite institucional do profissional e do trabalhador que chega ao esgotamento pelo volume de trabalho”. Isso somado a uma ausência de uma capacitação que trate especificamente de gênero e masculinidade como elementos a serem desenvolvidos, pois “a capacitação não é suficiente. [...] Ao falar de gênero, sou eu mesma, pela minha trajetória que sei”, relata profissional. Entendemos que essas questões demandam, da instituição, a capacidade de realizar sua autoanálise na busca pelas contradições e o desamparo que tornam esse trabalho ainda mais desafiador.

A execução dos grupos reflexivos de gênero com homens, facilitados por mulheres, desvelam tensões: a não autorização das mulheres para falarem sobre masculinidade; a resistência que parece direcionar, para as facilitadoras, os sentimentos oriundos do processo; a postura que visa conquistar às mulheres facilitadoras, provando ser um homem “bom”.

Para Mauricio *et al.* (2022), ter mulheres dialogando sobre masculinidade pode ensejar nos participantes uma visão de ameaça ao deslegitimar o posicionamento deles no mundo. No campo de pesquisa aqui investigado, os cargos de analistas que executam grupos reflexivos são majoritariamente ocupados por mulheres.

Em outros locais, no qual já pesquisei, é comum a realização de um compartilhamento de um facilitador e facilitadora para execução de um grupo com homens, buscando equilibrar a proximidade relacional com participantes e as relações de poder que ali podem ser estabelecidas. Em contraponto, essa nunca me pareceu uma preocupação da diretoria do programa que estudamos, acredito que pela crença da não necessidade disso para uma boa execução grupal.

No entanto, em um determinado momento da minha experiência profissional, executei um grupo junto a um estagiário do sexo masculino. Durante os encontros, e dialogado por nós, posteriormente, era nítido a

validação das falas dele em detrimento de uma desvalorização das minhas, mesmo quando tocávamos no mesmo assunto ou tínhamos o mesmo posicionamento. Isso foi evidenciado também no grupo executado apenas pelas facilitadoras.

Dialogar com homens sobre masculinidade se torna um desafio maior quando desse mesmo gênero não se compartilha. Uma facilitadora do grupo da pesquisa destaca o questionamento subjacente nas falas dos participantes “você mulher falando sobre isso?”, acrescido de “ele me chamava de menina, questão de idade”. E, assim, o instituído busca se reproduzir em uma tendência “à resistência, uma disposição que se poderia chamar a persistir em meu ser, a não mudar” (BAREMBLITT, 1994, p. 33).

As questões feitas aos homens sobre si mesmos produzem rechaço e oposição, e localizam somente no campo masculino o entendimento sobre si, com desqualificação das mulheres, tanto as que são suas parceiras como as facilitadoras. Isso corrobora com Badinter (1993) e Welzer-Lang (2001), que já afirmaram o processo de hierarquização estabelecida entre os gêneros sustentado pelo patriarcado.

Desse modo, buscando se distanciar do feminino cabe ao homem apontá-lo como lugar desqualificado de não saber. Contraditoriamente, a literatura produzida sobre esse campo, e que sustenta nossa pesquisa, possui obras majoritariamente de autoras mulheres, que afirmam a resistência a essa dominação e produzem interpelações de um campo que, por muito tempo, foi inquestionável.

A ausência de abertura ao diálogo presente nas relações conjugais reverbera nas dificuldades vivenciadas no grupo e no saber das profissionais acerca das masculinidades e práticas de violência contra a mulher, produzindo uma tensão que, sem cautela, pode produzir rupturas na vinculação existente entre os participantes no grupo e que é necessária para seu andamento.

Para as analistas, “o homem sempre vai cometer violência contra a mulher, tem questões subjetivas de criação e patriarcado. Em momentos de explosão, ele vai justificar, mas sempre vai cometer” relata uma facilitadora, e que, segundo a outra analista “são potenciais agressores, mesmo não tendo violentado”.

Ambas amparam essa perspectiva afirmando-a como uma construção

social corporificada desde a infância, não a considerando sob a premissa individualizante e punitivista. Pelo contrário, creditam a prática da violência contra a mulher como “algo construído que não será modificado de uma hora para outra”, relata a entrevistada. Esse reconhecimento da associação de masculinidade e violência contra a mulher permeia não apenas a execução do grupo, mas na trajetória delas enquanto mulheres inseridas em uma sociedade patriarcal.

O patriarcado, enquanto essa lógica que “representa uma estrutura de poder baseado tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 60) é transportado no grupo principalmente em forma de interrupção das falas das analistas, e sua exclusão. Uma analista aponta, na entrevista, que “não permitiam que a gente falasse, ficavam entre eles”.

Mauricio *et al.* (2022) também observou isso em sua análise de grupos realizados pelo programa *Àgora* feito com homens encaminhados pelo judiciário por acusações de prática de violência contra a mulher. Apontou-se que “em momentos em que essa fala final (das facilitadoras) teve caráter mais contundente ou indigesto, observaram-se situações de interrupção da equipe” (MAURICIO *et al.*, 2022, p. 115).

Esses cenários reafirmam a presença da hierarquização de gêneros aqui delimitada acerca de quem possui autorização para falar de masculinidade. Connell (1995) afirma assim que em uma “cultura patriarcal, a diferença é sempre lida em termos hierárquicos, tendo o masculino como polo de autoridade. A diferença se torna diferença/dominação.” (CONNELL, 1995, p. 199).

Por outro lado, na execução desses perfis de grupo há um elemento a ser analisado e que atua dialogicamente produzindo resistências e escutas, sendo este: a associação das analistas enquanto detentora do poder judiciário. Em minha prática profissional, era comum o diálogo institucional para buscarmos nos deslocarmos desse lugar, tendo em vista a intensificação das resistências dos participantes ao nos enxergarem no papel judicial de punição.

Todavia, para Belarmino e Leite (2020) essa relação é fantasiosa, tendo em vista que as facilitadoras não compõem o sistema judiciário, o que pode também atuar enquanto compensador das assimetrias de poder. Isso se

corporifica principalmente pelo estabelecimento de regras para construção daquele espaço, que, no grupo da pesquisa, foram descritos pelas analistas que as definiram sem a participação dos demais integrantes do grupo.

As regras buscavam impor os limites para uma participação que culminaria no informe ao sistema judiciário acerca do cumprimento integral da medida, bem como descrevia as consequências de seus não cumprimento, findando na produção de um ofício de descumprimento ao judiciário. As regras foram: duas faltas no máximo; atrasos de até 10 minutos, mais do que isso a presença não era contabilizada; câmera de vídeo aberta e áudio desligado quando não estiver falando; assinatura da lista de presença no chat da plataforma utilizada, Google Meet; *print* a ser registrados pelas analistas; não uso de substâncias antes ou durante; compromisso e participação; não ter vergonha de falar; aguardar o outro falar; respeito; todo mundo tem que estar vestidos como se estivesse no formato presencial.

Ademais, as escolhas de temáticas a serem discutidas também eram definidas pelas analistas que, apesar de haver uma referência postulada pelo programa CEAPA, encontravam liberdade para os definir a partir da leitura do grupo, “pelo perfil mudamos a ordem dos temas, por isso decidimos falar mais sobre masculinidade, quando surgia gênero, queríamos discutir isso”.

Nesta seara a contradição dos grupos realizados com este público faz-se presente à medida que temos em cheque a premissa de direcionar os participantes. Na medida que promovem reflexão a partir de um tema, de material e regras estabelecidos pelas analistas, ou pelo programa, não elaborados em comum acordo com participantes, distanciamos os mesmos da responsabilidade por àquele espaço promovendo a pedagogização, o distanciamento da abertura às falas e do trato de temáticas que poderiam corresponder mais assertivamente aos interesses e realidades dos que ali encontram-se presentes. Por outro lado, na teia dos processos de institucionalização, a pedagogização pode também promover o deslocamento dos saberes anteriormente instituídos, produzindo novos saberes que se pautem na equidade de gênero.

Aparentemente havia um cuidado sobre querer “ouvir eles também”, relatam. Isso se torna importante para o espaço grupo, pois pressupõe a realização da análise da demanda para um processo de escuta grupal. Para

Baremlitt (1994), a análise da demanda não existe em si mesmo, é construída a partir da abertura para “entender como é esta realidade nova que se deu na intersecção de nosso encontro” (BAREMBLITT, 1994, p. 69). Dessa maneira, a dinâmica dos grupos seria permeada pela horizontalidade, no qual todos os participantes poderiam compartilhar suas experiências e serem ouvidos.

Por outro lado, a cisão que colocava os homens e facilitadoras em lados opostos no campo grupal era sensação contínua das analistas que relataram “passamos por momentos de violência”, bem como “era grupamento deles contra a gente”. Essa experiência não é particular das analistas desse estudo, mas tem ressonâncias com outras pessoas que atuaram com esses grupos.

Welzer-Lang (2001) aponta que, na relação entre os gêneros pela imagem hierarquizadas, os homens “são ameaçados de serem desclassificados e considerados como os dominados, como as mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 465). Desse modo, entrar em embate com elas, reafirma o lugar diferenciado deles. Mauricio *et al.* (2022) relata que foram observados episódios de silenciamento das profissionais femininas marcado pelo confronto entre nós *versus* elas.

Pelas minhas experiências, esses confrontos são habituais, principalmente nos primeiros encontros, por isso busca-se primordialmente estabelecer um vínculo com os integrantes, o que valida também a importância da “dinâmica da dupla, [...] porque é uma pela outra”, relata analista para superação dessa dualidade.

Por fim, o terceiro elemento que permeia a relação com as profissionais e sustenta as ações dos integrantes do grupo foi a necessidade de provar às analistas suas versões de “não sou racista, não sou machista que tira a possibilidade de reflexão, porque reflexão vem com abertura”, conta uma profissional.

Em minha trajetória profissional, percebia que se em um primeiro momento somos representações das mulheres denunciantes, alvo das frustrações e da raiva, em outras circunstâncias éramos mulheres diferenciadas, apontadas como modelo que as ex-companheiras deveriam seguir.

Independente do lugar a qual fomos colocadas, a sensação é de objetificação, ora no lugar de suas opressoras, ora na mira de seus desejos.

Ademais, o acolhimento produzido por nós era por vezes interpretado como colocação ao desejo, o que foi reiterado por Mauricio *et al.* (2022), que apontou a confusão imbuída ao manter uma postura profissional de acolhimento e ela ser interpretada como busca do desejo do outro.

Esses desafios são acrescidos de outros que permeiam a execução de um grupo como esse, principalmente de modo virtual. Beiras, Bronz, Schneider (2020) apostam que

práticas como os Grupos Reflexivos de Gênero, onde as relações sociais são vitais, podem se beneficiar deste recurso sem que, porém, estejam isentas de sofrerem problemas gerados principalmente por questões de caráter material. (BEIRAS; BRONZ; SCHNEIDER, 2020, p. 63).

No grupo da pesquisa, o atendimento virtual desafiou os participantes a aprenderem a manejar o aplicativo da plataforma utilizada; acessar uma internet de qualidade, pois, em alguns casos, o sinal aparentemente caía; e manter sua atenção apesar das distrações.

Relatos do meu diário de campo como “participante deitado na rede, aparentemente dormindo, como passageiro de um carro se deslocando” não acontecem na dimensão do grupo presencial, tornando um desafio para as analistas mediar esses momentos.

Para uma entrevistada, o grupo virtual “traz esfriamento das relações, mas por outro lado facilita o cumprimento”, isso tendo em vista a superação das problemáticas relacionadas ao distanciamento. Por outro lado, nem tudo é instituído e o espaço grupal pode, conforme uma das analistas, ser “potencial para reflexão”, o que, a meu ver, é evidente a partir de relatos que apontavam “temos que desaprender a misoginia, um passo de cada vez”, relata participante.

Nessa seara, as analistas apostam em saídas que busquem um “conjunto de ações para acompanhamento dos homens de forma mais sistemática para articular com a rede de saúde, terapia” conta profissional, junto a um “um processo reflexivo e educativo desde a infância”, relata a outra. Em contrapartida, o instituinte é permeado pelos desafios que lhe são

imbuídos, isso, pois, as transformações concretadas demandam ações de diversos atores envolvidos nos processos, sobretudo dos homens.

Desse modo, as profissionais reconhecem os desafios que afetam a própria política pública “sucateada [...], assim, a mudança não será rápida”, mas ainda necessária. Uma analista relata que “prefiro atuar com as mulheres, pois dialogávamos mais com a rede”. Ela também atuou com as vítimas, em um trabalho anterior ao trabalho com os homens. No entanto, ambas ainda acreditam na importância dos homens “entenderem a violência que praticam, pois a proteção é para eles também, estão se prejudicando, são os que mais matam”, relata uma das entrevistadas. Outra reitera “a sementinha conseguimos plantar”, ao dizer das reflexões produzidas naquele espaço.

Entre tensões e contradições, as relações, sejam conjugais ou sejam com as facilitadoras sustentam o processo de institucionalização do grupo reflexivo de homens que cometeram violência contra a mulher. E, assim, conduzem ambos para um propósito de transformação, afinal, “no final, todo mundo é vítima da violência, seja quem agride ou sofre”, relata participante.

6 “A CAMINHADA FOI LONGA... MAS VAMOS DESCONSTRUINDO O JEITO ERRADO QUE APRENDEMOS”

Pesquisar a violência contra a mulher requer o exercício contínuo de reconhecimento da complexidade imbuída nesse fenômeno, e, para problemas complexos, duvidamos de respostas simplistas. Por outro lado, frente aos diversos meandros presentes nesse cenário, é possível esmiuçar os posicionamentos de seus protagonistas, neste estudo, os homens que cometem esse tipo de violência.

Direcionar os estudos aos algozes pode nos dar a falsa sensação de que se deseja responder a audaciosa pergunta tão insistente: “Por que os homens batem?”. No entanto, o título desta pesquisa “Construção de masculinidades e violência contra a mulher: **tensões e possibilidades**” nos dá pistas da inexistência de uma resposta, mas uma tessitura de elementos que estão subjacentes aos comportamentos violentos e que necessitam ser examinados.

Desse modo, os objetivos desta pesquisa foram: rastrear os processos de subjetivação dos homens autores de violência acerca da construção da masculinidade, analisar os sentidos e dos papéis de gênero, compreender os desafios e potencialidades presentes na execução de um grupo com esse público.

Entendemos que o método da pesquisa utilizado foi assertivo para o cumprimento dos resultados, pois permitiu a escuta da interação de homens dialogando sobre masculinidade e violências em um determinado espaço grupal e realização de escuta das profissionais, dando visibilidade as suas percepções e angústias. Esse procedimento metodológico tornou possível que diversos elementos fossem colocados em análise, inclusive as oposições e resistências.

Esse desafio, devido ao tempo curto da própria trajetória do mestrado e atravessamentos pessoais, que me impuseram dificuldades, tornou-se desafiador diante da robustez dos dados para realizar a leitura das informações produzidas em campo e relacioná-los com a teoria na tentativa de produzir, de fato, uma análise.

Assim, buscamos investigar, a partir de suas expressões, a leitura que os participantes possuíam acerca da masculinidade, analisando os processos de subjetivação inseridos nessa construção de se tornar homem e elencar elementos que atravessam a relação dos homens com as práticas de violências contra a mulher.

Elementos que permitiram efetuar os meandros não individuais, mas coletivos sobre a masculinidade hegemônica imposta, os sofrimentos masculinos contidos nesse processo e a relação deles com o gênero feminino e outras classes subalternizadas.

Ademais, as entrevistas individuais com as analistas possibilitaram rastrear a percepção e a inferência produzida em seus corpos, nossos corpos. As conversas estabelecidas após cada encontro, que não estava programadas, e foram necessárias para abertura a um instituinte que sinalizava as dores e as saída para as problemáticas ali envolvidas.

Assim, composta pela presença de apenas nós três, foi permitido com maior clareza compreender esses desafios presentes na realização desse grupo, bem como seu lugar de potência. Além disso, pelas minhas experiências profissionais nesse contexto, o espaço grupal é um campo de possibilidades para trazer, a discussão, as temáticas que em outro local não seriam colocadas em pauta, tais como a desnaturalização da masculinidade e seu cerceamento, o desvelamento e reconhecimento das violências, a validação e expressão dos afetos, dentre outros.

O grupo se tornou campo para a circulação de um diálogo que possibilitou, em alguns momentos, a autoanálise enquanto “uma produção de saber, do conhecimento acerca de seus problemas, de suas condições de vida, suas necessidades, demandas, etc...” (BAREMBLITT, 1994, p. 19) expressas na fala que nomeia este capítulo.

Certamente, esse percurso não se esgota e direciona para a necessidade de os homens repensarem sua masculinidade e a relação dela com as práticas reproduzidas na violência contra a mulher. Entendemos que nosso estudo conseguiu lançar pistas para a reflexão desse processo, não deixando destacar que, a sociedade, no caso patriarcal, ao produzir

subjetividades sustentadas na masculinidade hegemônica que contribui para o crescimento do fenômeno da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que se tenta remediar com uma cultura punitivista.

O título deste estudo “tensões e possibilidades” reconhece a construção do processo de masculinidade permeado por tensões, necessárias inclusive para seu deslocamento, mas também de possibilidades. Durante os encontros acompanhados foi possível conhecer os participantes não apenas pelas informações sociodemográficas, mas pelas falas, por vezes violentas e pelas oposições impostas para dialogar sobre certos temas.

A meu ver, estávamos diante de homens majoritariamente reprodutores de um sistema por eles desconhecidos, com violências naturalizadas e para eles imperceptíveis. Apesar de alguns deles possuírem uma renda mais elevada, eram homens, em sua maioria, que pela sua idade, sua cor e/ou sua trajetória empobrecida estavam mais próximos da subalternidade do que da hegemonia, mesmo que não tivessem essa consciência.

Como todo processo de institucionalização ocorre na disputa de instituído e instituinte, como nos lembra Lourau (2004), o grupo fez sua trajetória em meio a contradições. A presença de participantes mais abertos ao diálogo e mais cientes das forças instituídas do sistema e de sua própria trajetória na subalternidade, bem como as intervenções das analistas permitiram um embate, por vezes doloroso, desvelando analisadores que são “dispositivos que provocam a revelação do que estava escondido” (LOURAU, 2004, p. 70), do não-dito. Assim, no decorrer dos capítulos, foi possível problematizar pautas que nos permitiram conhecer mais acerca da relação dos homens com a prática da violência contra a mulher.

No Capítulo 2, nomeado de **Erro! Indicador não definido.**, a apresentação das minúcias das práticas dos grupos reflexivos com homens autores de violência, seu contexto histórico, destacando os recortes que permeiam minhas experiências profissionais, como os desafios e potencialidades, nos ajudou a compreender o caráter incipiente dessas práticas.

Ainda há resistências para dialogar sobre e com os algozes, principalmente sustentados em uma cultura que encontra a reclusão como resposta dominante e que se exime da sua parcela na reprodução desses comportamentos.

É necessário reconhecer a importância da execução de grupos reflexivos com os homens autores de violência e, principalmente, criar e fortalecer políticas públicas com esse viés. A demanda insistente de participantes desses grupos acerca de uma Lei “João da Penha” não diz somente de uma desresponsabilização, mas também de uma ausência de lugar que lhes dê suporte para suas demandas.

Nesse capítulo, as informações sociodemográficas contribuíram para compreensão do contexto histórico dos participantes e faixa etária a partir de 30 anos. A incidência da idade adulta presente em estudos dessa natureza levanta a possibilidade de que esse resultado, dentre diversos fatores, seja decorrente da discussão do fenômeno contra a mulher ter se efetivado recentemente, o que explicaria um desconhecimento majoritário dos participantes acerca desse fenômeno.

O tempo de experiência das analistas executando grupos desse calibre reitera a importância de parceria na sua execução, garantindo, assim, trocas de experiências. Por fim, a realização da minha análise de implicação contornou os meandros que atravessavam meu corpo *praticien-chercheur*, rastreando os desafios institucionais contidos na minha relação com a própria organização, com as analistas e com os participantes, e que desmistificou a neutralidade (LOURAU, 2004).

No Capítulo 3, “Ser homem é horrível, é pagar pecado, sem ter pecado” a análise permitiu acessar os meandros da masculinidade e sua peremptória, tais como: as exigências do sucesso no campo do trabalho sustentadas pelo discurso capitalista e neoliberal; a competitividade; a solidão, a resistência no trato e expressão de seus afetos; e uma reprodução sem consciência dos elementos elencados para se fazer um homem.

A ausência de abertura dos participantes diante dos diálogos sobre masculinidade aponta a dificuldade instituída para aceitação das transformações na direção da ressignificação do lugar do homem. Mudanças advindas de um aparente “sem lugar” mediante as tensões produzidas pelos movimentos feministas.

Uma fala de um participante marca essa conclusão: “ficou um manual muito grande de comportamento masculino, falam em desconstrução, mas, na verdade, é uma construção com um tanto de coisa”. E ele não está errado. As

tensões imbuídas no processo de reconstrução da masculinidade demandam um constante desfazer e refazer, e os novos modelos de masculinidade também estão colocados, mas em um processo ciente que se busca melhorias nas suas relações sociais, e sobretudo com eles mesmos. E a meu ver, com este estudo, muitos homens ainda não estão preparados, afinal, a “masculinidade é secundária, adquirida e frágil” (BADINTER, 1993, p. 35).

A paternidade também rastreada nesse capítulo reiterou elementos como o reconhecimento da necessidade dos cuidados domésticos e afetivos com os filhos, mas contraditoriamente, uma compreensão tácita da paternidade exercida pelo cumprimento exclusivo do sustento financeiro. A relação de reprodução dos papéis de seus pais e o uso do álcool também foram elementos que contribuem para a reprodução de comportamentos violentos.

Os meandros que afastam a masculinidade da sensibilidade, do contato genuíno e autêntico consigo e com outro, parecem ser transmitidos para a relação com seus filhos e com o lar. Isso tendo em vista que apesar de se nomearem bons pais, poucos falaram sobre os cuidados práticos desse lugar, a não ser do lugar do trabalho e do conforto financeiro ofertado.

Para Nolasco (1993), o masculino e a paternidade se reforçam mutuamente para consolidar a autoridade e poder do homem. Por outro lado, enquanto possibilidade, as relações amorosas e paternas contribuíram, pelo menos para alguns, para o deslocamento e reflexão do lugar de pai, de marido e até de masculinidade.

No Capítulo 4, “Não pode chamar de branquelo, negão, o mundo tá com muita hipocrisia”, para dialogar acerca das masculinidades subordinadas, como as negras e o público LGBTQIAPN+ ficou evidente um discurso de oposição, resistência e violência, embora não tenham sido assim nomeados.

A severidade das falas que buscavam reiterar o estranhamento com as diferenças parecia mostrar a face que protegia a masculinidade hegemônica de seu lugar intocável. Os discursos religiosos, políticos, do senso comum, foram todos utilizados na tentativa de demarcar a subalternidade daqueles que não reproduzem a binaridade demandada pelo sistema heteronormativo.

As tensões produzidas pelas falas pontuais de participantes que contribuíam como uma lógica não discriminatórias não conseguiram promover

abertura, não ganhando consistência na discussão grupal. Não dialogar sobre o sistema patriarcal-racista tornou a masculinidade incônsia sobre si mesma e suas diversas possibilidades de existir.

Assim, foi nítido a reprodução de um discurso instaurado, sobretudo pela extrema-direita. A reprodução de falas que apostavam em uma masculinidade, heterossexualidade, imbrochável, branca e armada (principalmente com palavras), é a demonstração do impacto produzido pela representação fascista no poder, como Jair Bolsonaro, na masculinidade, tocando naquilo que lhe é mais caro, sua virilidade.

Mas “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, diz o ditado popular, e as tensões, à medida que se tornam insistentes, podem produzir possibilidades, principalmente quando a fala surge para validar o sofrimento do corpo no campo da subalternidade.

A participação de um participante negro, que assim se assumiu no grupo, que, ao retratar suas mazelas busca reconhecimento de seu lugar, promove fissuras no discurso racista. Contudo, as passagens que buscavam reconhecer as sexualidades diversas da heterossexualidade não foram fortalecidas, tendo em vista a enxurrada de posicionamentos contrários a essas existências, denotando um receio frente às homossexualidades, bissexualidades, transexualidades, dentre outras. Em defesa dessa pauta somente as analistas de fato se posicionaram, isso porque nenhum dos participantes alegaram não serem héteros, e naquele grupo, acredito que se o fossem, não o contariam.

No nosso último capítulo, “O que é permitido para elas não é permitido para gente”, rastreamos a vida conjugal dos participantes, dando destaque para as relações de gênero vivenciadas através de suas relações amorosas. As tensões produzidas nas relações homens *versus* mulheres, através das forças instituintes impulsionadas pelos movimentos feministas, visam se institucionalizar, como ocorreu com a própria Lei Maria da Penha.

No grupo, surgiram sentimentos contraditórios em relação às ex-companheiras que realizaram as denúncias que culminaram na participação no grupo. Os homens não aceitaram a denúncia, denotando que as masculinidades, sobretudo a reprodutora das minúcias do patriarcado, ainda não superaram àquela máxima de que “em briga de marido e mulher ninguém

mete a colher”, e os homens se sentem injuriados mediante a procura judicial por parte das mulheres.

O desejo pelo afeto, pela empatia, pela parceria era evidente nos discursos diante de expressões de frustração com as discussões e termos de relacionamento. Por outro lado, os participantes não problematizaram a própria responsabilidade acerca dos desacertos de suas relações e majoritariamente recorreram a uma terceirização da culpa, assim elas eram exclusivamente responsáveis pelos insucessos da relação.

Para Nolasco (1994), “os padrões tradicionais definidos pelo modelo patriarcal para o comportamento masculino dissimulam as possibilidades de encontro nas relações sociais” (NOLASCO, 1994, p. 43). Essa desresponsabilização ocorre por diversos elementos, dentre eles, o receio de serem taxados como homens que batem em mulher. Desse modo o violento sempre é o outro, e uma passagem de um participante no último encontro, fecha essa conclusão, “gostei do grupo, sei que uns teve culpa, outros não, eu não tive, mas é isso aí”.

Ademais, esse capítulo é encerrado com a análise das trocas com as analistas e os desafios imbuídos nessa prática que afetam os corpos de quem não é somente profissional, mas também mulher. Essa mistura de posições, sustentadas na impossibilidade da neutralidade, trouxe desestabilizações expressas nos diálogos pós-encontros e nos atestados médicos, resultados de adoecimento.

Assim, acreditamos que a própria organização e a política pública como um todo, deve também priorizar o cuidado da saúde mental das profissionais da ponta, não somente o seu saber técnico. Faltam dispositivos de cuidado em saúde mental, seja com realização de grupos, atendimentos, espaços de fala e elaboração conjuntas, espaço para as profissionais analisarem e manejarem a implicação das diferenças de gêneros que são transportadas para o fazer profissional. Ademais, acredita-se que capacitações que possam esmiuçar os saberes já existentes sobre masculinidade e relações de gênero são significativas para que esses grupos se tornem, de fato, espaços propulsores de autogestão e autoanálise.

Ante o exposto, é nessa dinâmica de tensões e possibilidades que o processo de institucionalização paulatinamente acontece. Acredita-se que o

enfrentamento ao fenômeno da violência contra a mulher somente ganhará materialidade quando os homens forem convocados a refletirem sobre a masculinidade e seus meandros, tais como: suas relações com o campo do trabalho, com a sexualidade, com os afetos, relação amorosas, com outros homens e consigo mesmos.

Esse processo promove tensões, principalmente, ao desconstruir o que se passou uma vida acreditando. É difícil, reconhecemos, e um participante conclui: “tem algo na desconstrução que é violento, tem que cuidar, costurar a colcha, fechar a ferida”, mas não há outro caminho. Por isso, apostamos que o alargamento dos grupos de homens que já existem, e estão dispostos a dialogarem sobre masculinidade é uma possibilidade. A Lei Maria da Penha afirma a importância da “promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia” (BRASIL, 2006).

No campo da violência contra a mulher, extensas são as pesquisas voltados a compreensão do lado feminino, mas ainda incipiente a presença de estudos da temática pelo viés do agressor. É importante se deslocar da perspectiva em que “raramente, apostamos na criatividade destes homens para além de atos violentos” (DANTAS; MELLO, 2008, p. 84) para uma aposta no instituinte enquanto abertura à transformação.

Por fim, esperamos que este estudo incite a criação de mais pesquisas e contribua com os atores da rede de enfrentamento a violência contra a mulher de cada município a pensar em estratégias para a superação das violências, considerando os homens nesse caminhar, favorecendo a construção de uma sociedade em que as diferenças não signifique desigualdades e hierarquias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lucia. **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.

AMADOR, Fernanda Spanier; LAZARATTO, Gislei Domingas; SANTOS, Nair Iracema. Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ANJOS, Ismael dos. **O silêncio dos homens**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: https://issuu.com/ismaeldosanjos/docs/osilenciadoshomens_desk?utm_medium=referral&utm_source=papodehomem.com.br. Acesso em: 15 fev. 2023.

ARRAIS, Francisco; LIMA, Larissa de Melo; MARTÍNEZ- AVILA, Daniel. Homossexualidade masculina nos prontuários do Sanatório Pinel, 1920-1940: um estudo de compreensão dos dispositivos de controle social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/45108>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BADINTER, Elisabeth. A complementariedade original dos sexos. **Um é o outro, relações entre homens e mulheres**. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **XY Sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAREMBLITT, Gregório. As tendências mais conhecidas pelo institucionalismo. *In*: BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teorias e práticas. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarri, 1992. p. 79-100.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BAREMBLITT, Gregório. O desejo e outros conceitos no institucionalismo. *In*: BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teorias e práticas. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarri, 1992. p. 59-78.

BAREMBLITT, Gregório. Sociedade e instituições. *In*: BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teorias e práticas. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarri, 1992. p. 27-40.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. *In*: PASSOS, Eduard; KASTRUP, Virginia; ESCOSSIA,

Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2019. p. 172-200.

BEIRAS, Adriano *et al.* Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 62-67, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wf5NkZ7jR4TKj46yGmtDswG/?lang=pt#>. Acesso: em 20 out. 2022.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan; SCHNEIDER, Pedro de Figueiredo. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 29, n. 68, p. 61-75, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412020000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 fev. 2023.

BELARMINO, Victor Hugo; LEITE, Jäder Ferreira. Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 32, p. 1-16, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100234&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 Abr. 2021.

BERNARDES, João Paulo; MAYORGA, Claudia. Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 26, n. 1, p. 133- 147, jun. 2017. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812017000100133&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006**. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, Distrito Federal, 7 ago, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.058/ 2014**. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Brasília, Distrito Federal, 22 dez [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.058%2C%20DE%2022,e%20dispor%20sobre%20sua%20aplica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.188/2021**. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar

o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Brasília, Distrito Federal, 28 jul. [2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.188-de-28-de-julho-de-2021-334902612>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Diretrizes para implementação dos serviços de responsabilização e educação de agressores. *In: Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Presidência da República, 2011. p. 66-71.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BUTLER Judith. Sujeito do sexo/gênero/desejo. *In: BUTLER, Judith. Problemas de gênero*. 20. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p 17-70.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas**, Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso 20 dez. 2022.

CISNE, Mirla. Fundamentos teóricos-políticos do feminismo: uma contribuição indispensável ao socialismo. *In: MIRLA, Cisne. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 59-150.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia do. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. *In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (org.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 143-153. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/VALPAI>. Acesso em: 14 set. 2022.

COMIN, Fábio Scorsolini; RIBEIRO, Laura Moraes. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdyy85vxNPF7qsSK7Y5my/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995, p. 185-206. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 24 maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999**. Brasília: Presidência da República, 1999.

COUTO, Márcia Thereza. Masculino...? Não, masculinidade! *In: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito (org.)*.

Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: Ecos: Editora 34. Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 320-324, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/8N8tJ5PmrF7r8xcFFZgLXYn/?lang=pt#>. Acesso em: 30 maio 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial. Tradução de Liane Schneider. **Estudos Feministas**, ano 10. p. 171-188, 2002.

DANTAS, Benedito Medrado; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p. 78-86, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kj6s6xfJkXRXgYtFVDPvXYw/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FABRIS, Lígia. “A homofobia é um crime imprescritível e inafiançável no Brasil desde 2019”, ressalta Lígia Fabris, coordenadora Programa Diversidade da FGV Direito Rio. **FGV Direito Rio**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://direitorio.fgv.br/noticia/homofobia-e-um-crime-imprescritivel-e-inafiancavel-no-brasil-desde-2019-ressalta-ligia>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FANON, Frantz. O homem de cor e a branca. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 69-82.

FERNANDES, Rafael Lima; JUNQUEIRA, Telma Low Silva. Homens, gênero e violência contra as mulheres: reflexões sobre sentidos atribuídos às masculinidades. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 33, n. 2, p. 117-125, maio-ago. 2021. Pp. 117-125 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/7gBLcw4Gtjpctp5nz5r7tPd/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

GARCIA, Ana Luíza Casasanta; BEIRAS, Adriano. A psicologia social no estudo de justificativas e narrativas de homens autores de violência. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 45-58, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600306&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 14 abr. 2021.

GARCIA, Sandra M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. *In*: ARILHA, Margareth *et al.* (org.). **Homens e masculinidades: Outras Palavras**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 31-51.

GOMES, Andreza Rafael Abreu. Programa CEAPA: Uma estratégia de prevenção e efetivação de uma política de segurança cidadã *In*. **CEAPA: desafios e possibilidades da responsabilização em liberdade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2019. p. 15-32.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 67-83.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 43-57.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro unificado: um novo estágio na mobilização política negra. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 101-115.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 248-251.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. A violência conjugal na ótica do feminismo brasileiro. *In*: GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HEGEMONIA. *In*: **Dicionário da língua portuguesa**. Porto: 7graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hegemonia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em um contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora: Garamond, 2004.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Viropolítica. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 421-434, ago. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2022.

HESS, Remi. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 15-46.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Quem é Maria da Penha? Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 25 abr. 2021.

KILOMBA, Grada. Políticas Sexuais. *In*: KILOMBA, Grada. **Memórias de uma plantação**: episódio de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 133-144.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. *In*: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 206-242.

LAVAL, Christian. Entrevista com Christian Laval: novo neoliberalismo, autoritarismo e os novos caminhos do sindicalismo. BASUALDO, Victoria; CARELLI, Rodrigo; SANVICENTE, Elisa; SILVA, Sayonara Grillo (org.). **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 318-336, jan./jun. 2019. Acesso em: 12 jan. 2023.

LOURAU, René. Implicação e sobreimplicação. *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 186-197.

LOURAU, René. Implicação: um novo paradigma? *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 246-257.

LOURAU, René. O campo socioanalítico. *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 224-245.

LOURAU, René. O instituinte contra o instituído. *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 47-65.

LOURAU, Rene. Objeto e método da análise institucional. *In*: ALTOÉ, Sonia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 66-86.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p. 231-273, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado? Brasília, 2000. (Série Antropologia, 284). Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/lia-patriarcado.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

MAURICIO, Ana Carolina *et al.* “A mulher é o diabo de calcinha”: enunciados e Reflexões referentes à participação profissional. *In*: BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth Washington; SOMMARIVA, Salette Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil**: perspectivas e estudos teóricos. Florianópolis: Academia Judicial, 2022. p. 98-120.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2021.

MISKOLCI, Richard. Origem Histórica da Teoria Queer. *In*: MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2012. p. 21-34.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Gênero e diversidade sexual na escola: como a Psicologia pode contribuir? *In*: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas Henrique de; COACCI, Thiago (org.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2019. p. 61-75. Disponível em: https://issuu.com/conselhoregionaldepsicologia-minasg/docs/lgbt_web. Acesso em: 11 jan. 2023.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. Gênero não é ideologia! Escola tem partido! Gênero e diversidade sexual na escola: como a Psicologia pode contribuir? *In*: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas Henrique de; COACCI, Thiago (org.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 2019. p. 76-106. Disponível em: https://issuu.com/conselhoregionaldepsicologia-minasg/docs/lgbt_web. Acesso 11 jan. 2023.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará", 1994**. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 18-25, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YWZKDkyF5zBjQvhjJZkdK7m/?lang=pt#>. Acesso em: 15 set. 2022.

PENIDO, Cláudia Maria Filgueiras. A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de fora, v. 8, n. especial, p. 248-257, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2022.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Sejamos realistas, tentemos o impossível. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal Ferreira; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 516-563.

ROMAGNOLI Roberta Carvalho; SILVA, Coutinho Bruna. Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34249960>. Acesso em: 15 fev.2023.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Entre la macropolítica y la micropolítica: las desigualdades en análisis. *In*: GARCIA, Maria José Oramas (org.). **Igualdad Sustantiva en las Instituciones de Educación Superior**. México: Universidad Veracruzana, 2018. p. 105-122.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NqxkBHNRmdShkZcgZJ4zg5M/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 set. 2022.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Várias Marias: efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 114-122, ago. 2015 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5057>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; ABREU, Leila Lúcia Gusmão de; SILVEIRA, Marise Fagundes. A violência contra a mulher em Montes Claros: análise estatística. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul. 2013 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 fev. 2023.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Psicologia institucional em terras brasileiras. *In*: LEMOS, Flávia (org.). Foucault, Deleuze, Guattari e Lourau: encontros com a arqueogenealogia, esquizoanálise e análise institucional. Curitiba: CRV, 2021. p. 323-337.

ROSA, Antônio Gomes da *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde & Sociedade**, v. 17, n. 3, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WJp8Gn4sWz3QCfCzMMP8Frg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSA, Larissa Wolff da; FALCKE, Denise. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p.17-32, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100003. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 mar. 2022.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. *In*: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR SILVA, Nelson da, DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio: Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 173-196.

SAFFIOTI, Heleieth **Gênero, patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Pereira dos. **O Inimigo sempre volta**: a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de Assistência Social brasileira. 2019. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2019

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVVKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/?format=pdf&Acesso em: 20 out. 2021>.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONCALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71721/40667> Acesso em: 25 out. 2021.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 71-88, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2020

SILVA, Artenira da Silva; BARBOSA, Gabriella Sousa da: Política Criminal e Lei Maria da Penha: o deferimento do comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação como a principal medida protetiva de urgência. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 78- 97, jan./jun. 2017. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/1799_ Acesso em: 30 mai. 2021.

SOARES. Orson. A branquitude em plena consciência. *In*: SOARES. Orson. **A bondade do branco**: olhar da branquitude sobre a questão racial no filme também somos irmãos. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. p. 130-173.

SOUZA, Mércia Cardoso de; BARACHO, Luiz Fernando. A Lei Maria da Penha: Égide, Evolução e Jurisprudência no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, n. 11, p. 79-106, jan./ago. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/8695>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário (RE) 1348854**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. Brasil. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=486893&ori=1>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso extraordinário Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019. BRASIL. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UNBEHAUM, Sandra G. A desigualdade de Gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. *In*: ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehaum; MEDRADO, Benedito (org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ecos: Editora 34, 1998. p. 163-184.

WANG, May-Lin, JABLONSKI; Bernardo, MAGALHÃES; Andréa Seixas. Identidades masculinas: limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, 2006. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia, **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 460- 482, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021.

APÊNDICE – Roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com as facilitadoras do grupo reflexivo.

Formação:

Tempo de execução dos grupos:

- 1) Fale um pouco da sua experiência como facilitadora.
- 2) Como é ser mulher e executar um grupo dessa temática ?
- 3) Como você percebe a masculinidade nos participantes do grupo?
- 4) Como você vê a violência contra a mulher?
- 5) Quais a proposta da instituição acerca do grupo reflexivo e o como elas se dão?
- 6) Quais as potencialidades que você observa no grupo?
- 7) E quais dificuldades?
- 8) Tem algo que você gostaria de acrescentar, que não foi perguntado?